UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

HENRIQUE DE FREITAS CHIMENES GIL

GOLBERY DO COUTO E SILVA E AS BACIAS AMAZÔNICA E DO PRATA:

UMA ANÁLISE COMPARADA DAS POLÍTICAS TERRITORIAIS DO ESTADO

BRASILEIRO PARA AS DUAS BACIAS (1964-1985)

(Versão Corrigida)

SÃO PAULO 2022

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

GOLBERY DO COUTO E SILVA E AS BACIAS AMAZÔNICA E DO PRATA: UMA ANÁLISE COMPARADA DAS POLÍTICAS TERRITORIAIS DO ESTADO BRASILEIRO PARA AS DUAS BACIAS

Henrique de Freitas Chimenes Gil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Geografia. (Versão Corrigida)

Área de Concentração: Geografia Humana Orientador: Prof. Dr. André Roberto Martin

SÃO PAULO 2022 Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Gil, Henrique de Freitas Chimenes

G463g Golbery do Couto e Silva e as bacias amazônica e do prata: uma análise das políticas territoriais do estado brasileiro para as duas bacias / Henrique de Freitas Chimenes Gil; orientador André Roberto Martin - São Paulo, 2022.

154 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Bacia do Prata. 2. Bacia Amazônica. 3. UHE Iitapu. 4. Projeto Calha Norte. 5. Geopolítica. I. Martin, André Roberto, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

| Nome do (a) aluno (a): _Henrique de Freitas Chimenes Gil |
|---|
| Data da defesa:21/02/2022 |
| Nome do Prof. (a) orientador (a):André Roberto Martin |
| |
| Nos termos de legisleção vigente, deslare ESTAD CIENTE de conteúdo deste EVEMDI AD |
| Nos termos da legislação vigente, declaro ESTAR CIENTE do conteúdo deste EXEMPLAR |
| <u>CORRIGIDO</u> elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na |
| sessão de defesa do trabalho, manifestando-me <u>plenamente favorável</u> ao seu |
| encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no Portal Digital de Teses da USP. |
| |
| São Paulo, 08 / 04 / 2022 |

Nome: GIL, Henrique Freitas Chimenes

Título: Golbery do Couto e Silva e as Bacias Amazônica e do Prata: uma análise comparada das políticas territoriais do Estado brasileiro para as duas bacias.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana. (Versão Corrigida)

Aprovado em:

Banca Examinadora

| Professor Dr. André Roberto Martin (Orientador) Instituição: FFLCH-USP | | |
|--|------------------------|--|
| Julgamento: | _: Assinatura: | |
| Professor Dr. Élvio Rodrigues Martins | Instituição: FFLCH-USP | |
| Julgamento: | _: Assinatura: | |
| Professor Dr. Luiz Alves Brígido Maia | Instituição: FMU | |
| Julgamento: | : Assinatura: | |
| Professor Dr. Felipe Giuseppe Dal Bó Ribeiro | Instituição: FESP/SP | |
| lulgamento: | · Accipatura: | |



AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria evoluído da condição de projeto se não fosse por pessoas e instituições que deram todo o suporte para a execução desta dissertação:

Meus pais pelo apoio e carinho nesta duro período de 3 anos e meio de pesquisa, cercada pelas incertezas da pandemia de COVID-19.

Ao meu orientador, Professor André Roberto Martin, pelos conselhos dados para a execução da dissertação, e pelas conversas muito proveitosas, em um momento conturbado que o Brasil e o mundo vive.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo apoio e financiamento desta pesquisa, através do processo 2019/12739-7.

Aos Professores Marcos Antonio Fávaro Martins e Felipe Giuseppe Dal Bo Ribeiro, pelos conselhos dados ao longo desta pesquisa, principalmente na qualificação.

Aos integrantes do Grupo de Estudos Almirante Thiers Fleming pelas discussões ao longo destes 3,5 anos meio.

Aos meus familiares, pelos conselhos fornecidos, em todo este tempo.

Aos meus amigos de graduação e pós-graduação que fiz durante estes quase 10 anos de convivência na FFLCH, difícil de enumerar todos, mas fica aqui meu grande abraço.



RESUMO

Golbery do Couto e Silva (1911-1987), figura importante e controversa, é um dos pensadores importantes quando falamos na estruturação de uma geopolítica brasileira. Tributário de Mário Travassos, exerceu cargos políticos importantes durante o Regime Militar que vigorou no Brasil entre 1964-1985, onde viu suas ideias geopolíticas serem implementadas, pelo menos em parte.

Neste trabalho faremos uma análise de suas ideias, relacionadas a duas áreas de suma importância para o Brasil, a Bacia do Prata e a Bacia Amazônica. Expomos que a diferença em suas concepções para as duas bacias, traduziu-se em políticas territoriais com objetivos distintos. No caso da Bacia Platina, a Usina Hidrelétrica de Itaipu, concretizou os desígnios do Brasil suplantar a Argentina, como país mais importante na América do Sul, objetivo que era perseguido desde o Império. Na Amazônia, ao contrário, temos o Projeto Calha Norte (PCN), que possuía claros contornos defensivos, com a ocupação das fronteiras setentrionais do Brasil.

Para alcançarmos os objetivos propostos, desenvolvemos o trabalho em quatro capítulos. No primeiro, mais histórico, abordaremos a biografia do General Golbery do Couto e Silva, e no segundo falaremos de questões teóricas referentes a sua Geopolítica. Neste capítulo, exporemos outros dois expoentes de uma Geopolítica realizada na caserna, e que dialogam com as ideias de Golbery, Mário Travassos e Carlos de Meira Mattos. No terceiro e quarto capítulos, nos ocuparemos da Bacia do Prata e Bacia Amazônica, respectivamente, fazendo a comparação da Geopolítica golberyana, e como ela influenciou o modo como os militares conduziram, as respectivas políticas territoriais, baseadas na rivalidade com a Argentina e no lema "Integrar, para não entregar".

Por último, faremos um breve recapitulação das discussões realizadas nos quatro capítulos, nas considerações finais.

Palavras-chave:

Bacia do Prata, Bacia Amazônica, UHE Itaipu, Projeto Calha Norte, Geopolítica

ABSTRACT

Golbery do Couto e Silva (1911-1987), an important and controversial figure, is one of the important thinkers when we talk about the structuring of a Brazilian geopolitics. Tributary of Mário Travassos, he carried out important political offices during the Military Regime that was force in Brazil between 1964-1985, where he saw his geopolitical ideas being implemented, at least in part.

In this work, we will analyze his ideas, related to two areas of great importance for Brazil, the Plata Basin and Amazon Basin. We expose that the difference in their conceptions for the two basins resulted in territorial policies with different objectives. In the case of the Platinum Basin, Itaipu Hydroelectric Plant materialized Brazil's plans to supplant in Argentina, as the most important country in South America, an objective that had been pursued since the Empire. In the Amazon, on the other hand, we have the Calha Norte Project (PCN), which had clear defensive contours, with the occupation of the northern borders of Brazil.

To achieve the proposed objectives, we developed the work in four chapters. In the first, more historical, we will approach the biography of General Golbery do Couto e Silva, and in the second we will talk about theoretical issues related to his Geopolitics. In this chapter, we will expose two other exponents of a Geopolitics carried out in the Brazilian Armed Forces, which dialogue with the ideas of Golbery, Mário Travassos and Carlos de Meira Mattos. In the third and fourth chapters, we will deal with Plata Basin and Amazon Basin, respectively, making a comparison of your Geopolitics, and how it influenced the way the military conducted territorial policies as apt, based on rivalry with Argentina and on the slogan "Integrar, para Não Entregar".

At the end, we will briefly recap the tasks performed in the four chapters, in the final considerations.

KeyWords: Plata Basin, Amazonic Basin, Itaipu Hydroeletric Plant, Calha Norte Project, Geopolitics

RESUMEN

Golbery do Couto e Silva (1911-1987), figura importante y controvertida, es uno de los pensadores importantes cuando hablamos de la estructuración de una geopolítica brasileña. Tributario de Mário Travassos, ocupó importantes cargos políticos durante el Régimen Militar vigente en Brasil entre 1964-1985, donde vio implementadas sus ideas geopolíticas, al menos en parte.

En este trabajo analizaremos sus ideas, relacionadas con dos áreas de gran importancia para Brasil, la Cuenca del Plata y la Cuenca del Amazonas. Exponemos que la diferencia en sus concepciones para las dos cuencas resultó en políticas territoriales con objetivos distintos. En el caso de la Cuenca de Plata, la Central Hidroeléctrica de Itaipú, cumplió con los planes de Brasil de suplantar a Argentina, como el país más importante de América del Sur, objetivo que se perseguía desde el Imperio. En la Amazonía, por el contrario, tenemos el Proyecto Calha Norte (PCN), que tenía claros contornos defensivos, con la ocupación de las fronteras norte de Brasil.

Para alcanzar los objetivos propuestos, desarrollamos el trabajo en cuatro capítulos. En el primero, más histórico, nos acercaremos a la biografía del general Golbery do Couto e Silva, y en el segundo, hablaremos de cuestiones teóricas relacionadas con su Geopolítica. En este capítulo expondremos otros dos exponentes de una Geopolítica realizada en el cuartel, que dialogan con las ideas de Golbery, Mário Travassos y Carlos de Meira Mattos. En el tercer y cuarto capítulos, abordaremos la Cuenca del Plata y la Cuenca Amazónica, respectivamente, haciendo una comparación de la Geopolítica Golberiana, y cómo influyó en la forma en que condujeron los militares, las respectivas políticas territoriales, basadas en la rivalidad con Argentina y Argentina. con el lema "Integrar, no entregar".

Finalmente, recapitularemos brevemente las discusiones mantenidas en los cuatro capítulos, en las consideraciones finales.

Palabras clave: Cuenca del Plata, Cuenca Amazonica, Central Hidroeléctrica de Itaipu, Proyecto Calha Norte, Geopolitica

LISTA DE SIGLAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

ESG - Escola Superior de Guerra

FA – Forças Armadas

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES - Instituto de Pesquisa Estudos Sociais

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCN - Projeto Calha Norte

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A

PIB - Produto Interno Bruto

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PSD - Partido Social Democrático

PP - Partido Popular

TCA - Tratado de Cooperação Amazônica

TCU - Tribunal de Contas da União

SFCI - Serviço de Informação e Contra Informação do Governo Federal

SNI – Serviço Nacional de Informações

SIVAM - Sistema de Vigilância da Amazônia

LISTA DE MAPAS

| MAPA 1 BACIA DO PRATA (EXTENSÃO) | . 108 |
|--|-------|
| MAPA 2 (MANOBRA GEOPOLÍTICA DE INTEGRAÇÃO TERRITORIAL) | 140 |
| MAPA 3 NUCLEMENTO BÁSICO DO TERRITÓTIO NACIONAL | 141 |
| MAPA 4 (OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA, SEGUNDO A ÓTICA DOS MILITA | RES |
| BRASILEIROS) | 142 |

SUMÁRIO

| INTRODUÇÃO | 14 |
|---|-------------|
| CAPÍTULO 1 – BREVE BIOGRAFIA DO GENERAL GOLBERY DO | COUTO E |
| SILVA (1911-1987 | 21 |
| 1.1 – OS MILITARES E A POLÍTICA NO BRASIL | 22 |
| 1.2 – BREVE BIOGRAFIA DO GENERAL GOLBERY DO COUT | O E SILVA |
| (1911-1987) | 31 |
| CAPÍTULO 2 - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS NA OBRA DE GO | LBERY DO |
| COUTO E SILVA | 49 |
| 2.1 – NOTAS ACERCA DA GEOPOLÍTICA BRASILEIRA | 49 |
| 2.2 – MÁRIO TRAVASSOS | 51 |
| 2.3 – GOLBERY DO COUTO E SILVA | 56 |
| 2.3.1 – A Escola Superior de Guerra e sua influência na | geopolítica |
| golberyana | 61 |
| 2.4 - CARLOS MEIRA MATTOS | 74 |
| CAPÍTULO 3 – GOLBERY E A BACIA DO PRATA | 78 |
| 3.1 – ASPECTOS INICIAIS | 78 |
| 3.2 – HISTÓRICO NA BACIA DO PRATA | 79 |
| 3.3 – A CONSTRUÇÃO DA UHE DE ITAIPU E AS CONSE | QUÊNCIAS |
| GEOPOLÍTICAS PARA A BACIA DO PRATA | 92 |
| Capítulo 4 – GOLBERY E A BACIA AMAZÔNICA | 109 |
| 4.1 – APORTES INICIAIS | 109 |
| 4.2 – HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA | 110 |
| 4.3 – OS MILITARES AS POLÍTICAS TERRITORIAIS PARA A | AMAZÔNIA |
| | 117 |
| 4.4 – O PROJETO CALHA NORTE E A VIVIFICAÇÃO DAS FR | |
| SETENTRIONAIS DO BRASIL | 129 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 143 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 147 |

INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre um dos autores importantes no que se refere a uma Geopolítica formulada no Brasil, Golbery do Couto e Silva. Tributário dos trabalhos seminais escritos por Mário Travassos, nos anos 1930, a obra de Golbery possui influência decisiva deste autor. Juntamente com Meira Mattos, os três autores expressam o projeto de "Brasil Potência", que o aparelho de Estado tentou implantar, durante o Regime Militar que vigorou no país, entre 1964 e 1985.

Aspecto interessante a se notar, é justificar os motivos de se estudar um autor, que muitos consideram datado, pois sua produção aconteceu durante os anos 1950 e 1960, no auge da Guerra Fria. A resposta se dá, no desenvolvimento da Geopolítica, como campo de conhecimento. Os autores clássicos desta disciplina, como Karl Haushofer, Halford Mackinder e Nicholas Spykman, tinham em suas análises, uma maior preocupação com o jogo de poder, envolvendo as grandes potências mundiais que se localizam no Hemisfério Norte. Desta forma, a América do Sul é relegada a um segundo plano, nas formulações destes autores.¹

Ao escolher analisar a geopolítica efetuada por Golbery do Couto e Silva, entendemos ser ela importante, já que este autor ocupou cargos de primeiro escalão nos governos militares, o que permitiu que suas ideias pudessem ser implementadas. A partir disto escolhemos, duas áreas importantes do território brasileiro, que mereceram uma análise mais acurada, a Bacia Amazônica e a Bacia do Prata.

A materialização da Geopolítica formulada na caserna, no que se refere as duas áreas deu-se com dois empreendimentos, que tiveram objetivos distintos. No caso da Bacia do Prata, elencamos que a Usina Hidrelétrica de Itaipu, teve o objetivo, afinal conquistado, de o Brasil superar a Argentina, como principal país sul-americano.

_

¹ Para Martins (2011, p.14), "[...] isso não chega a ser um defeito destes modelos. Como todas as abstrações de reflexão científica, os modelos geopolíticos devem ser seletivos no sentido de reduzir a realidade a um campo de interesse específico, simplificando o que é complexo a suas estruturas. No caso dos autores até aqui citados, o interesse era encontrar uma fórmula que melhor explicasse – ou orientasse – a projeção de poder das principais potências em escala global, o que tornava bastante lúcidas as explicações sobre o papel dos EUA ou das potências europeias para o cenário mundial, mas que nada dizia, sobre os problemas internos dos países periféricos".

Na Bacia Amazônica, ao contrário, vista por estes autores, e por aqueles que tiveram no poder nestes 21 anos, como um "vazio demográfico", houve uma série de projetos, com o objetivo de ocupar a imensa floresta, com contingentes populacionais, oriundos de todo o Brasil. A construção de rodovias na Amazônia, do qual o exemplo mais claro, é a BR-230, mais conhecida, como Transamazônica, respondeu a esses objetivos. No entanto, a concepção defensiva da geopolítica formulada para a Amazônia, ganha destaque, com o Projeto Calha Norte, elaborado no fim do Regime Militar, em que tinha-se o intuito de vivificar as fronteiras setentrionais do Brasil, vistas como desguarnecidas.

Ambos os projetos deram-se em zonas de fronteira motivo pelo qual devemos debater melhor este conceito. A fronteira é uma faixa, ou seja, constitui uma zona onde existe um intercâmbio de pessoas, mercadorias, capital, dentre outros, entre os dois países vizinhos. Distingue-se do limite, que é uma linha, que não pode ser habitada (MARTIN, 1997). Por outro lado, importante geopolítico brasileiro, argumenta sobre as finalidades de uma fronteira². Ei-la a seguir

- 1 Distinguir o meu do teu;
- 2 Proteger o território nacional;
- 3 Isolá-lo, de certo modo; e, amo mesmo tempo;
- 4 Facilitar-lhe o intercâmbio com o exterior, isto é, liga-lo a outros Estados (BACKEUSER, 1952, p.91).

Outro conceito que merece maior destaque é o de "fronteira viva". Defendemos que ele foi utilizado com uma conotação distintas nas duas áreas que serão analisadas nesta dissertação. No caso do Prata, há um caráter ofensivo, enquanto na Amazônia, ela deu-se através de uma concepção defensiva. Assim sendo, a fronteira viva é uma zona de fricção, onde podem surgir conflitos. Difere-se da fronteira morta, aquela que perdeu sua vivacidade (BACKHEUSER, 1952). Assim, elencamos os objetivos deste trabalho abaixo:

 Observar o papel do Brasil na América do Sul, através da obra de Golbery;

² Para Soares (2021, p.11), "a fronteira é, de um modo geral, o condicionamento resultante de uma política externa".

- Analisar se Golbery conseguiu implementar sua Geopolítica na Bacia Amazônica e na Bacia do Prata;
- Estudar a Geopolítica efetuada no círculo militar brasileiro, no século XX, e relacioná-la com a ação do Estado brasileiro na Bacia do Prata e na Bacia Amazônica

Devemos ter em mente, que a Geopolítica ganha impulso no Brasil, na década de 1930, durante a Era Vargas (1930-1945). Não era para menos, pois neste período, processou-se a construção do Estado e da nação, neste país (VLACH, 2003). Um livro que ganha destaque é *Aspectos Geográficos Sul-Americanos*, lançado por Mário Travassos³, em 1931, que na edição de 1935 ganha seu nome definitivo, *Projeção Continental do Brasil*. Trabalho seminal, representa, um primeiro esforço em analisar qual a posição política na América do Sul.

Um dos pontos essenciais neste trabalho, é a definição de uma política de transportes que o Brasil deveria fazer, além de atrair o que ele assim denomina, focos de instabilidade no continente, do qual o principal exemplo é a Bolívia, com seu triângulo estratégico, formado pelas cidades de Santa Cruz de la Sierra-Sucre-Cochabamba. As preocupações com a Argentina estão presentes, representando aspecto de continuação com a geopolítica golberyana, como veremos a seguir. Assim

No contexto de disputa da hegemonia na América do Sul, Travassos não ignora que a Argentina, melhor estruturada economicamente, possui outras vantagens importantes em relação ao Brasil, dentre as quais a rede de transportes. Porém, considerando a dimensão e o "tipo continental" do território brasileiro, além do fato que a "influência continental do Brasil" pode aumentar por intermédio de uma rede de transportes bem estruturada, que empregue todos os tipos de transporte – fluvial na bacia do Amazonas, ferroviário e fluvial na bacia do Prata, aéreo na extensão do território – , o autor considera que o Brasil deve desenvolver uma política de transportes coerente com sua ambição de exercer influência política na região. Trata-se, em suas palavras, de "um dever político" do Brasil; dever este que considera seus interesses em escala nacional e regional (VLACH, 2003, p.3).

³ Para maiores informações sobre as ideias de Travassos, ver capítulo 2 desta dissertação.

A ideia de integração nacional ganha uma outra dimensão, para Golbery do Couto e Silva. A criação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949, com sua Doutrina de Segurança Nacional (DSN), baseado no binômio segurança e desenvolvimento, tinha na geopolítica alicerce fundamental para sustentar seu ponto de vista.

Golbery do Couto e Silva, ocupou as fileiras da ESG, onde atuou como instrutor, em que abordou sobre diversos temas, incluindo a Geopolítica. Desta forma, esta organização teve contribuição importante para a difusão desta disciplina para membros da burocracia civil e militar. Consequentemente, a integração territorial do Brasil se daria por meio do desenvolvimento econômico, que permitiria a manutenção do território brasileiro.

A preocupação com a fronteira oeste do Brasil é algo marcante na geopolítica golberyana. Portanto, ela seria alvo de uma cobiça, o que na sua concepção seria corrigido, através de um planejamento que integraria esta vasta área ao todo nacional (SILVA, 1967). Ao mesmo tempo, Golbery, assim como Travassos, um dos seus mentores intelectuais, também vê a Argentina como um rival que deveria ser superado. Portanto

O crescimento do país (nacional) só é possível através da garantia, para o Brasil, da hegemonia regional. Segundo essa estratégia a projeção hegemônica é determinada hierarquicamente na relação entre os países. A questão se resume na determinação de que país irá ter a maior influência econômica, cultural, política e militar ao ponto de impor e garantir essa presença regional. Dessa maneira os países vizinhos são considerados "inimigos potenciais" competidores ou adversários da "vontade nacional" (JESUS, 2009, p.98).

O projeto brasileiro de conquistar sua supremacia na América do Sul tem nas disputas na Bacia do Prata e na ocupação da Amazônia, dois momentos distintos, mas interligados. Lembramos que desde o Período Colonial, passando pelo Império, a Bacia do Prata foi alvo dos maiores esforços diplomáticos brasileiros, em que os interesses brasileiros e argentinos se chocavam na maior parte das vezes, com raros momentos de aproximação.

Nos governos militares, ao mesmo tempo, em que há divergências com o país portenho, com o aproveitamento hidrelétrico das águas do Rio Paraná, temos uma ação deliberada para uma ocupação da Amazônia, que se deu por meio de inúmeros projetos. Se nas décadas de 1960 e 1970, as relações entre

Brasil e Argentina foram tensas, com o ano mais crítico de 1973, quando Brasil e Paraguai assinaram o Tratado de Itaipu, que forneceu o suporte político-institucional para o empreendimento binacional, representado pela construção da Usina Hidrelétrica. Ao mesmo tempo, os projetos na Amazônia eram levados adiante, em que se procurava "inundar de civilização a hileia", ou seja, o lema "Integrar para não Entregar", traduziu-se em diversas políticas territoriais.

Em 1979, há a assinatura do Acordo Tripartite, entre Brasil, Argentina e Paraguai, em que se resolve as pendências relativas ao aproveitamento hídrico dos recursos da Bacia do Prata. Com a conquista da supremacia no Prata, concretizada com Itaipu, os militares voltaram suas atenções para Amazônia, afinal considerada, uma das áreas estratégicas para sua atuação, a partir da década de 1980. As FA brasileiras, baseiam sua argumentação em que uma ação mais enérgica se fazia necessária para a manutenção da soberania nesta área, logo impuseram a aprovação do Projeto Calha Norte, 1985 (JESUS, 2009).

O que demonstramos é que os geopolíticos considerados ocuparam lugares de destaque dentro do aparelho estatal após 1964, assim suas ideias, foram postas em prática, pelo menos em parte. Assim, temos uma influência, destes autores na formulação de políticas territoriais, na Bacia do Prata e na Bacia Amazônica, portanto a Geopolítica não pode ser vista apenas como uma ideologia, a serviço de uma regime autoritário, como vemos a seguir

Sem dúvida essa é a verdadeira face dos discursos geopolíticos no Brasil. Uma ideologia, que travestida com a roupagem cientifica, apagou as verdadeiras determinantes da história, o chão histórico onde estavam estabelecidas, por exemplo as diferenças regionais foram apagadas e as soluções encontradas na geografia, um discurso que fez uso e ressaltou as formas autoritárias de controle do Estado, a repressão e o cerceamento das liberdades. Seus locutores entendiam que o Estado tinha como único fim impor seus domínios sobre os outros, entretanto esse domínio deveria ser estabelecido primeiro internamente (OLIVEIRA, 2009, p.24).

Para fazer a comparação entre a Bacia do Prata e a Bacia Amazônica, esta dissertação foi dividida em 4 capítulos. O primeiro tem um caráter histórico-biográfico, em que se trata da História do Exército Brasileiro, até chegarmos a década de 1950, em que presenciamos uma atuação de um grupo de militares, em que Golbery do Couto e Silva estava inserido, em diversas crises políticas,

até a tomada do poder em 1964. Depois analisamos a atuação de Golbery, dentro do aparelho estatal, primeiro como chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), depois como Chefe da Casa Civil, durante os governos do General Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo, quando ocorre a abertura política, em muito construída, a partir de sua ação como ministro.

No segundo capítulo faremos uma análise teórica de três autores, importantes para o desenvolvimento de uma geopolítica de inspiração militar. Seguimos a ordem cronológica, abordando primeiro as ideias de Mário Travassos, para depois falarmos de Golbery do Couto e Silva. A conotação do Brasil como um imenso arquipélago merece um destaque, e as formulações esguianas terão destaque, demonstrando como elas exerceram influência sobre a geopolítica golberyana. Por último, falaremos do General Carlos Meira Mattos, a partir das ideias contidas no livro *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Diferente dos outros dois autores, Meira Mattos, foca sua análise na Amazônia, representado um reflexo na mudança de atuação dos militares brasileiros, da Bacia do Prata, para a Bacia Amazônica, ocorrida na década de 1980.

Nos capítulos 3 e 4 abordaremos, de forma mais pormenorizada, as Bacias do Prata e Bacia Amazônica. Destacamos os conflitos que ocorreram na Bacia Platina, que remontam a Colônia, até as tensas e cansativas negociações que culminaram com o Acordo Tripartite, de 1979, que pôs fim aos desentendimentos entre Brasil e Argentina, possibilitando a construção de UHE de Itaipu. Destacamos como a formulação geopolítica de Golbery exerceu influência, já que ele via a Argentina como um rival, que deveria ser superado. A Amazônia, como contrapartida, era vista como uma área secundária, dentro do aparato governamental brasileiro, sendo ela relegada. Esta situação muda de figura, a partir da Era Vargas, com o início da "Marcha para o Oeste" seguida pelos governos vindouros. Progressivamente, ela ganha destaque, com a ideia de "inundar de civilização a hileia", até chegarmos ao Regime Militar, em que ela ganha uma maior visibilidade, com vários empreendimentos de vulto. Nos anos 1980, a Amazônia, torna-se a área mais estratégica, para os militares brasileiros, quando surge o Projeto Calha Norte, em 1985, no fim do Regime Militar.

O objetivo deste trabalho, foi analisar um autor importante, a partir da comparação de duas áreas estratégicas para o Estado Brasileiro. Se o Prata representou o alvo das maiores preocupações de estadistas, diplomatas e

geopolíticos brasileiros, até a década de 1970, a partir da década seguinte a Amazônia tomou seu lugar.

CAPÍTULO 1 – BREVE BIOGRAFIA DO GENERAL GOLBERY DO COUTO E SILVA (1911-1987

Neste primeiro capítulo, abordaremos questões referentes a biografia de Golbery do Couto e Silva. Antes de falarmos da Geopolítica formulada por ele, é importante destacarmos sua biografia, assim como algumas de suas influências no Exército, para além da Geopolítica, que será analisada no Capítulo 2. Na primeira seção falaremos sobre o Exército Brasileiro e sua participação em acontecimentos políticos relevantes para o Brasil, desde o século XIX, passando pela Proclamação da República, em 1889, até a década de 1950, quando temos acontecimentos que tiveram participação do nome que constitui o objeto deste trabalho.

O período compreendido, desde a Proclamação da República, até os anos 1950, tem alguns pontos que serão destacados na primeira seção, como os pressupostos da Revista de Defesa Nacional e a Doutrina Góes Monteiro, que sem dúvida, representam influência para o pensamento Geopolítico brasileiro, inclusive o de Golbery. A partir disto

Dada as próprias características da profissão militar, ligada a guerra e a preparação para a guerra, a ausência da preocupação geopolítica nas ações dos militares na política interna seria já bastante arriscada. Entretanto, para além disso, justamente durante o período do Estado desenvolvimentista, os militares brasileiros elaboraram uma escola local de geopolítica, que se inicia nos anos 1930 com Mário Travassos e segue até os anos 1970, com as obras de Carlos Meira Mattos. Além disso, elaboraram doutrinas que expandiram o escopo da preparação para a guerra, como a própria Doutrina de Segurança Nacional. Tudo isso nos indica que um estudo mais detido sobre o pensamento militar pode trazer novos elementos para o campo da ação política das elites militares no Brasil (VEIRA, 2013, p.33-34).

Posteriormente adentraremos a biografia do General Golbery do Couto e Silva, expondo os acontecimentos que tiveram lugar entre os anos 1950 e 1970, que tiveram sua participação. Destaques neste período e que serão comentados, são a crise de 1954, que levou ao suicídio de Getúlio Vargas, passando pela crise dos anos 1960, que levou ao golpe de 1964. Durante o Regime Militar (1964-1985), Golbery ocupou cargos de primeiro escalão, como por exemplo, o Ministério da Casa Civil, nos dois últimos governos militares. Importante destacarmos algumas características, dos militares que atuaram na década de

1950-1960, onde haviam intensas disputas, entre uma ala nacionalista e antinacionalista, nas Forças Armadas Brasileiras. Voltaremos a este tema, no momento oportuno, contudo a próxima citação, destaca as caraterísticas dos chamados "Generais de 1964", na denominação de Svartman (2006). Assim

Os Generais de 1964 constituem um grupo de militares nascidos entre os anos finais do século XIX e os iniciais do século XX e que compartilha uma experiência histórica que envolve a crise do liberalismo oligárquico e as rebeliões militares dos anos 1920; o engajamento no regime de modernização autoritária de Vargas, que ampliou a estrutura organizacional e o poder político das Forças Armadas; a repressão ao levante comunista e fascista; a oposição ao nacional-populismo; um elevado grau de internacionalização e de ocupação de cargos públicos e uma arraigada crença no seu preparo e isenção como sendo elementos que legitimassem seu engajamento político. Uma vez atuando na esfera política, suas práticas se davam predominantemente no sentido de se opor à mobilização política da sociedade e implementar uma modernização nacional por vias centralizadoras e autoritárias, que, no entanto se autoprocalamava democrática e denunciava o nacional-populismo como comunista (SVARTMAN, 2006, p.28).

Esta citação ajuda a entender a atuação deste grupo de militares, incluindo Golbery do Couto e Silva, durante as décadas de 1950 até os anos 1970. Por outro lado, esta informação é importante, porque como veremos posteriormente, o arcabouço geopolítico construído por este autor remonta a Guerra Fria, nos anos 1950. Tal situação reflete-se em um anticomunismo e uma aliança incondicional com os Estados Unidos, dentro de uma Geopolítica de contenção. Feita esta breve digressão, encerramos este breve apresentação do capítulo, para falarmos dos militares no Brasil, e depois abordarmos a biografia de Golbery do Couto e Silva.

1.1 – OS MILITARES E A POLÍTICA NO BRASIL

Entender a participação dos militares na política brasileira, requer voltarmos ao século XIX. Até a eclosão da Guerra do Paraguai, com raras exceções, a exemplo da região Sul, o Exército tinha função secundária dentro da estrutura do poder, sendo preterido pela Guarda Nacional, reflexo da importância do poder do latifúndio e dos proprietários de escravos, ou seja, o poder local. A situação de calamidade a que a força terrestre no Brasil estava

submetida está bem documentada, em Sodré (2010, p.162), como no trecho a seguir

Na prática, em especial no que diz respeito ao recrutamento, é que se verifica a diferença entre uma e outra organização, o carinho dedicado à Guarda Nacional, o desprezo dedicado ao Exército.

Posteriormente informamos que

De fato, o que ditou evidentemente a criação da Guarda Nacional foi o interesse político-partidário e não o da defesa nacional. E, por isto, ela não desempenhou em toda a parte, como no sul, o seu eficiente papel militar (SODRÉ, 2010, p. 167).

Com a eclosão da Guerra do Paraguai, e o êxito da Tríplice Aliança, contra o Paraguai a situação muda de figura, portanto o Exército não terá mais papel subalterno na definição dos rumos nacionais. Isso fica muito evidente no engajamento desta instituição, em acontecimentos que tiveram papel preponderante, para o fim do Império, como a questão da República e da Abolição da Escravidão. Portanto,

De outro lado, sendo a oficialidade recrutada particularmente na classe média, que vinha em ascensão, é ainda fácil compreender os anseios libertários encontraram nela enorme receptividade (SODRÉ, 2010, p. 186).

Posteriormente, a partir da Proclamação da República, em 1889, houve grandes debates acerca do papel do Exército, perante a sociedade. O Marechal Floriano Peixoto (1891-1894), teve papel destacado na manutenção da unidade nacional, contendo Revoltas, contra elementos monarquistas da sociedade, que denunciavam um suposto "autoritarismo" do "Marechal de Ferro". Desta maneira,

A proclamação da República em 1889 passa em grande medida pela ação dos militares, que depuseram D. Pedro II. Havia, grosso modo, a divisão no Exército entre dois grupos que contribuíram para o golpe de Estado que resultou no fim da Monarquia no Brasil. De um lado, os tarimbeiros, militares que, em sua maioria, haviam lutado na Guerra do Paraguai, eram desprovidos de treinamento profissional em Escolas Militares e revelavam-se insatisfeitos com o baixo prestígio recebido quando voltaram do conflito. De outro lado, os oficiais "doutores", formados na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, em que predominava as ideias positivistas e as disciplinas

teóricas e filosóficas. Os oficiais formados na Praia Vermelha saíam inaptos para o combate, muitas vezes adeptos do pacifismo e do republicanismo – o positivista Benjamin Constant (o patriarca da República segundo a Constituição de 1891), por exemplo, era professor da Escola Militar desde 1872 (SABOYA, 2018, p.33).

Neste sentido, a virada do Império para República, não representou progressos para as Forças Armadas, apesar de alguns avanços pontuais, como por exemplo, durante o governo de Floriano Peixoto (1891-1894). A situação de decadência herdada dos últimos momentos da Monarquia, continuou com a República, mais precisamente com o início da República do Café com Leite, com Prudente de Morais em 1894, onde os interesses dos cafeicultores imperavam, assentados em uma grande autonomia dos entes federativos, perante a União. Sodré (2010) elenca certas virtudes, no estamento militar, que contrapunham os interesses das oligarquias regionais, como a realização de reformas estruturais, ao menos durante a presidência do "Marechal de Ferro", Floriano Peixoto. Assim era necessário, para as classes dominantes quebrar este poder, fazendo com os militares voltassem para a caserna, para posteriormente destruir o Exército, tendo assim, pontos similares com o II Reinado, quando o Exército foi preterido pela Guarda Nacional. Portanto,

Do ponto de vista da inserção geopolítica regional do Brasil, a República representou uma intensificação do processo de decadência que já vinha de 1870. Apesar do relativo fortalecimento do Exército durante o governo Floriano Peixoto, imune ao pacifismo da Praia Vermelha e para quem o Brasil necessariamente teria que enfrentar a Argentina, e do programa de modernização industrial desse presidente, a Revolta da Armada de 1893 destruiu o maior instrumento de projeção de poder brasileiro no Prata (VIEIRA, 2013, p.40).

As discussões que permearam a atuação do Exército, durante a República Velha, se deram a respeito de sua profissionalização. As missões de oficiais que foram a Alemanha, mais precisamente, em 1906, 1908 e 1910, tiveram o apoio do então Ministro da Guerra, Hermes da Fonseca, e do Ministro de Relações Exteriores, o Barão do Rio Branco. Aliás de acordo com Peixoto (2000, p.19), "o projeto de Rio Branco deitaria raízes através de suas próprias realizações. A reorganização das Forças Armadas seria a espinha dorsal de seu

projeto e para seu interior convergiriam idéias (sic) que mais tarde novamente iriam se tornar as idéias (sic) da política externa brasileira". Desta forma

Em resumo, na virada do século, o Brasil tinha que conviver em uma situação de colapso do seu aparelho militar, fragmentação do poder central, fortalecimento e expansão do poder argentino no Prata e o ápice do imperialismo europeu. A reação a esse estado de coisas foi iniciada em 1899, com a criação do Estado Maior do Exército, encarregado da missão de profissionalizar essa corporação e recuperá-la da tragédia de Canudos, e ganhou momento com a nomeação de Rio Branco para a chancelaria brasileira em 1902 (VIEIRA, 2013, p.42).

Os "jovens turcos", como ficaram conhecidos, preconizavam uma maior profissionalização da armada, com uma mudança no currículo ensinado nas Escolas Militares, logo a modernização das Forças Armadas defendida por Rio Branco, encontrará reforços nesta geração de militares. Diferentemente dos militares influenciados pera orientação positivista, que queriam uma mudança política, os "jovens turcos" almejavam um incremento do Exército na burocracia estatal.

Neste contexto, surge a *Revista de Defesa Nacional*⁴, em 1913, que representava as aspirações dos "jovens turcos", em defesa da industrialização, com o objetivo de melhorar a estrutura da corporação. As maiores preocupações expressas nos artigos das sucessivas edições desta publicação, referem-se ao imperialismo inglês e ao poderio argentino na América do Sul, e que reflete uma influência para o pensamento geopolítico que se estruturaria posteriormente, com Mário Travassos, na década de 1930.

A dependência de equipamentos estratégicos demonstra ser uma preocupação de primeira ordem, nos artigos escritos na Revista, portanto há uma defesa intransigente da promoção de políticas em defesa da indústria, através da instalação de uma siderúrgica no Brasil. A disputa pela supremacia na Bacia

⁴ A importância desta publicação se mede a partir do número de militares que tiveram envolvimento com a Revista, e que posteriormente exerceram papel importante em cargos de primeiro escalão no Estado brasileiro, nos anos vindouros. Por exemplo, Castelo Branco, primeiro presidente do Regime Militar (1964-1967), foi editor da revista nos anos 1920. Eurico Gaspar Dutra, sustentáculo do Estado Novo (1937-1945) e primeiro presidente eleito, após a deposição de Vargas (1946-1951), foi um dos mantenedores da publicação em seus primeiros momentos. Por fim, Goes Monteiro, idealizador da Doutrina que preconizava a tutela do Exército perante a sociedade, ocupou cargos de chefia no Exército, entre os anos 1930 e 1950, e Emílio Medici, terceiro presidente militar (1969-1974), foram representantes regionais da publicação. Para mais informações ver Vieira (2013), capitulo 2.

do Prata com Argentina, levou a uma corrida armamentista, na América do Sul, no início do século XX. Para Bandeira (2010), a rivalidade envolvendo Brasil e Argentina, ao mesmo tempo que beneficiava as principais potências imperialistas naquele momento, não representavam uma ameaça de guerra, o que contraditoriamente não estava nos planos dos principais países europeus. Feita esta breve digressão, vemos uma citação que afirma o seguinte,

A dependência dos países estrangeiros, não só no caso das munições, mas também das armas e do material de guerra em geral, é entendida como problema pois o Brasil pode, no caso de um conflito, não dispor das divisas internacionais necessárias para realizar as aquisições, e, principalmente, porque se vislumbrava a possibilidade do inimigo impedir diretamente o abastecimento (VIEIRA, 2013, p.60).

Seguindo esta linha de raciocínio, as oligarquias que controlavam o Estado brasileiro, na República Velha (1889-1930), representariam um obstáculo para as transformações que os redatores da *Revista de Defesa Nacional*, defendiam, e que dariam o suporte necessário para o enfretamento do imperialismo inglês e da disputas com a Argentina, em torno da Bacia do Prata, que retornaremos adiante. A partir disto

[...] as elites regionais e particulares impediriam o desenvolvimento do Exército e da organização nacional, e assim garantiriam o enfraquecimento do país e a sua incapacidade de enfrentar tanto a ameaça regional (representada principalmente pela Argentina) quanto a ameaça imperialista (VIEIRA, p. 68, 2013).

Ou seja, caberia as Forças Armadas o papel de conduzir os destinos do Estado brasileiro, acima dos demais interesses da sociedade, representando uma primeira influência para o pensamento de Golbery do Couto e Silva, e para seus colegas que se debruçaram nos estudos sobre Geopolítica. Em consequência disso, atentamos que *A Revista de Defesa Nacional*, representa um primeiro impulso para a modernização das Forças Armadas (SVARTMAN, 2006), ao longo das primeiras décadas do século XX. Ao mesmo tempo, em que vemos as publicações desta revista, temos um acontecimento que muda a orientação do ensino militar, qual seja, a I Guerra Mundial (1914-1918). Assim sendo

[...] ampliou-se o peso das disciplinas militares no currículo e reforçou-se o enquadramento militar dos alunos nas companhias. Subordinada diretamente ao Estado-Maior do Exército, a Escola Militar começou a qualificar o seu quadro de instrutores submetendo-os a uma seleção na qual deveriam passar por provas práticas. Reforçava-se o caráter profissional e meritocrático, aplicado tanto aos alunos quanto aos instrutores, o que abriu espaço para que os jovens turcos pudessem influir nos novos profissionais. Era a chamada missão indígena, designação dada, posteriormente, em alusão à vinda em 1920 de uma missão militar francesa para assessorar e instruir os oficiais do Exército e que, no entanto, só começou a ter repercussão na Escola Militar (SVARTMAN, 2006, p.79).

Tal formação contrasta frontalmente com a formação mais filosófica, encontrada na Escola Militar da Praia Vermelha, baseada nos preceitos do positivismo de Benjamin Constant. As acusações dos jovens turcos e da *Revista de Defesa Nacional*, era a de que a formação militar, não preparava seus alunos para o *front* de batalha. Daí a influência de missões estrangeiras, primeiramente alemã, e depois francesa. A respeito da influência francesa, e depois estadunidense, voltaremos mais adiante, neste trabalho.

Como veremos ao longo desta dissertação, os embates com a classe política se fazem bastante presente e justificam, em última análise, as sucessivas intervenções das Forças Armadas na política brasileira, do qual o exemplo mais destacado é golpe de 1964, como veremos ao longo do trabalho. Assim,

[...] as elites regionais e particulares impediriam o desenvolvimento do Exército e da organização nacional, e assim garantiriam o enfraquecimento do país e a sua incapacidade de enfrentar tanto a ameaça regional (representada principalmente pela Argentina) quanto a ameaça imperialista (VIEIRA, 2013, p. 60).

Ao longo dos anos 1920, concomitante as publicações da *Revista de Defesa Nacional*, surge o movimento tenentista, no bojo do enfraquecimento da República Velha. Para Bresser-Pereira (2015, p.96), "o tenentismo foi o fenômeno político mais significativo dos últimos da Primeira República". Este movimento representa aspecto importante, para entender a Revolução de 1930, e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Portanto,

[..] a Revolução de 1930 marcou a integração da classe média moderna nas classes dirigentes brasileiras. Não apenas na classe profissional, que se manifestou sobretudo no nível do Exército e dos tenentes, mas também da classe média burguesa e da burguesia industrial, que não participou ativamente da revolução mas foi, afinal, sua grande beneficiada (BRESSER-PEREIRA, 2015, p.97).

A discussão se o movimento tenentista representaria uma insatisfação das classes médias, ou se por outro lado, tem no seu aspecto militar a questão preponderante, não constitui ponto crucial para este trabalho. No entanto, os militares se atentam pela primeira vez para a questão social, nos 1920, e tem papel fundamental para o fim da República Velha, em outubro de 1930. Sobre o tenentismo, Svartman (2006, p.129), afirma que "o tenentismo mobilizou engajamentos, e defecções, de militares em momentos diferentes. O que por sua vez, resultou em experiências de natureza e duração bastantes diferenciadas". A partir disto,

[...] a doutrina tenentista era elitista e antipolítica. Esses ambiciosos oficiais jovens desejavam forçar o surgimento do Brasil como nação moderna, e acreditavam que isso poderia ser conseguido a curto prazo, só com um quadro de tecnocratas apolíticos, totalmente não-comprometidos e dotados de um senso inflexível de missão nacional (SKIDMORE, 1969, p.28).

A Era Vargas (1930-1945) presenciou profundas transformações no Brasil, com um incremento da industrialização, no entanto o relacionamento com os tenentes, demonstrou seus descaminhos, pois eles, se mostraram descontentes com os caminhos do Governo Provisório (1930-1934), logo observamos suas diferenças com os oficiais superiores. Outro aspecto a ser destacado é a cisão que há entre os tenentes, entre aqueles que mantiveram-se leais ao governo de Getúlio Vargas, e outros que liderados por Luís Carlos Prestes, aderiram ao Comunismo. Antes de prosseguirmos, convém destacarmos que alguns militares que participaram ativamente do tenentismo, e da ascensão de Vargas, se viraram contra seu governo, durante o Estado Novo, e tiveram papel proeminente na oposição ao getulismo, durante a década de 1950 e 1960, inclusive tendo papel proeminente no golpe de 1964. Voltaremos a isso quando abordarmos a biografia de Golbery do Couto e Silva.

No Estado Novo (1937-1945), as Forças Armadas, na figura do General Eurico Gaspar Dutra e o General Goes Monteiro, deram todo o suporte, para Getúlio Vargas empreender sua continuidade no poder. No geral, os militares apoiaram as iniciativas deste governo, já que eles apoiaram a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, inaugurada, em 1941, passo importante para o incremento da indústria neste país. Após 1930 observamos uma preeminência da classe militar, nos destinos do país. Logo,

Como em 1889, quando a República sucedeu o Império, o controle, no momento crítico, foi assumido pelos militares superiores e então transferido para novos quadros políticos civis. Em 1930, os comandantes do Exército e da Marinha encontraram-se colocados numa posição que se deveria tornar cada vez mais familiar na subsequente história do Brasil: o papel de árbitros finais da política interna (SKIDMORE, 1969, p.28).

Dito isto, o período entre 1930 e 1945, representa o período, onde as formulações e anseios de Reforma do Exército são incorporadas, pelo Estado. Durante a II Guerra, com a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), na Itália, há início de uma aproximação entre militares brasileiros e americanos (voltaremos a este tema posteriormente). Por fim, não podemos nos esquecer, que a própria deposição de Getúlio, se deu através de um golpe militar executado pelo General Góes Monteiro, em outubro de 1945, abrindo caminho para a vitória de seu colega de farda, Eurico Gaspar Dutra.

Neste sentido, destacamos a figura deste oficial do Exército, citado no parágrafo anterior que a partir da Doutrina que leva teu nome, exerceu marcante influência na corporação, inclusive sobre a própria formulação teórica de Golbery do Couto e Silva. Dentro desta perspectiva, todos os agentes que protagonizaram os levantes protagonizados na década de 1920 e 1930, convergiram para o projeto de Góes Monteiro (SVARTMAN, 2006). O eixo fundamental da Doutrina que leva seu nome, se refere a tutela da sociedade perante o Exército. As reformas empreendidas por este oficial, com relação ao ensino militar, proporcionaram transformações na caserna. A citação a seguir é bastante elucidativa a respeito

Esse fechamento do sistema de formação militar à influxos externos, seja quanto aos contatos dos oficiais ou futuros oficiais com espaços de formação civis, favorecia também a produção e

a reprodução de padrões de comportamento, de gostos e de expectativas próprios, que também poderiam se desdobrar em formulações doutrinárias específicas (SVARTMAN, 2006, p.72).

Seguindo nesta linha de raciocínio, Goes Monteiro, se manifesta contra o liberalismo, visto como nocivo aos interesses brasileiros, além dos interesses partidários que representavam os interesses particulares da sociedade. O eixo norteador de toda a sua linha de pensamento se define na seguinte frase: "Façamos a política do Exército, e não no Exército". As consequências desta afirmação estão veiculadas, logo abaixo

Apesar da proposta de Góes significar basicamente a transformação do Exército em um partido, e de fato no único partido legítimo na política nacional, ela não esquece a finalidade tradicional da corporação. Assim ainda que utilize uma ampla argumentação para justificar a tutela do Exército sobre a política doméstica, um dos motivos que tornaria essa ação indispensável, e que vem diretamente das páginas da Defesa Nacional, é que não poderia nunca haver um Exército disciplinado em uma nação indisciplinada (VIEIRA, 2013, p. 98).

Sob este ponto de vista, o arcabouço proposto por Góes Monteiro, é um ponto de inflexão importante, sendo assim, representa um norte para o que as Forças Armadas Brasileiras construíram, no pós Segunda Guerra, e no seu relacionamento com a sociedade. Neste ponto de vista, devemos destacar que o pensamento formulado por este General, constitui uma referência para o pensamento de Golbery, bem como da instituição em que ele atuou e que muitas vezes se confunde com a sua figura, a Escola Superior de Guerra (ESG). Logo

Obviamente, a imposição, pelo Exército, do interesse coletivo sobre toda a gama de interesses particulares que dominavam a política nacional no início dos anos 1930 levaria a conflitos. Provavelmente prevendo a resistência que suas propostas teriam sobre a opinião desses setores, Góes faz uma advertência na qual deixa claro a nova posição do Exército de "guardião da Nação", e qual seria o estatuto daqueles que se colocassem entre a corporação e seus objetivos políticos (VIEIRA, 2013, p.98).

Em resumo, toda a construção observada nas fileiras do Exército, principalmente a partir dos anos 1930, conduz a um aumento de importância desta organização, na vida política brasileira. Isto ficará nítido ao observarmos a

trajetória de Golbery, em que ele esteve bastante envolvido nos acontecimentos entre os anos 1950 e 1970, e que possui uma influência deste panorama das Forças Armadas, desde o final do Império, até o fim da Era Vargas. Desta forma, afirma-se o seguinte

Em termos simples e provisórios, tratar-se-ia da intervenção e participação de setores militares (ou das Forças Armadas, como um todo) na gerência econômica e política do Estado, atividade à qual, até então, estiveram ligados os políticos civis (OLIVEIRA, 1976, p.13).

Feitas estas primeiras observações, adentraremos os anos 1950, período em que o autor que representa o foco deste trabalho, ganhará destaque, sendo um dos conspiradores contra Getúlio, em 1954, e mais ainda, sendo um dos artífices da deposição de João Goulart, 10 anos mais tarde, em 1964. Faz-se necessário, retomarmos sua biografia, elencando, ao final da seção, sua participação nos governos militares, de Castelo Branco (1964-1967), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Batista Figueiredo (1979-1985). Dos cinco generais presidentes, que governaram o Brasil, durante o Regime Militar, Golbery esteve presente em três, fora a participação no Tribunal de Contas de União, durante o período de Costa e Silva (1967-1969). Adentraremos estas questões na próxima seção.

1.2 - BREVE BIOGRAFIA DO GENERAL GOLBERY DO COUTO E SILVA (1911-1987)

Antes de comentarmos sobre a biografia de Golbery do Couto e Silva, ressaltamos que sua figura tem um ar enigmático. Se este trabalho tem o objetivo de analisar a Geopolítica golberyana, não podemos nos esquecer, das disputas em que ele se envolveu, dentro do Exército brasileiro, na década de 1950, sendo um dos representantes da ala anti-nacionalista, que via uma aliança com os Estados Unidos, como algo inevitável para os destinos do Brasil. Seguindo esta linha, temos que falar, ainda que de forma breve, sobre sua participação na conspiração que derrubou o presidente João Goulart, em 1964, e também da sua participação nos governos posteriores, em cargos de primeiro escalão. Por fim, antes de adentrarmos propriamente na sua biografia, chamamos a atenção

para uma citação encontrada, na apresentação do livro sobre Castelo Branco escrito por Lira Neto, é muito elucidativa a respeito da figura de Golbery.

[...] no caso da biografia de Castello Branco, um entre os dois protagonistas mais citados e menos conhecidos no processo de construção da ditadura militar brasileira — o outro é o General Golbery do Couto e Silva —, o leitor vai perceber depressa que os episódios de um destino pessoal são também a via de acesso a um longo período de confrontos entre as Forças Armadas e governo (STARLING, 2019, p.18).

Golbery do Couto e Silva, nasceu em 1911, em Rio Grande, município, localizado no Rio Grande do Sul (RS). Promovido a aspirante-a-oficial em novembro de 1930, teve papel discreto nos acontecimentos que levaram Getúlio Vargas ao poder, pouco tempo antes. De acordo com Gaspari (2003, p.115), "sua participação na Revolução de 1930 limitou-se ao trabalho de estafeta: levou uma carta à casa onde estava Juarez Távora". Em 1932, ajudou a debelar a Revolução Constitucionalista, liderada pelos paulistas, contra o governo de Getúlio.

Na II Guerra Mundial, foi para os Estados Unidos, onde serviu em Fort Lavenworth, nos EUA, como etapa necessária para adentrar as fileiras da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Com o final do conflito mundial, Golbery retorna ao Brasil, servindo por pouco tempo, no Estado Maior do Exército (EEM). Em 1945, ocorre o fim da II Guerra Mundial, e também a deposição de Getúlio Vargas, através de um golpe militar liderado por Góes Monteiro, o mesmo que oito anos antes havia dado suporte para o Estado Novo.

Este acontecimento representa transformações no seio da oficialidade brasileira demonstrando uma papel mais interventor do Exército na política brasileira, como está posto na Doutrina Góes Monteiro. Por outro lado, um sentimento anti-getulista começa a ganhar força, sendo importante para entender as crises políticas que se sucederam no Brasil, nas décadas de 1950 e 1960, bem como a geopolítica construída por Golbery. Para Chirio (2012, p.11), "a queda do Estado Novo inaugura efetivamente uma era de forte polarização e mobilização política da sociedade brasileira, cujas Forças Armadas são ao mesmo tempo um eco e um agente central".

No ano de 1952, Golbery adentra as fileiras da Escola Superior de Guerra (ESG), quando ocupava a patente de tenente-coronel. Nas fileiras desta

instituição, inaugurada três anos antes (1949), quando a Guerra Fria se acirrava, Golbery escreveu grande parte de sua obra. Lembramos que em 1950, Getúlio Vargas, volta a Presidência da República, por meio do sufrágio universal. Como veremos, o relacionamento de Vargas, com os militares, na sua segunda passagem, pelo palácio do Catete, foi conturbada, sendo a componente da corporação castrense, um dos fatores que o levaram ao suicídio, em agosto de 1954. A participação brasileira, ao lado dos Aliados, na II Guerra Mundial, e a estreita colaboração, entre os Exércitos estadunidense e brasileiro, no conflito, provocou transformações nas Forças Armadas, presentes até hoje. Portanto,

A partir da década de 1930, uma série de instrumentos diplomáticos de cooperação e ou de consulta mútua foram implementados no continente americano como um mecanismo para estreitar os laços políticos, econômicos e militares da América Latina com os Estados Unidos, principal articulador dessa iniciativa. Com a entrada dos EUA na II Guerra Mundial e com a polarização da Guerra Fria, a cooperação militar tornouse um setor de extrema importância na formulação da política externa norte-americana para a região e foi justamente neste âmbito que vários agentes que formaram o grupo dos generais de 1964 exerceram suas funções diplomáticas (SVARTMAN, 2006, p. 160).

As cisões no Exército, se faziam presente, nos anos 1950. Havia uma ala mais nacionalista, que defendia certas bandeiras, como o monopólio do petróleo, enquanto que por outro lado se destacavam os representantes antigetulistas⁵, entre eles Golbery. Interessante, fazermos um paralelo, com alguns acontecimentos que marcaram a formação dos "Generais de 64", ou seja, aqueles que tiveram uma participação ativa, na deposição de João Goulart, e que partilharam das mesmas experiências, dentre elas as sucessivas crises políticas que acometeram o Brasil, ao longo da década de 1950. Dentre os fatos que marcaram esta geração de representas das FA, está a participação em cargos militares, junto aos Estados Unidos, o que fez com eles tivessem um forte

⁵ Svartman (2006), aponta um grupo de 24 generais, que ele considera como os "Generais de 1964", visto como os artífices da deposição de João Goulart, e que tiveram uma ação política bastante similar, com os mesmos anseios e preocupações. Entre estes nomes, temos destacados membros do Regime instalado em 1964, como os presidentes Castelo Branco, Costa e Silva Emílio Médici e Ernesto Geisel, além dos dois primeiros comandantes da Escola Superior de Guerra (ESG), Cordeiro de Farias e Juarez Távora. Logicamente, Golbery do Couto e Silva também está presente na lista. Três características que os aproximavam, eram o anticomunismo, as posições anti-oligárquicas e a defesa de uma modernização em moldes autoritários.

sentimento anticomunista, assim como as sucessivas derrotas da União Democrática Nacional (UDN), partido liberal e antigetulista nas eleições de 1945, 1950 e 1955, em que nos três sufrágios, por curiosidade, o partido apoiou candidatos vinculados a caserna, e que compartilhavam de sentimentos similares ao de Golbery, Eduardo Gomes e Juarez Távora. De acordo com suas concepções, tais reveses, refletiam uma "imaturidade do povo" que seria ludibriado por "políticos profissionais", além de uma suposta "infiltração comunista". Neste sentido, observamos, uma grande influência da Doutrina Góes Monteiro, de tutela da sociedade, perante as Forças Armadas.

Em fevereiro de 1954, quando o então Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, e seu principal herdeiro político, João Goulart, anunciou um aumento de 100% no salário mínimo, aconteceram profundas reações na caserna. O "Manifesto dos Coronéis", redigido por Golbery, mostrou profundas queixas de setor mais à direita na caserna, demonstrando uma etapa inicial, destes atores, nos esforços de tomarem o aparelho do Estado, para si, afinal concretizado 10 anos depois. Neto (2014, p.274), cita trechos do referido documento, logo vale a pena citar seus trechos mais contundentes, como o seguinte, "a elevação do salário mínimo que, nos grandes centros do país, quase atingirá o dos vencimentos máximos de um graduado resultará, por certo, se não corrigida de alguma forma, em aberrante subversão de todos os valores profissionais". Na sequência

Seguiam-se a assinatura de 82 coronéis e tenentes-coronéis, entre os quais se destacavam os nomes de Adalberto Pereira dos Santos, Alfredo Souto Malan, Amaury Kruel, Antônio Carlos Muricy, Euler Bentes Monteiro, Golbery do Couto e Silva, Jurandir Bizarria Mamede, Silvio Coelho Frota e Sizeno Sarmento – todos futuros participantes do golpe militar que deporia Jango exatos dez anos depois, em 1964 (NETO, 2014, p. 274).

Durante os anos 1950, houve uma articulação dos políticos que compunham a UDN⁶, principal partido de oposição a Getúlio, com os militares anti-Vargas. Esta união possibilitou o desfecho trágico da sua segunda

poder, e o PTB o partido da legitimação da ordem vigente.

⁶ A União Democrática Nacional (UDN) representava o partido antigetulista, no espectro político da III República (1945-1964), sendo de certa forma o representante do liberalismo econômico, naquele momento. Tinha como principais concorrentes o Partido Social Democrático (PSD), vinculado as elites tradicionais, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que possuía forte vinculação com o nascente operariado urbano. Para Dreifuss (1981), o PSD era o partido do

passagem no governo, com seu suicídio no Palácio do Catete. Aspecto importante desta crise, é que os militares representavam os anseios da classe média (grande parte dos militares tinha como origem a classe média) (SKIDMORE, 1969).

Toda a comoção gerada pela morte de Getúlio, impediu esta ala militar de tomar o poder, em conjunto com a UDN, ou seja, concluir o golpe contra as forças getulistas. Nas eleições de 1955, Juscelino Kubitschek (PSD) ganha as eleições, em aliança com o PTB que havia composto a chapa, com João Goulart, na vice-presidência, também vencedor no pleito, logo dois herdeiros de Vargas foram alçados ao comando do Poder Executivo do país. O candidato da oposição era Juarez Távora, antigo tenente, e primeiro comandante da Escola Superior de Guerra, em 1949, que afinal foi derrotado.

A oposição inconformada com o resultado eleitoral, tenta impedir a posse da chapa eleita, com ação de meios ilegais, com o apoio dos militares antigetulistas, como defendido por Golbery, além logicamente da UDN, que afirmava a necessidade de um candidato ter maioria absoluta dos votos para ser eleito (50%+1), algo não previsto na Constituição de 1946. No entanto, as ações do General Henrique Teixeira Lott, com seu golpe preventivo, em novembro de 1955, permitiram a posse da chapa eleita, em janeiro do ano seguinte. Nesta ocasião, Golbery ficou preso por 8 dias. A partir disto depreendemos que

Entre as clivagens e a luta política que polarizou a sociedade e as Forças Armadas no período compreendido entre 1945 e 1964, os agentes aqui estudados assumiram majoritariamente posições contrárias ao varguismo e ao nacionalismo populista e sustentaram um discurso fortemente anticomunista. (SVARTMAN, 2006, p.243).

Neste aspecto, destacamos as disputas que haviam no clube militar, que refletiam o momento pelo qual a sociedade brasileira passava, e que envolve aspectos essenciais de um país que se industrializava. As discussões sobre o tema do nacionalismo, ganharam os debates dentro das Forças Armadas, e também refletem o momento histórico, em que a Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética se acirrava. Estes elementos são essenciais para compreensão da Geopolítica golberyana, como veremos posteriormente. Após,

esta breve digressão, voltamos a abordar, os elementos essenciais para a biografia de Golbery. Neste sentido

[...] o sistema civil brasileiro entre 1930 e 1964 é fortemente marcado pelo aspecto militar. Entende que, particularmente a partir de 1945, as diferentes tendências em disputa no Clube Militar se organizam como verdadeiros partidos políticos (KUNHAVALIK, 2009, p.15).

As Forças Armadas têm desempenhado um papel de destaque na vida política brasileira desde a implantação da República. No período entre a redemocratização de 1945 e o golpe de Estado de 1964 os militares brasileiros tiveram uma importante participação nos debates e nas lutas políticas. Militares com posturas nacionalistas, outros antinacionalistas; militares com propósitos golpistas e outros com posições legalistas. De uma maneira geral, observa-se no contexto político-militar dos anos 1950 e início dos anos 1960, a existência de grupos militares nacionalistas e de grupos militares antinacionalistas (KUNHAVALIK, 2009, p.20).

Nesta disputa, Golbery, se enquadra, no grupo de militares antinacionalistas, representando grosso modo, o grupo dos "Generais de 1964" na designação de SVARTMAN (2006). Nas disputas, em torno deste termo, ressaltamos que o grupo nacionalista defendia certos pressupostos como o desenvolvimento da indústria no Brasil. Desta forma

No caso brasileiro, podemos considerar que a retórica nacionalista passou a ser empregada num período em que o Brasil ainda tinha um nível de industrialização muito reduzido; sua economia era predominantemente agrária e exportadora. A sociedade brasileira ainda não se encontrava integrada de forma mais consistente. No que concerne à questão política, não havia partidos políticos nacionais e o sistema político era marcado pelo controle das oligarquias estaduais. O Estado nacional só foi se fortalecendo a partir da "Revolução de 30 (KUNHAVALIK, 2009, p.154).

Através desta citação, ser nacionalista era defender a soberania do país, por meio de um desenvolvimento que atendesse aos interesses nacionais, e não os estrangeiros. Dentro deste contexto, eles adotaram uma postura claramente contrária ao imperialismo, vinculado aos Estados Unidos. Isto é muito importante para identificar a oposição de Golbery do Couto e Silva e seu grupo, dentro do Clube Militar, que de acordo com Kunhavalik (2009), era do grupo antinacionalista.

O principal fator de discordância, era que este grupo de militares defendia a participação de capital estrangeiro, como por exemplo os debates em torno do monopólio estatal do petróleo, que segundo eles, era necessário para alavancar o desenvolvimento, e consequentemente a industrialização do país. Daí vem a acusação que estes grupos fizeram, contra a ala nacionalista, chamando-a de "comunista", pois eles se mostravam contrários aos interesses estadunidenses. Desse jeito

Liberdade e soberania era uma relação necessária. No entanto, devemos ter claro que os militares nacionalistas e os antinacionalistas davam um significado diferente às idéias de liberdade e de soberania. Garantir a soberania nacional, para os antinacionalistas, significava garantir que o país tivesse um desenvolvimento econômico, pudesse explorar as suas riquezas naturais, mas sem negar a participação do capital estrangeiro, sem xenofobismo. Esta postura, imputada aos nacionalistas, seria falta de civismo e de um verdadeiro patriotismo, visto que a sua adoção levaria ao atraso econômico (KUNHAVALIK, 2009, p.228).

Para os militares antinacionalistas, o seu nacionalismo e o seu patriotismo eram verdadeiros, já que de fato defendiam a liberdade e a democracia. Num contexto de "guerra fria", se colocavam ao lado dos norte-americanos, defensores da liberdade de expressão, da liberdade religiosa e da democracia (KUNHAVALIK, 2009, p.267).

Em 1960, apoia a candidatura vitoriosa de Jânio Quadros, sendo assim, um dos conselheiros mais próximos do presidente, na sua breve passagem como presidente da República. Em 25 de agosto, de 1961, Jânio renuncia cabendo a Jango assumir cargo, contudo ele se encontrava em missão na China, proporcionando uma crise política, já que os Ministros da Marinha, Aeronáutica e Exército vetaram a posse de João Goulart, herdeiro político do varguismo. O manifesto que expunha as razões da impossibilidade de Jango ascender ao cargo máximo da República, teve sua redação realizada por Golbery.

A divisão nas Forças Armadas ganhou contornos dramáticos naquele momento, com o Comandante do III Exército, José Machado Lopes, se mantendo ao lado das forças legalistas, lideradas pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Para resolver o impasse, adotou-se a solução parlamentarista, ou seja, João Goulart assumiria com poderes limitados.

Decepcionado, com os desdobramentos deste episódio, Golbery passa a reserva.

Ao mesmo tempo em que Jango tomava posse como presidente, em setembro de 1961, cria-se o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), com o claro objetivo de se contrapor as medidas nacionalistas do presidente da República, dentre as quais destacamos, as Reformas de Base, notadamente mudanças na estrutura econômica do Brasil, que possibilitassem um incremento no seu desenvolvimento econômico. Dentre estas propostas, destacamos, a Reforma Agrária, Reforma Urbana, Reforma Bancária, dentre outras. Golbery se filia ao IPES, portanto no momento de sua filiação, tal entidade adquire centralidade, conspirando contra o governo de João Goulart. Antes de seguirmos, salientamos que esta organização agrupou elementos da elite dirigente do país, que eram contrários a Jango. Consequentemente, o trabalho deste General, se mostrou extremamente relevante, sendo ele o responsável, pelo Grupo de Levantamento de Conjuntura (GLC). Dreifuss (1981, p. 186), afirma que "consequentemente, em torno de junho de 1962, o General Golbery preparava um trabalho estratégico sobre o assalto ao poder".

Eis que em 1964, através de um Golpe Militar, se interrompe as pretensões de João Goulart, e toda a sua base de apoio, desde os camponeses, até os estudantes, organizados na União Nacional dos Estudantes, passando por todos os setores da esquerda, que defendiam as Reformas de Base, é flagrantemente derrotada. Elas foram motivos de muitas discussões, e polêmicas, durante o início dos anos 1960, período, que caracterizamos como de um impasse. Antes de passarmos a atuação de Golbery após 1964, durante os governos militares, devemos nos ater as seguintes perguntas. Quais os motivos do golpe de 1964? Trata-se de uma ação eminentemente militar? Qual foi a participação dos civis no processo de deposição de João Goulart?

Temos uma série de interpretações a respeito do Golpe de 1964, o qual discutimos as principais. Segundo esta interpretação ressaltamos que a construção da queda de Jango, agregou diversas frações do empresariado brasileiro contra o governo de João Goulart e que ao final teve papel de relevância no golpe de março de 1964, juntamente com a ESG e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). O complexo IPES-IBAD-ESG, tinha como objetivo "agir contra o governo nacional-reformista de João Goulart e

contra o alinhamento de forças sociais que apoiavam a sua administração" (DREIFUSS, 1981, p.161). Destacamos também, o seguinte trecho de sua obra, como destacamos a seguir

O que se tornou claro nesta pesquisa é que os ativistas do complexo IPES/IBAD também estavam liderando e organizando um movimento civil-militar próprio, baseado numa infra-estrutura de oficiais da ESG, que se colocava no centro da campanha político-militar contra J. Goulart (DREIFUSS, 1981, p.361).

Apesar da análise de Dreifuss, ser bastante completa e contundente, sobre os atores, tanto civis, quanto militares, que arquitetaram o golpe contra João Goulart, temos outras visões acerca deste evento, crucial para entendermos o Brasil, desta maneira, na concepção do cientista político nascido no Uruguai, houve um movimento civil-militar para a derrubada do mandatário brasileiro, entre 1961 e 1964. Segundo sua visão, a formação de um bloco de poder hegemônico, "dependente-associado", obteve êxito ao se contrapor ao bloco "nacional-popular", que apoiava o governo de João Goulart.

Gaspari, sob outra perspectiva (2004), aponta como que Geisel e Golbery, ajudaram a implantar a Ditadura, e também como trabalharam para derrubá-la. Ao meu ver, esta análise é um tanto problemática, pois ao centrar-se exclusivamente, na figura do "bruxo" e do "feiticeiro", perde-se a ideia de processo histórico, amplamente trabalhada no autor uruguaio. Tal olhar sobre a Ditadura Militar, se baseou em documentos obtidos, através de Golbery e Geisel, o qual ele teve, uma convivência, durante a redação de sua série de livros, que abordam este período histórico.

Figueiredo (1993), em contraponto a Dreifuss (1981), argumenta que havia uma possibilidade de compartilhar a democracia, com as reformas de base defendidas pelo governo de João Goulart, logo de acordo com suas palavras, "minha pressuposição central é a de que o regime autoritário instalado em 1964, no Brasil, não foi resultado de uma todo-poderosa conspiração direitista contra o regime anterior" (FIGUEIREDO, 1993, p.22). Ainda de acordo com ela, "a interação entre as escolhas e as ações constitui o mecanismo capaz de explicar a ocorrência de um resultado, dentre os diversos possíveis". (FIGUIREDO, 1993, p.29). Este trecho, reforça sua discordância com a tese do cientista político uruguaio, René Dreifuss.

Oliveira (1976), numa análise centrada no aspecto militar da conflagração de 1964, destaca o papel da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), como elo importante de atuação dos militares, e que tinha como objetivo último uma inserção subalterna do Brasil, associada a atuação do grande capital estrangeiro, em oposição aos reivindicações populares. Adiante retornaremos, ao tema da Escola Superior de Guerra (ESG). Neste sentido, o golpe de 1964 se dá em contexto de transformações no padrão de acumulação capitalista no Brasil. Desta maneira,

[...] a intervenção militar assume o duplo significado de um movimento primordialmente voltado a impedir a continuidade da ascensão dos movimentos populares e, secundariamente, de contestação da dominação burguesa (tal qual se estabelecera no Estado populista) que se demonstrava incapaz (através das antigas alianças que se encontravam em crise) de assegurar a dinamização (no limite, a permanência) do Estado capitalista brasileiro. Em outros termos, da acumulação capitalista (OLIVEIRA, 1976, p.47).

Após este breve parêntese, sobre as interpretações do golpe de 1964, voltamos as ações de Golbery, durante a Ditadura Militar (1964-1985). No governo de Castelo Branco (1964-1967), ele se tornou chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), uma das primeiras ações, efetuadas pelo novo governante, que remete a um órgão anterior, denominado Serviço Federal de Informações e Contra Informações (SFCI), formado no governo JK. Tal organismo, foi idealizado pelo "bruxo", quando fazia parte do IPES, e já possuía um extenso fichário com informações das principais lideranças políticas. Para Gaspari (2003, p.167), Golbery "estava no coração do regime e do governo". Ressaltamos que o SNI, se enquadrava na concepção efetuada na Escola Superior de Guerra, baseada na Doutrina de Segurança Nacional, base de ações dos militares, enquanto estiveram no poder. Assim,

A DSN, como corpo conceitual para a organização da nação, atribuía ao Estado a função principal de garantir a segurança da nação e, nesse sentido, é que seria desenvolvido amplamente o conceito dos já mencionados objetivos nacionais. Fossem esses Objetivos Nacionais Atuais (ONA) ou Permanentes (ONP), eles deveriam estar em conformidade com os interesses do Estado, representante máximo da nação (MUNDIM, 2007, p.64).

Na próxima parte desta dissertação, falaremos de maneira mais pormenorizada, sobre a Escola Superior de Guerra. O que nos interessa saber neste momento, é que Golbery, estava no centro das decisões, durante o governo de Castelo Branco, juntamente com outros militares oriundos da ESG, como por exemplo, Ernesto Geisel. O Serviço Nacional de Informações, formava um dos instrumentos básicos de vigilância e repressão, dessa maneira, ele se tornou elemento essencial na espionagem de elementos contrários "aos anseios revolucionários de 31 de março de 1964". Interessante destacarmos a divisão feita por Svartman (2006), em três padrões de atuação, dos denominados "Generais de 64", grupo de militares que tiveram atuação destacada, no Golpe Civil-Militar, o rebelde-insurrecional, tecnoburocrático e conspirador-institucional. Golbery do Couto e Silva se enquadra no segundo perfil, conforme SVARTMAN (2006). Não nos atentaremos sobre os outros perfis, pois não representam o objetivo central do trabalho. Exemplificando o perfil de atuação, destacamos as seguintes citações

O elemento distintivo do perfil de ação extra-militar tecnoburocrático se consolida na década de 1950, quando estes militares passam a exercer funções de alta administração (presidência, superintendência e participação nos conselhos) em empresas estatais como a Petrobrás, Vale do Rio Doce e em organismos como a SUDENE (SVARTMAN, 2006, p.258).

Para este perfil de ação, o exercício de funções governamentais se iniciou somente depois de 1964, até então o que se têm são no máximo algumas assessorias junto ao Ministério da Guerra (SVARTMAN, 2006, p.262-263).

Por outro lado, Golbery não esteve alheio, as disputas originárias da caserna, se mostrando contrário a nomeação de Costa e Silva, para a presidência, em 1967. Se um primeiro momento, através do SNI, ele conseguiu neutralizar a influência dos políticos civis, o qual ressaltamos o caso de Carlos Lacerda, governador da Guanabara, e que havia apoiado a ascensão dos militares ao poder, é o mais sintomático. No entanto, apesar da tentativa de brecar a candidatura de Costa e Silva, Ministro da Guerra de Castelo Branco, mas que se enquadrava em grupo distinto ao de Golbery, ela não logrou êxito. Após isso, Golbery deixa a chefia do SNI, sendo sucedido por Emílio Médici, que assumiria a presidência futuramente, com a enfermidade acometida por Costa e Silva, em 1969. Para Gaspari (2003, p.175), "o projeto descarrilhou pela força que Costa e Silva extraiu da anarquia dos quartéis e pela fraqueza à vacilação castelista". Martins Filho (1996, p.24), sob outro olhar, nos informa que

Nesse sentido, a preponderância da burocracia militar no conjunto da burocracia obriga o analista a enfatizar sobretudo as características específicas desse setor enquanto ramo dominante do aparelho repressivo, nos quadros de uma forma de Estado ditatorial.

Assim, há que se reconstituir a participação dos militares nos acontecimentos políticos do Brasil, destacando como as diversas facções se comportaram. Devido a importância dos acontecimentos de 1964, destacaremos as facções e cisões existentes dentro da caserna. Desta forma, a divisão nas Forças Armadas fica nítida, de acordo com um dos principais opositores de Golbery dentro do Exército. Assim

A esta altura dos acontecimentos, já se delineavam no seio da Revolução três grupos militares, de tendências e aspirações diferentes: o grupo castelista, de inclinações liberais centro-esquerdistas (sic), em que se destacavam os generais Cordeiro de Farias, Ernesto Geisel e Golbery, homens em geral ligados à Escola Superior de Guerra, onde iam buscar as bases de suas atividades; o nacionalista, de fortes tinturas socialistas (sic) com Afonso de Albuquerque Lima, Euler Bentes Monteiro e outros generais, dispondo, segundo se dizia, da valiosa simpatia de Juarez Távora; e finalmente o grupo ortodoxo, conservador sem ser imobilista, fiel às teses do Movimento de 1964 e que tinha na sua liderança a figura dominante de Costa e Silva (FROTA, 2006, p.84).

Por outro lado, a formulação de Martins Filho (1996), de que após a consumação do Golpe de 1964, ocorreu uma "unidade com desunião", ou seja, ao mesmo tempo que os militares se agrupavam em torno dos princípios da Revolução, eles se digladiavam para ver quem assumiria o poder. Portanto, a partir destes pressupostos, existia quatro grupos, os castelistas, grupo ao qual se vinculava Golbery⁷, os coronéis da "linha-dura", os "albuquerquistas", vinculados ao Ministro do Interior Albuquerque Lima, que tentou, e quase conseguiu emparedar Médici, no escrutínio de 1969, e por último o "grupo palaciano", que possuía vínculos mais fortes com o Presidente Costa e Silva, os quais destacamos Mário Andreazza e Jarbas Passarinho.

⁷ Como este grupo reagiu a perda do poder, em 1967? Lembramos que no governo Costa e Silva (1967-1969), a pasta do Ministério da Guerra, ficou com Aurélio de Lyra Tavares, integrante do grupo "esquiano".

A situação de disputa entre os grupos militares, pelos principais postos do aparelho do Estado, representou algo bastante significativo, seja o emparedamento de Costa e Silva, contra Castelo Branco, ou a tentativa do General Albuquerque Lima, em enquadrar Médici, em 1969. Silvio Frota, integrante da "linha dura", tentou um golpe, contra Geisel, em 1977, porém foi neutralizado, com sua demissão do Ministério da Guerra. Logo, para Martins Filho (1996), ao contrário do que comumente se pensa no senso comum, as ditaduras castrenses se caracterizam pela instabilidade política, pois são regimes críticos. Isto se revela, pois, "por um lado, o constante e contínuo avanço da militarização do regime; por outro, as sucessivas crises político-militares" (MARTINS FILHO, 1996, p.189).

Quando saiu do SNI, Golbery assumiu uma cadeira no Tribunal de Contas da União (TCU), e se mostrou contrário ao fechamento do Regime Militar, afinal concretizada, por meio do Ato Institucional Número Cinco (AI-5), assinado, em dezembro de 1968. Com a enfermidade de Costa e Silva, em 1969, Médici assume a presidência, e Golbery, deixa o posto no TCU, já que os dois eram desafetos. Durante, o mandato de Médici, período de maior endurecimento do regime, ao mesmo tempo em que houve taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), superiores a 10%, no que se convencionou denominar de "Milagre Econômico". Justo (2015) denominou, o período Médici, como os "anos dourados de chumbo".

No mandato de Emílio Médici, Golbery faz uma articulação política, com objetivo de indicar Ernesto Geisel, que ocupava o cargo de presidente da PETROBRAS, naquele período, para sucedê-lo como presidente, em 1974. Desta forma, observamos abaixo, os motivos destas ações de Golbery, em seus esforços na escolha de Geisel para a Presidência da República.

A preocupação em fazer de Geisel o sucessor de Médici demonstrava que seu principal objetivo era trazer de novo para o poder os remanescentes do antigo grupo castelista do Exército. Toda a articulação desenvolvida por Golbery era facilitada pela presença no Ministério do Exército do general Orlando Geisel, irmão do candidato e uma das bases físicas mais importantes de sua sustentação. Afinal, apesar de Geisel não ser o nome da preferência de Médici, sua candidatura cresceu a um tal ponto que se tornou irreversível. Assim, no dia 18 de junho de 1973, Médici reuniu seu ministério no palácio do

Planalto e comunicou a seus membros que Geisel seria o seu sucessor.8

Golbery torna-se o homem forte do governo Geisel, sendo nomeado Ministro Chefe da Casa Civil, no novo governo. Lembramos que em 1974, as condições que proporcionaram o "Milagre Econômico", não mais existiam, visto que o preço do barril do petróleo havia aumentado de forma exponencial, com a decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)⁹, representado um duro golpe para e economia brasileira (o Brasil importava quase todo o petróleo que consumia). Por outro lado, havia sérios limites ao modelo de crescimento e desenvolvimento no Governo Médici. Desta maneira,

[..] o "milagre" trazia o seu lado. A poupança interna era deficitária e o país era dependente do capital estrangeiro, as exportações estavam concentradas em setores de baixa tecnologia, a concentração de renda e o arrocho salarial foram mantidos (JUSTO, 2015, p.215).

Deste modo, a política demonstrava um caminho nada tranquilo para o "bruxo" e o "feiticeiro". Associado a um cenário econômico incerto, presenciouse um avanço da oposição, com a vitória do MDB, sobre a ARENA, nas eleições de 1974. Logo,

Geisel vivia uma situação política bastante desconfortável, pois de um lado havia uma oposição insatisfeita com o ritmo extremamente lento da distensão; de outro, os ultraconservadores autoritários que achavam que a mesma distensão estava muito rápida (JUSTO, 2015, p.250).

As ações do Ministro da Guerra, Sylvio Frota, que possuía uma visão de mundo contrária a dupla Geisel-Golbery, e tentou, de todas as formas, ser o indicado, para suceder, o penúltimo presidente militar, representavam um sério problema, para "abertura lenta, gradual e segura", com a entrega do poder novamente aos civis. Geisel tinha em mente indicar o João Baptista Figueiredo, para ser o próximo presidente. Frota tinha em mente fazer o mesmo que Costa e Silva havia feito com Castelo Branco, em 1967, ou seja, emparedá-lo para

⁹ Em 1973, a vitória de Israel, contra os países árabes (Egito, Síria e Iraque), gerou como consequência um aumento dos preços do petróleo, protagonizado pelo OPEP, gerando grandes perturbações na economia mundial.

⁸ Trecho obtido no site da CPDOC-FGV, no verbete biográfico sobre Golbery. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silva-golberi-do-couto-e. Acesso em: 21 de julho de 2021.

ganhar a indicação para sucessão de Geisel. Os papéis seriam similares, dois representantes da "linha dura", contra dois da Escola Superior de Guerra, ainda que a época fosse totalmente distinta. Para Chirio (2012), a ala mais radical das FA, considera Geisel e Figueiredo como coveiros do seu projeto de expurgos dos inimigos da "Revolução". Golbery também sofreu com ataques virulentos vindos das alas contrárias a abertura do regime. Em outubro de 1977, na mais séria crise do Regime, Geisel demite Silvio Frota¹⁰, abrindo o caminho para a continuação de seu projeto político de abertura. Golbery, em conferência proferida na Escola Superior de Guerra, em 1980 fala que

A hipertrofia do Executivo acabaria por anular a atividade legislativa do Congresso, quase que limitado a chancelar projetos de iniciativa do poder maior, quando não se abstendo perante eles. Em assuntos decisivos, o Poder Executivo substituir-se-ia até mesmo ao Judiciário no julgamento e punição de quem se insurgisse contra ele, recorrendo para tanto a diplomas de exceção (SILVA, 1981, p.484).

Nesta sua conferência, ele explica a ideia das centralizações e descentralizações, pelo qual o Brasil passou ao longo de sua História, ou "sístoles e "diástoles", na sua forma de explicar. Assim, ele nos dá as razões dos motivos que o levaram a promover a abertura do regime. Assunção (1999), argumenta que Golbery foi responsável pela auto-reforma do regime, que havia ajudado a implementar antes. Assim,

Em resumo, tencionando obnubilar a falência ampla de sua política econômica, o regime faz o possível para manter suas vigas mestras, ao mesmo tempo em que, "abrindo", busca socializar os ônus do desastre por ela mesma gerado. O governo amplia o espaço político para esconder a inexistência de soluções econômicas (ASSUNÇÃO, 1999, p.171).

Uma outra fase do processo de auto-reforma, é o fim do bipartidarismo (MDB – Movimento Democrático Brasileiro, representando a oposição

Ver o livro Ideais Traídos (2006), para observar a versão dos fatos narrada pelo próprio Sylvio Frota, especialmente o capítulo 43, "A farsa de outubro". Uma análise bastante interessante das ideias deste General e sua relação com os militares que estão no atual governo está em Ortega (2020), "Brasil sempre: ideais traídos e lacaios iminentes. Disponível em: https://revistaopera.com.br/2020/05/06/brasil-sempre-ideais-traidos-e-lacaios-eminentes/. Acesso em 12 de julho de 2021.

consentida, e a ARENA – Aliança Renovadora Nacional, o partido da situação), no ano de 1979, que possuía o intuito de dividir a oposição, tornando o caminho mais fácil para que o campo conservador mantivesse o controle sobre o aparelho do Estado. O exemplo do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), é um caso singular sobre todo o estratagema de Golbery. Ao negar, a sigla para os velhos trabalhistas herdeiros de Vargas, liderados por Leonel Brizola, ele criou outra sigla para agregá-los o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Ao mesmo tempo, representando os interesses do novo sindicalismo, tínhamos a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), centrado na figura de Lula, levando, como consequência, a uma divisão no polo trabalhista. Mesmo na direita, houve cisões, já que houve a criação do Partido Popular (PP), que teve em seus quadros, por um breve período, Tancredo Neves. Tal representação seria um partido auxiliar da situação. Desta forma,

A reforma partidária, segunda etapa do processo de autoreforma, seguia a mesma linha da fase de liberalização da imprensa. De fato, o ajuntamento de todos os partidos em apenas dois, se inicialmente havia cumprido a missão de explicitar apoios e oposições, agora tornava-se uma frente quase imbatível nas urnas. Isso fazia com que as eleições fossem tomando o caráter plebiscitário, em que cada eleitor expunha seu contentamento ou seu desagrado com o regime instaurado por meio do voto no partido oficial ou na oposição consentida (ASSUNÇÃO, 1999, p.200).

Seguindo seu caminho traçado para a distensão política, Golbery continua na Chefia da Casa-Civil, durante o governo de João Batista Figueiredo (1979-1985). No entanto, sua situação se torna bastante complicada, com um relacionamento cada vez difícil com os integrantes da "linha dura", que resistiam no setor de inteligência, apesar de estarem enfraquecidos, após 1977. Concluímos que

Este foi, sem sombra de dúvida, o fator mais importante para a demissão do general. Golbery já vinha reclamando atuação mais efetiva de Figueiredo na apuração e punição de denúncias de tortura nos DOI-Codi e da participação de militares duros em atos terroristas (explosão de bombas em bancas de jornal e, depois, na OAB). Essas reclamações recresceram exponencialmente com o fracassado atentado ao Riocentro,

quando bombas explodiram no colo de um militar, durante as comemorações do Primeiro de Maio (ASSUNÇÃO, 1999, p.217).

Associa-se a isso um embate cada vez mais sério, como Ministro do Planejamento do último governo militar, Delfim Neto. Outra visão, afirma que Golbery teria dito a Figueiredo, que ficaria apenas dois anos no novo governo, para fazer uma transição sem maiores percalços. Por outro lado, acreditamos que o fato que levou a sua demissão da Chefia da Casa-Civil, se refere as consequências do Atentado do Rio Centro, consequência de uma ação do setor de segurança do Regime Militar, que almejava congelar o projeto de distensão. Trata-se desta forma, de mais uma crise militar, em que se debatiam duas visões antagônicas, a respeito da "abertura política". Alguns analistas afirmam ser a demissão de Golbery, a mais séria crise do Regime, ainda que discordemos de tal linha de raciocínio. Assim,

Golbery, que já vinha acumulando desgostos, como vimos, não pôde compactuar com omissão daquele tamanho. Discordava sinceramente da postura do governo e, além disso, queria passar à história como artífice da "abertura" e diferenciar-se dos duros. Vendo que sua posição não seria a do presidente Figueiredo, pediu demissão. A partir de então, perdeu toda objetividade na condução da auto-reforma do regime; com a bomba do Riocentro, o governo Figueiredo enlouqueceu politicamente (ASSUNÇÃO, 1999, p.220).

Sua demissão da Chefia da Casa-Civil, demonstrou a fraqueza do projeto de distensão? Propomos que Golbery subestimou o fator militar, na estratégia de "abertura" do regime, já que eles ainda ocupavam o centro das decisões, notadamente no setor de repressão. As fissuras dentro da caserna se mostram de uma forma dramática, neste acontecimento. Não obstante, não nos esqueçamos, que o projeto empreendido da Escola Superior de Guerra, não logrou êxito, pois a subsunção ao capital estrangeiro, não permitiu a construção de um capitalismo autônomo no Brasil. Em termos geopolíticos, sua defesa de uma aliança com os Estados Unidos, tampouco, obteve sucesso, como bem observa Martin (2018). Desta maneira,

Esse projeto, ficou patente o seu fracasso. No apagar das luzes do bonapartismo, a subordinação nacional em relação aos países do centro do capitalismo estava ainda mais acentuado, o que se evidenciou na crise persistiu nas décadas seguintes. Rotundo fracasso do regime para o qual o general Golbery

buscou uma saída minimamente honrosa e, acima de tudo, segura: a auto-reforma (ASSUNÇÃO, 1999, p.232).

Nos últimos anos de vida, continuou proferindo suas análises sobre o cenário político. Foi contrário à Emenda Dante de Oliveira, em 1984, que previa eleições diretas para Presidente da República. Foi um ardoroso defensor da candidatura de Paulo Maluf, através do Colégio Eleitoral, em 1985, contra o oposicionista Tancredo Neves. Sua vitória, por via indireta, coroou o processo de distensão, lenta, gradual e segura, construído, pelo "bruxo", ao mesmo tempo, que representou a volta de um civil, ao cargo máximo do poder Executivo brasileiro, após 21 anos de Regime Militar. Ressaltamos, que com a morte de Tancredo Neves, assumiu o vice-presidente José Sarney, figura que apoiou o Regime Militar. Morreu dois anos depois em 1987. Posteriormente, nos deteremos sobre a Geopolítica efetuada por Golbery, deste modo atentaremos sobre suas influências, e também falaremos, mais precisamente sobre a Bacia Amazônica e do Prata.

CAPÍTULO 2 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS NA OBRA DE GOLBERY DO COUTO E SILVA

2.1 - NOTAS ACERCA DA GEOPOLÍTICA BRASILEIRA

Antes de comentarmos um pouco sobre os Geopolíticos Brasileiros que dialogam com a obra de Golbery do Couto e Silva, destacaremos, quais suas principais preocupações, assim como a polêmica que existe em torno dos seus principais autores. Muitas das discussões que envolvem a Geopolítica dizem respeito ao fato deste saber ter ficado confinado ao meio militar, desde os seus primórdios, até os anos 1980, quando os primeiros trabalhos feitos fora da caserna ganham destaque. Isso deve-se ao fato de que a Geopolítica tornou-se uma "ciência maldita", por suas supostas relações com Nazismo, através da figura de Karl Haushofer. No entanto

No Brasil, os militares têm longa tradição nos estudos de geopolítica. Ainda assim, refletir sobre o pensamento geopolítico brasileiro implica em várias dificuldades, principalmente quando o que se pretende é uma classificação de teorias ou delegar a um autor específico o título de pioneiro (MAIA, 2018, p.43).

Para Costa (2013), a denominada "Geopolítica de Estado Maior" representa um atraso intelectual e teórico, e consequentemente não haveria um pensamento geopolítico, ou geográfico-político, a medida em que, até a década de 1980, não houve reflexões no seio acadêmico, sendo assim, restrita ao meio militar. Martin (2018), sob uma outra ótica, aponta para um "excepcionalismo" da "escola brasileira de geopolítica", marcada por temas recorrentes de atenção, seja na execução da política exterior, ou do ponto de vista interno.

O que este trabalho pretende demonstrar é como a Geopolítica construída dentro da caserna, foi importante para formulação de políticas territoriais na Bacia do Prata e Bacia Amazônica. Falaremos destas questões posteriormente, sendo que análise da Geopolítica golberyana a respeito destas duas áreas será feita mais para frente.

Para Miyamoto (1995), são quatro os temas com os quais os geopolíticos brasileiros se preocuparam, quais sejam, a mudança da capital federal, o sistema de transportes, as fronteiras e a divisão territorial. Dentro do que este trabalho se propõe a discutir, a geopolítica das fronteiras, ganhará mais destaque, haja

visto que, grandes projetos foram executados, em zonas fronteiriças, tanto na Bacia Amazônica, quanto no Prata. Antes de prosseguirmos, ressaltamos que

As fronteiras constituem um tema por excelência da geopolítica. Talvez sejam elas desde há muitos séculos as que mais atenção têm merecido dos geopolíticos e *policy-makers*. Não é sem fundamento esta preocupação. Falar em fronteiras significa referir-se ao campo das relações internacionais, portanto envolver a política de um Estado em relação a outros e a segurança de seu próprio território (MIYAMOTO, 1995, p.169).

Assim, há uma diferença entre limite e fronteira. Enquanto esta representa uma faixa entre um e outro país, aquela estabelece a soberania deste Estado, sendo assim fixada rigidamente. Não podemos nos esquecer, de que ambas não são móveis, portanto são passíveis de transformações. A série de conflitos, tratados, desde o período Colonial, demonstra muito bem isso. Desta forma

Se a fronteira é o condicionamento resultante de uma política, então se impõe ter em linha de conta, como imperativo vivencial, a existência de uma "política de fronteiras". Esta política deve ser vigilante, previdente, construtiva, para que as fronteiras sejam estáveis e protegidas, bem como sensibilizadas demográfica e economicamente. Serão as fronteiras vivas, zonas de alta sensibilidade política. O contrário delas serão fronteiras mortas, ermas, desprotegidas, esquecidas. As fronteiras vivas serão sempre afirmações de um espírito forte de nacionalidade. Fronteiras mortas darão imagem pouco favorável de um país que não cuida de suas lindes como deveria cuidar, porque fronteiras protegidas e povoadas enaltecem o espírito de previdência e de organização de um povo (SOARES, 2021, p.18).

A necessidade de se proteger a fronteira é uma prerrogativa nos trabalhos dos geopolíticos que abordaremos. A necessidade de vivificação das fronteiras é algo defendido, por estes autores, como forma de defesa do país, ainda que tal conceito, foi utilizado com objetivos distintos, na Bacia Amazônica e na Bacia do Prata. A partir disto

Se, porém, [...], a faixa fronteiriça adquiriu, de ambos os lados, forte vivacidade (fronteiras vivas) aparecem logo possibilidades de fricção, da qual resultam, ou podem resultar, alteração das mesmas. De fato, a fronteira viva, é em essência, uma região de fricção, através da qual mais dia menos dia, surgem ou se agravam os conflitos internacionais, políticos, ou de ordem fiscal e administrativa, ensejando demonstrações de força militar (BACKHEUSER, 1952, p.157).

Passada esta breve exposição, necessária, para introduzir o pensamento dos Geopolíticos brasileiros referentes a Bacia do Prata e Bacia Amazônica. Seguiremos a ordem cronológica dos principais geopolíticos que dialogam com a obra de Golbery. Em um primeiro momento falaremos sobre Mário Travassos, um dos pioneiros no estudo de Geopolítica no Brasil, para depois abordamos o pensamento golberyano, que representa o foco principal deste trabalho.

Nesta seção também falaremos sobre outros pontos importantes sobre sua Geopolítica, a exemplo do pró-americanismo e da Escola Superior de Guerra (ESG). Por fim falaremos de Carlos Meira Mattos, o autor mais recente entre os destacados, que diferentemente dos dois anteriores, tem uma visão mais focada para Amazônica, como está exposto em seu livro *Por Uma Geopolítica Pan-Amazônica*, escrito na década de 1980.

2.2 - MÁRIO TRAVASSOS

Nesta seção exporemos um dos pioneiros, nos estudos sobre Geopolítica no Brasil, já que suas obras foram escritas nos anos 1930. Apesar de haver certa polêmica a este respeito, a maioria dos especialistas considera Mário Travassos como o mentor deste campo de estudo, no país. 11 Segundo Miyamoto (1995), as décadas de 1920 e 1930 representaram o período em que os estudos geopolíticos davam seus primeiros passos, no Brasil. Neste sentido, é compreensível que a Geopolítica tenha ficado restrita a pequenos círculos. Interessante notar que os temas presentes na geopolítica travassiana, não eram novos, pois estavam presentes nas ações e discursos no meio militar, desde o século XIX. O que muda é que elas ganham uma outra dimensão, com a ascensão de Getúlio Vargas a presidência em 1930, como por exemplo a ideia de integração territorial. Desse jeito

O contexto particular entre a Proclamação da República e a "Revolução" de 1930, proporcionou condições específicas para o processo de modernização territorial do Brasil. A ascensão da economia cafeeira, o surgimento dos bancos, as primeiras e

¹¹ Martin (2018) e Miyamoto (1995) são autores que rebatem o fato de Mário Travassos ser o pioneiro nos estudos sobre Geopolítica no Brasil ao afirmar que Elysio de Carvalho assumiu explicitamente os postulados de Ratzel e Kjéllen. Os fatores que contribuíram para seu esquecimento, foram suas posições socialistas, além dele ter uma obra, um tanto quanto eclética,

enveredando por diversos campos de conhecimento.

incipientes indústrias e consequentemente o surgimento das pequenas e médias burguesias, o aceleramento do processo de urbanização, a necessidade de intensificação e consolidação do mercado interno exigiram do Estado brasileiro, projetos viários que contribuiriam efetivamente para dar suporte a essa nova etapa do processo de acumulação de capital (MARTINS, 2017, p.179).

Por outro lado, os trabalhos lançados durante este período, representaram uma grande influência em publicações posteriores, inclusive de Golbery do Couto e Silva. Lembramos que antes de Travassos, Everardo Backheuser, já havia escrito sobre Geopolítica, contudo o autor em destaque nesta seção do trabalho, representa um ponto de inflexão, como veremos na sequência. Martin (2018) argumenta que a polêmica envolvendo os percursores dos estudos em geopolítica no Brasil, apesar de ser algo frequente nas Ciências Humanas, revela um caráter político-ideológico, como por exemplo, na Escola Superior de Guerra (ESG), em que se considera Mário Travassos e Everardo Backheuser, os pioneiros nestes estudos no Brasil. Para Vieira (2005) existe um "modelo travassiano" que representa um fio condutor das administrações governamentais, quer autoritárias ou democráticas. Segundo Costa (2013, p.198-199)

A análise geopolítica de Travassos é não apenas pioneira como original nesse tipo de discurso no país. Ao contrário dos demais do período, ela parte de uma minuciosa descrição das condições geográficas primárias do continente e do território brasileiro. Além disso, ele deriva daí um projeto geopolítico que está centrado não na unidade interna *strictu sensu*, mas na repercussão externa do movimento de integração interna, subordinando este àquele objetivo maior.

Travassos inegavelmente constituiu um divisor de águas nos estudos sobre geopolítica nacional. Embora importantes fossem as obras de Backheuser, foi somente depois de 1931, com Travassos, que surgiu, em termos geopolíticos, uma análise sólida do papel a ser exercido pelo país em termos internacionais. Não é por acaso que nas edições posteriores o seu trabalho mudou de designação, inicialmente intitulado Aspectos Geográficos Sul-Americanos, para Projeção Continental do Brasil. É que este título resume com mais exatidão ao conteúdo de sua obra (MIYAMOTO, 1995, p.58).

Martin (2018) argumenta que, tanto em Mário Travassos, como em Golbery do Couto e Silva, a geopolítica interna é que norteia seu campo de ação.

Isto fica claro, quando elencamos as preocupações com a Argentina, como país rival pela hegemonia na América do Sul, e com a Amazônia, pois há toda uma tradição geopolítica que vê esta porção do território brasileiro como um vazio demográfico, que deve ser integrado ao território nacional. Desta maneira,

Por tais razões, parece legítimo tentar individualiza-lo, e na condição de um geopolítico diríamos estruturalista, tendo que buscou realçar a forma, extensão e a posição do Brasil e da placa continental sul-americana, como elementos estruturantes do território, isto é, aqueles que acabam conferindo um certo caráter ao Estado (MARTIN, 2018, p.94).

A partir da análise dos geopolíticos brasileiros, com vínculos nas Forças Armadas, percebemos uma gradação na importância que dão para a Bacia Amazônica, ao mesmo tempo, em que há uma transição na importância entre esta e a Bacia do Prata. Na obra de Mário Travassos, *Projeção Continental do Brasil*, escrita em 1931, com o título *Aspectos Geográficos Sul-Americanos*, e que ganhou a denominação mais conhecida, em 1935, há um destaque a respeito da oposição entre Oceano Atlântico x Oceano Pacífico e Bacia Amazônica x Bacia do Prata, além da importância da Bolívia, enquanto carreadora dos antagonismos elencados mais acima.

Neste sentido, o triângulo estratégico formado por Santa Cruz de La Sierra-Sucre-Cochabamba, seria a área onde estas contraposições seriam mais nítidas, deste jeito seu controle, seria fundamental para o domínio da América do Sul. Esta formulação traz em si, uma influência de Mackinder, portanto este autor, adaptou o conceito de *heartland*, para a realidade sul-americana, dentro da disputa entre Brasil e Argentina.

Para este autor, a Bacia Amazônica dispõe de inúmeras vantagens com relação a Bacia do Prata, para que o Brasil superasse a Argentina, enquanto principal país na América do Sul. Desse jeito, ele aponta o potencial centrípeto que ela teria, devido a força carreadora representada pela foz do Rio Amazonas, ou seja, "sua esfera de influência assume proporções imensas, não só pela vastidão do território que abrange, como pela variedade de circunstâncias geográficas que abarca" (TRVASSOS, 1938, p. 104). Desta forma,

Finalmente, o predominio da bacia amazônica sobre a platina, definido pela força centrípeta do Amazonas em relação ao imenso anfiteatro amazonico e pelas energias neutralizantes produzidas pelo litoral atlantico e que recaem sobre a bacia do Prata devido á má posição de sua foz (TRAVASSOS, 1938, p.124-125).

No que diz respeito a utilização da teoria travassiana, ela foi a primeira da geopolítica moderna a ter a preocupação com a projeção do país e ao mesmo tempo conceber a Amazônia como uma região estratégica para o projeto geopolítico de ascensão internacional, daí sua importância e correlação com as ações do Estado na atualidade em sua política territorial. Nesse sentido, a luz de nossa interpretação, será baseado na concepção de sistemas geográficos que em nossa interpretação analítica estão embutidos dentro da obra travassiana, fato que será mostrado ao longo do desenvolvimento teórico (LIMA, 2015, p.13).

A "Marcha para Oeste", ganha corpo, justamente durante a Era Vargas e encontrará em Mário Travassos, um dos principais entusiastas, justamente com o imperativo de ocupação da Amazônia e um posterior incremento da projeção externa do Brasil. Assim

Por outro lado, o autor entendeu que o sistema formador do Amazonas (isto é, predominantemente afluentes correndo no Território Brasileiro), teria capacidade de reação frente ao sistema do Prata, sobretudo se conseguisse se relacionar a certas características do Território Boliviano, principalmente a ligação La Paz-Cochabamba-Santa Cruz de La Sierra (VIEIRA, 2005, p. 76).

A construção de rodovias no sentido leste-oeste revela a importância da obra de Travassos. A construção da BR-277, ligando Ciudad del Este ao porto de Paranaguá, representou uma segunda possibilidade para o Paraguai escoar sua produção, portanto o país guarani dependeria menos do Porto de Buenos Aires, assim nos 1960 e 1970, há uma mudança na correlação de forças entre Brasil e Argentina, afinal concretizada com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, alvo de muitas discussões entre os dois países. Portanto

Quer dizer, construir a usina de Itaipu, a rodovia federal 277, a Zona Franca de Manaus etc., tinha ligação com projetos nacionais de desenvolvimento. Mas pela expressão desses empreendimentos era líquido e certo que irradiações geopolíticas teriam. Em síntese de tudo isso é clara a preocupação do poder brasileiro em trazer para o País o prato da balança do poder (HAGE, 2013, p.110).

Por conseguinte, de acordo com sua formulação, a disposição da Bacia Amazônica, no território brasileiro, seria um trunfo a ser utilizado em um embate com a Argentina, referente aos rumos da América do Sul. Se a Argentina, por meio de toda a sua rede transportes, conquistou a preponderância neste continente, caberia ao Brasil contrabalança-lo, o que afinal foi feito, quer através de sucessivas ações governamentais, ou através da influência que sua obra gerou, posteriormente, inclusive nos escritos de Golbery. A partir disto, a Argentina, conseguiu um trunfo ao atrair, através do seu sistema de transporte, Bolívia e Paraguai. Assim,

Como se pode notar, a Amazônia não é examinada aqui como um problema de defesa strictu sensu, mas como um meio para a resolução de um problema político-estratégico de maior relevância, isto é, a disputa com a Argentina. A razão é que a atuação internacional do Brasil era ainda muito voltada para o continente sul-americano, não exercendo influência fora desse espaço continental (DINIZ, 1994, p.25).

A repercussão que o livro *Projeção Continental do Brasil* teve quando foi lançada, foi enorme, em um momento de institucionalização da Geopolítica, durante a Era Vargas (1930-1945). Na Argentina, a obra teve reverberações, por razões expressas ao longo desta seção, e que inspiraram desconfianças mútuas entre os dois países, notadamente nos anos 1970, período onde aconteceram as negociações sobre a Construção de Itaipu. Por conseguinte,

Nos momentos imediatamente posteriores à Revolução de 30, o livro de Travassos teve como efeito formar a consciência geográfica dos homens de Estado do Brasil, segundo afirma Pandiá Calógeras no prefácio da obra. E, como vimos, essa consciência geográfica, que Travassos passaria diretamente aos oficiais superiores do Exército como instrutor —chefe da ECEME durante o Estado Novo (1937—1945), era sinônimo da consciência da disputa com a Argentina pela supremacia no continente sul-americano, e da necessidade de impedir que esse rival se articulasse com as influências de fora da região a todo custo (VIEIRA, 2013, p.90)

Por fim, toda a construção de Travassos, possuía como princípio básico a superação argentina, em torno das disputas na América do Sul. Nesta perspectiva

A análise de Travassos constitui-se seguramente no primeiro trabalho que projetou o país para um quadro mais amplo, em nível continental, apoiando-se exclusivamente nos contrastes de sua formação geográfica. Daí sua importância na geopolítica brasileira (MIYAMOTO, 1995, p.64).

Na sequência, falaremos mais a respeito do autor que representa o foco principal desde trabalho, Golbery do Couto e Silva. O último dos autores geopolíticos é Meira Mattos, o mais recente dos três autores considerados. Outro aspecto que diferencia este autor, com relação ao Golbery e Travassos, se refere as preocupações mais proeminentes com a Amazônia. Nos dois autores analisados, até aqui, houve preocupações que transcendiam a Bacia Amazônica, ao contrário do Meira Mattos, onde esta área, no período em que ele escreve, torna-se o principal foco das inquietações nas Forças Armadas Brasileiras. Logo após passarmos sobre os pontos principais da geopolítica golberyana, analisaremos alguns pontos de sua obra, mais precisamente, *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*, lançado nos anos 1980. Enfim, veremos mais a este respeito, nos dois próximos itens, deste trabalho.

2.3 - GOLBERY DO COUTO E SILVA

Nesta parte do relatório, tentaremos demonstrar como suas ideias se fizeram valer em duas áreas estratégicas no território brasileiro, quais sejam, a Bacia do Prata e a Bacia Amazônica, com suas implicações. Se na Bacia da Prata, a disputa com a Argentina, ditou os rumos do Brasil, na Bacia Amazônica, ao contrário, ocorreram ações, com um objetivo mais defensivo, de fazer valer a soberania, sobre tão vasta extensão territorial, com todas as suas consequências, principalmente na área ambiental. Na sequência das considerações de Mário Travassos, faremos uma análise sobre Golbery, autor que é o foco central desta pesquisa. Com relação a Bacia do Prata, temos uma consideração bastante contundente. Ei-la abaixo

Mais ou menos tributários da Argentina, oscilando entre a desconfiança, o ressentimento e a admiração e jungidos pela dependência econômica indiscutível — o Paraguai e a Bolívia, "prisioneiros geopolíticos", muito mais o primeiro que a segunda, valem muito pela sua posição geográfica no flanco aberto e vulnerável do Brasil meridional e central e constituem, sobretudo por sua instabilidade política e econômica, indisfarçáveis zonas de fricção externas onde podem vir a contender, quer queiram

quer não, os interesses brasileiros e argentinos (SILVA. 1967, p.57).

Ao elencar o caráter "vivo" da fronteira brasileira na sua porção meridional, ele elenca a Argentina, como um risco as pretensões geopolíticas brasileiras. A necessidade de contrabalançar os portenhos, está posta. Portanto, alguns empreendimentos realizados pelo Estado brasileiro, entre os anos 1960 e 1980, demonstram este ímpeto, o qual destacamos a Usina Hidrelétrica de Itaipu, que pelo seu gigantismo, será melhor tratado, posteriormente, assim como as implicações desta obra, para as relações de poder na Bacia do Prata. Assim,

Mas é bem mais ao sul, onde o Uruguai, geograficamente meio brasileiro e meio platino, continua a viver e a prosperar galhardamente em seu histórico papel de estado-tampão, e aí onde Las Missiones avançam com uma cunha para o nordeste modelando o gargalo de Santa Catarina, que se define a linha de tensão máxima no campo sul-americano, reforçado como é pela proximidade dos centros de força potencialmente antagônicos, seu dinamismo e potencial superiores, a tradição de choques e conflitos que vêm desde o passado colonial e, por fim, se bem não menos importante, uma aspiração hegemônica, alimentada além do Prata por uma propaganda tenaz e incansável desde os dias já longínquos de Rosas (SILVA, 1967, p.57).

Um outro conceito importante trazido por Silva (1967), é o de "área de soldadura" (formada pelos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, além de Paraguai e Bolívia), local onde a disputa entre Brasil e Argentina se faria mais presente, assim quem a controlasse, teria o controle sobre os destinos da América do Sul. Como veremos posteriormente, trata-se de uma influência direta de Mário Travassos. Por fim, a partir desta sua compartimentação, ela constituiria um elo de ligação entre o Brasil Platino e o Brasil Amazônico, por conseguinte ela adquire importância capital para as pretensões brasileiras. Desta forma,

[...]O condomínio exercido pelo Brasil [...], ligava umbilicalmente estes dois países a interesses geopolíticos brasileiros numa região que constituía o "divisor de águas" das bacias amazônica e platina e onde estava localizado o triângulo estratégico boliviano. Assim, esse condomínio tripartite sobre uma área vital do continente sul – americano como que conferia ao Brasil o direito de uma hegemonia sobre os condôminos menores que, como países mediterrâneos, eram dependentes do sistema

fluvial platino em suas concepções com o exterior. A pretensão brasileira [...] colidiria [...] com os interesses da Argentina, país que controlava a embocadura do Prata (MELLO, 1997, p.126).

A respeito da Amazônia, Golbery elenca esta extensa área do território brasileiro, como um obstáculo a ser transposto. Sua análise parte do pressuposto de que um Brasil é vasto "arquipélago" que necessita ser integrado. Ele propõe a seguinte manobra de integração nacional, por meio de três fases distintas, sendo que a última seria "inundar de civilização a hileia Amazônia" (SILVA, 1967, p.48), conforme as palavras do "bruxo". Isto se reflete em uma série de projetos governamentais, especialmente durante a Ditadura Militar, com uma característica distinta daquela do Prata, ou seja, a necessidade de ocupar o território é o que molda as ações do governo, e não a disputa com um país vizinho, como observado no relacionamento com a Argentina, e que se refletiu em uma rivalidade, ao longos dos anos 1970, referente aos entendimentos necessários para a consecução de Itaipu. O que pretendemos demonstrar, com isso é que conceito de "fronteira viva" foi usado com objetivos distintos na Bacia do Prata na Bacia Amazônica, logo para Vieira (2005) ele possuía o princípio norteador de tornar o Brasil o país hegemônico na América do Sul. Por conseguinte,

Cada uma dessas áreas possuiria funções específicas na estratégia de defesa sul-americana: a Área da Amazônia teria como incumbência "tamponar" as embocaduras dos dois principais rios navegáveis da região com ligações oceânicas, o Amazonas e o Orinoco, impedindo a capilarização, através de afluentes e sub-afluentes, de algum ataque proveniente do Atlântico, enquanto a Área platino-patagônica faria o mesmo em relação ao Prata, servindo a Área continental de soldadura como "ponte" entre as duas bacias (VIEIRA, 2005, p.117).

Se do ponto de vista de uma Geopolítica interna os objetivos propostos por Golbery eram, a partir do triângulo estratégico, formado por São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, integrá-las, com as regiões Sul e Nordeste, para posteriormente, empreender, a ocupação do Centro-Oeste, e por fim "inundar de civilização a hileia Amazônica, por meio do tamponamento eficaz das suas fronteiras, ou seja a vasta área representada pela floresta equatorial, deveria ser ocupada, por massivos contingentes humanos, ou seja, reafirmando, a "Marcha

para o Oeste", defendida por Mário Travassos, e que teve seu início durante o governo de Getúlio Vargas. A partir disto

Nesta pintura do Brasil que quisemos fazer antes sugestiva que precisa, temos a grosso modo delimitado o ecúmeno nacional, pouco mais de um terço da área total do país, e a oeste, o simples domínio, o Brasil marginal, inexplorado em sua maior parte, desvitalizado pela falta de gente e de energia criadora, e o qual cumpre incorporar realmente à nação, integrando-o na comunidade nacional e valorizando a sua grande expressão física hoje ainda quase completamente passiva (SILVA, 1967, p.44).

Dentro desta percepção o promontório nordestino representado pela cidade de Natal, adquire importância importante, dentro da Geopolítica de contenção, contra a URSS, e que justificaria uma aliança com os Estados Unidos, para a defesa do Atlântico Sul. Contudo, nesta aliança, o Brasil teria um poder de barganha, frente aos EUA, como fica nítido na seguinte citação

Mas, por outro lado, o direito de utilização de nosso território, seja para o que ele for, é um direito exclusivo de nossa soberania que não devemos, de forma alguma, ceder por um prato de lentilhas (SILVA, 1967, p.53).

Algo que está nítido na Geopolítica golberyana, e que se reflete, no constructo da Escola Superior de Guerra, é a bipolaridade, envolvendo os Estados Unidos e a União Soviética. Voltaremos a estema na sub seção seguinte, entretanto, ao elevar a disputa, aos termos da civilização, e não entre dois Estados fortes, quer dizer, entre o Ocidente Democrático e o Oriente Comunista, de feições autoritárias e anti-democráticas, dizemos que isto traz consequências significativas para a análise. Lembramos que os textos de Golbery, são da década de 1950, portanto, antes da *detente*, após a crise dos mísseis, em 1962. Esta visão maniqueísta sobre o sistema internacional, leva a que o autor defenda, uma aliança com os Estados Unidos, como falado anteriormente.

Por último, devemos destacar que a análise geopolítica formulada por Golbery, é fundada em uma realismo político, estrito, em que o cenário internacional, é anárquico e o fundamento da sociedade internacional está centrado no Estado, que age através do poder. Neste sentido, os Estados atuam

para fazer valer seus interesses. Sobre o realismo, vemos a seguinte definição abaixo

O realismo tem como ponto central que a ordem internacional deve ser explicada pela maneira como se distribui o poder no mundo, o número de pólos, ou seja, os países com capacidade de influência global, o modo como interagem, os tipos de rivalidade e aproximação que desenvolvem (AGUILAR, 2009, p. 19).

Para o realismo político, o poder é um conceito fundamental, para a compreensão do relacionamento entre os Estados Nacionais, logo a formulação da Geopolítica realizada na caserna, possui uma grande preocupação, com o incremento do poder nacional. Isto seria feito através da atividade do Estado, logo a análise de Golbery, é nitidamente "estadocêntrica". Assim sendo

Considerando o poder como o conceito essencial das ciências sociais, Golbery discute o poder nacional em termos de potencial de guerra; o Estado forte é aquele que vence, e, por ampliação, aquele que tem condições de vencer. (Lembremos, porém, que Golbery considera a estimativa do poder algo intrinsecamente subjetivo). Embora nesse campo o potencial militar e econômico seja fundamental, não estão descartadas outras formas de poder, como o poder ideológico e o poder psicossocial. Além disso, Golbery reitera que a definição dos objetivos não cabe à estratégia, mas à política (CARVALHO, 2009, p.96).

A este respeito, temos que abordar algumas questões referentes a Escola Superior de Guerra, instituição vinculada ao Ministério da Guerra, fundada em 1949, e que estava inserida dentro do debate dos anos 1950, acerca de qual modelo de desenvolvimento o Brasil deveria seguir. Vale lembrar que, não era apenas a ESG que formulou diretrizes para os rumos políticos e econômicos que o Brasil deveria seguir Outros organismos como Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) estavam nesta disputa, assim como as formulações desenvolvidas pelos liberais e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Se os pressupostos desenvolvidos na Escola Superior de Guerra ficaram restritos a um pequeno círculo, o interesse em torno de suas formulações ganharam um substancial aumento com o golpe de 1964, quando suas formulações se transformaram em política de governo, ainda que haja polêmica em torno desta constatação. O que pretendemos expor na próxima seção é analisar as

características desta Escola e como elas influenciaram a geopolítica empreendida pelo General Golbery do Couto e Silva

2.3.1 – A Escola Superior de Guerra e sua influência na geopolítica golberyana

Ao falarmos da Geopolítica de Golbery, não podemos nos esquecer da influência da Escola Superior de Guerra, e toda a influência que ela exerceu na sua construção a respeito da inserção interna, mais precisamente integração territorial, e na projeção exterior do Brasil. Isto posto, destacamos que a ESG, tinha como pressuposto básico, formar as elites civis e militares que conduziriam o país, isto fica claro quando vemos que tal organização objetivava a formação de oficiais superiores e de civis que tivessem atuação destacada na "orientação e execução da política nacional". Assim,

Nesse sentido, na década seguinte Golbery dedicou-se à elaboração de uma obra voltada aos estudos geopolíticos e consequentemente à formalização de um corpo teórico que teve na ESG seu campo de difusão mais efetivo. Na realidade, as ideias que expressavam os objetivos geopolíticos de Golbery e da própria coadunavam com as perspectivas estadunidenses a respeito de como se deveria enxergar a dinâmica política mundial perante a ameaça do poderio soviético e de como deveriam ser estabelecidos os meios diplomáticos e militares de forma a se contrapor ou mesmo anular a expansão do comunismo na América do Sul" (NASCIMENTO, 2016, p.44).

A respeito da Escola Superior de Guerra, devemos destacar que ela ganhou corpo, durante um período de acirramento da Guerra Fria, assim toda a construção teórica é marcada por um notório anticomunismo, algo que se reflete na geopolítica formulada por Golbery, como vimos anteriormente. Portanto

A ESG surgiu em um contexto de profundas transformações no panorama político mundial. A instituição foi fundada no instante em que a Guerra Fria polarizava o mundo em dois blocos antagônicos de poder: o capitalismo, capitaneado pelos Estados Unidos, e o socialista, conduzido pela União Soviética (LIMA FILHO, 2011, p.12).

Este temor contra um suposto avanço soviético está bem expresso, em vários trechos de sua obra, ela absorveu a visão maniqueísta típica da Guerra Fria, onde há pilares que orientaram a atuação desta instituição, inclusive fornecendo as bases para a orientação que o Estado brasileiro tomaria após

1964. Dentre os pilares, argumentamos a visão de um capitalismo dependente e associado ao capital estrangeiro, assim como a adoção dos princípios do liberalismo econômico.

A inspiração estadunidense para a criação da Escola Superior de Guerra, é bastante marcante e está inserida dentro dos pressupostos organizados pelo presidente Harry Truman (1945-1953), qual seja, a contenção a URSS. Nas palavras de Anderson (2015, p. 40), "a ideologia da segurança nacional, ao estilo norte-americano, no entanto, era inerentemente expansionista". Instituições como National War College (NWC), congênere a Escola Superior de Guerra, e a Agência Central de Inteligência (CIA, na sigla em inglês), foram criadas, neste mesmo contexto. Desta forma

O Brasil seria um dos pioneiros na transposição do "moderno" conceito de segurança nacional, que se delinearia e se disseminaria em toda a América do Sul. O conceito era intrínseco à idéia da situação incontornável de Guerra Fria e do "provável" conflito bélico mundial. Buscava distanciar-se da idéia de defesa, tradicionalmente militar, e estendia-se a outras linhas básicas de garantias, como a dos valores e moral da nação (MUNDIM, 2007, p.56).

[...] percebemos a ESG e a sua produção intelectual enquanto contidas em um campo cultural bem delimitado e formatado em conformidade com visões de Brasil – enquanto projeto de nação – e de mundo. Essas visões são, por sua vez, analisadas em suas perspectivas e soluções para os problemas identificados, que devem ser superados por via do desenvolvimento de uma Doutrina de Segurança Nacional e, por extensão, pela adoção de medidas de planejamento de caráter estatal (NASCIMENTO, 2016, p.66).

A Escola Superior de Guerra representa o resultado das transformações que ocorreram no Exército brasileiro ao longo da primeira metade do século XX, como a vinda da Missão Francesa ao Brasil, na década de 1920, que representou um passo importante para a profissionalização e modernização das Forças Armadas Brasileiras, e a participação brasileira na II Guerra Mundial, através da Força Expedicionária Brasileira (FEB). O contato com militares estrangeiros, durante o confronto mundial, conduziu a uma grande influência no grupo de militares que formariam a ESG, posteriormente. Consequentemente

A disposição de modernizar o Brasil não foi monopólio das Forças Armadas, mas, no âmbito militar, assumiu concretude. O contato com os estrangeiros durante a II Guerra contribuiu para que os oficiais brasileiros se confrontassem, mais uma vez, com suas próprias deficiências, bem como com as carências do país na área de infraestrutura. Essas carências constituíram uma das justificativas para a criação da ESG (LIMA FILHO, 2011, p.31).

A carência de infraestrutura e o descompasso entre as Forças Armadas Brasileiras, com suas congêneres que estiveram no campo de batalha da II Guerra, deixaram os militares que combateram na FEB, bastante inquietos. Para eles, esta deficiência dava-se devido a inoperância das elites, em lhe dar com os problemas de segurança. Tal visão de mundo, tem muita influência de autores como Góes Monteiro, Alberto Torres e Oliveira Viana, representantes de uma linha de pensamento autoritária, dentro do pensamento social brasileiro. Desta maneira

Os militares da ESG tinham consciência de que a partir da II Guerra os conflitos exigiriam cada vez mais conhecimento científico e tecnológico, e os países que desejassem alcançar certa autonomia e hegemonia no novo cenário mundial deveriam investir maciçamente na formação de uma estrutura que congregasse ciência e tecnologia (LIMA FILHO, 2011, p.34).

A influência estadunidense entre os generais que ajudaram a formar e fundar a ESG é marcante, reflexo da associação entre militares norte-americanos e brasileiros, durante a II Guerra Mundial, além da Guerra Fria. Este grupo de militares tinha no estilo de organização política e desenvolvimento gestadas nos Estados Unidos, um ponto de inflexão que deveria ser adotado pelas elites brasileiras. Assim

De fato, a influência norte-americana foi marcante. A experiência da FEB contribuiu decisivamente no sentido de definir as percepções dos ensinamentos da ESG de modo a desenhar a política de Segurança Nacional em termos da disputa bipolar envolvendo os Estados Unidos e a União Soviética. Alinhandose ao paradigma de sociedade da primeira nação citada, a ESG transmitia visões de mundo que reforçavam as estruturas de dominação que davam suporte ao capitalismo (LIMA FILHO, 2011, p. 39).

Retomando certos temas observados ao longo do primeiro capítulo desta dissertação, alguns acontecimentos exerceram impacto sobre os oficiais que

fundaram a Escola Superior de Guerra. Dentre eles podemos citar a Intentona Comunista de 1935, as rebeliões tenentistas, a vinda da Missão Militar Francesa, além do fortalecimento institucional do Exército, durante o Estado Novo (1937-1945).

Importante relembrarmos, que o grupo de militares que tiveram atuação destacada nesta organização, são alguns dos chamados "Generais de 1964", que segundo Svartman (2006), tiveram atuação destacada, na deposição de João Goulart, e ocuparam cargos de primeiro escalão ao longo do Regime Militar (1964-1985), incluindo aí, Golbery do Couto e Silva, como apontando anteriormente. Nesta linha de raciocínio, estes oficiais possuem associação bastante elucidativa, com o grupo de militares "anti-nacionalistas", como observado em Kunhavalik (2009).

Por outro lado, há autores que relativizam o papel da Escola Superior de Guerra, no pós 1964, mas mesmo antes, em que militares que não eram bem vistos pela aliança entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Desta forma, os militares que frequentaram as fileiras desta organização, não estavam necessariamente, entre os mais prestigiados nas Forças Armadas. Neste sentido, temos que observar que dos Generais que ocuparam a chefia do Executivo brasileiro, no período entre 1964 e 1985, nem todos frequentaram os cursos da Escola Superior de Guerra (ESG), como Arthur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici. Assim

Na ESG os elementos autoritários e intervencionistas do repertório de ação e de representações políticas que permeou a formação e as experiências até então acumuladas pelos agentes em suas trajetórias foram, por uma fração deles, elaboradas e vertidos numa doutrina (SVARTMAN, 2006, p.116).

Com relação a "metodologia" empregada pela escola, acreditava-se que ela seria responsável por fornecer subsídios para a resolução dos problemas encontrados no Brasil, através da eliminação dos entraves que impediam o desenvolvimento do Brasil, e que refletia a visão negativa que os quadros que estruturam a ESG tinham com relação a elite brasileira. A partir disto

Por intermédio da construção de imagens de um Brasil potência, a ESG sistematizou a idéia de que somente os militares teriam competência para administrar e intervir nos rumos do desenvolvimento. O problema era que por trás dessa intenção de solucionar os problemas nacionais acabaram por reproduzir

um discurso de distinção entre os militares e os civis (LIMA FILHO, 2011, p.64).

A ESG, ao propor "instruir as elites", partiu do pressuposto que as mesmas, principalmente as civis, não possuíam o conhecimento necessário para solucionar os problemas que impediam o desenvolvimento brasileiro. Essa interpretação correspondia com o entendimento de que somente os militares teriam as qualidades necessárias para conduzir, eficazmente, a modernização do Brasil (LIMA FILHO, 2011, p.79).

Por outro lado, ao instruir as elites sobre qual o melhor projeto que o Brasil deveria seguir, tal organização, contribuiu para um aprofundamento das condições de dependência do Brasil. Se há autores que relativizam o papel que a Escola Superior de Guerra, na condução política e econômica do país no pós-64, não podemos deixar de destacar questões relativas a Geopolítica e ao binômio segurança e desenvolvimento, como pressupostos observados no Regime Militar, como um todo. Dentro desta perspectiva

A partir dessa lógica a Doutrina passou a considerar a modernização como fator de Segurança Nacional, cuja finalidade seria ampliar a acumulação de capital, reforçando o capitalismo como modelo econômico hegemônico. Assim, a Doutrina, ao definir o estabelecimento da "ordem" como um dos requisitos ao desenvolvimento, referendava a ampliação das desigualdades sociais, pois não considerava as reivindicações dos movimentos sociais (LIMA FILHO, 2011, p.108).

Ao destacarmos a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elencamos que ela surge do conceito de "guerra total", que abarcaria toda a sociedade, sendo que os conflitos não ocorreriam apenas na seara militar, mas também na econômica, política e psicossocial, fato que se refletirá na construção teórica da Escola Superior de Guerra Seguindo esta linha de raciocínio

É fácil perceber que seguir até o fim a interpretação ampliada de guerra total implicaria a construção de uma sociedade permanentemente mobilizada para a guerra, realidade última da vida em sociedade. No limite, qualquer dissensão poderia ser considerada como uma infiltração destinada a promover o caos e a desordem com o objetivo de facilitar a conquista do país por uma potência estrangeira (DINIZ, 1994, p.36).

Dentro da bipolaridade própria da Guerra Fria, a DSN¹² é marcadamente anticomunista, e norteia a atuação os militares, enquanto estiveram no poder. Dito de outra forma, a DSN é um produto do "confronto" entre Estados Unidos e União Soviética, sendo que para Golbery é claro que uma aliança com a potência líder do mundo ocidental e capitalista era fundamental. Logo,

A ESG nasceu, assim, como escola de altos estudos para a preparação militar em posições de comando superior. Durante seu processo de instalação, todavia, surgiram opiniões que ampliaram sua destinação inicial, pois consideravam a segurança nacional um objetivo não apenas militar, mas de toda a nação (VIEIRA, 2005, p.135).

Concebida como necessária para a proteção do Estado a DSN assumiu desde o início concepções autoritárias. Isso tornava-se necessário porque, de acordo com a ótica prevalente no seio militar responsável pela doutrina, somente com um Estado autoritário se poderia resolver os problemas nacionais. Esse autoritarismo seria justificado porque o país carece de uma organização que atenda às reais necessidades da sociedade, e também porque as elites são desprovidas de qualquer preparo (MIYAMOTO, 1995, p.80).

Desta maneira, há a necessidade de manter a segurança nacional, quer contra inimigos internos, ou externos, assim ela seria um processo contínuo, não se limitando a períodos de paz ou de guerra. O binômio segurança e desenvolvimento, será o arcabouço que conduzirá toda a construção da Escola Superior de Guerra e refletirá as políticas territoriais, após 1964. Posto de outra forma,

Segurança e desenvolvimento, o famoso binômio que identifica a ESG daquele momento, foram objetos de contorcionismos teóricos entre os membros da Escola, para que se conseguisse definir qual seria o aspecto mais importante da DSN, e qual seria o grau da inter-relação entre os dois termos. O fato é que, dandose atenção conceitual ao "Desenvolvimento", afirmar-se-ia o

¹² Chirio (2012), sob outro olhar, discorda que a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) tenha representado uma influência para os destinos do país, no pós-64. Ela prefere enfatizar a teoria da "guerra revolucionária", como elemento doutrinador das FFAA, no início da década de 1960. Ela enfatiza a influência francesa, nela, pois os oficiais franceses se utilizaram dos seus princípios na Guerra de Independência da Argélia. Para Vieira (2013, p.113), "o combate à subversão somente passou a ser foco de estudos mais sistemáticos de 1959 em diante, por ocasião da Revolução Cubana e através principalmente da influência do militares franceses, que tinham uma produção doutrinária vasta nesse campo devido à experiência no Vietnã e, principalmente, na Argélia".

grau relativo da segurança nacional, que não poderia ser garantida absolutamente pelo Estado (MUNDIM, 2007, p.67).

O autoritarismo da Doutrina de Segurança Nacional é evidente, sendo a construção teórica de mais valia, para entender toda a Geopolítica formulada por Golbery, bem como a orientação dos governos militares, tanto na política interna, como na política externa. Desta forma, a Formulação do conceito de segurança nacional constitui elemento importante para que esta Doutrina fosse o papel central dentro da ESG. Assim,

A ESG estava inserida numa lógica de produção intelectual mais complexa, compondo um campo cultural que se ocupava das mesmas preocupações fundamentais em relação à modernização do Brasil. Para além das visíveis diferenças, principalmente de orientação ideológica formal, a idéia de desenvolvimento organizado do Brasil a partir da noção de "elite dirigente" estava presente em todas as instituições de altos estudos. A questão tende a se expandir para a tentativa de perceber, então, qual seria a visão de mundo que se construía em conjunto por meio desse campo cultural que se apresentava múltiplo (MUNDIM, 2007, p.116).

lorio (2015), a partir de uma direção distinta, analisa os campos segurança e desenvolvimento. Nesta leitura, o desenvolvimento, possui importância capital para a formulação de programas que ajudassem não apenas o Brasil, mas todos os países do Terceiro Mundo, a superar a pobreza. A partir desta lógica a conceituação de desenvolvimento, formulada por este autor é bastante

Maia (2018), que aponta sobre o olhar que esta instituição teve para o Hemisfério Sul, apesar do seu propalado americanismo. Ponce (2015), aponta a condução da Política Externa, nos três primeiros governos militares, e como ela atuou para desestabilizar governos que não fossem alinhados com os Estados Unidos. Assim, a partir do momento em que a América do Sul estaria pacificada, com governos aliados aos Estados Unidos, o Brasil perderia a importância no conforto internacional, logo o papel dos militares teria sido cumprido. Martin (2018), se utiliza dos pressupostos construídos por Golbery do Couto e Silva, para propor uma nova teoria geopolítica, o Meridionalismo, que desse conta de uma inserção externa do Brasil, mais autônoma, que conduziria aos anseios soberanos do quinto país em extensão territorial, no mundo. Peixoto (2000), analisa como os pressupostos da ESG condicionaram a política externa do Brasil, durante o governo de Castelo Branco. Assim, "a ESG foi a responsável pela construção do mecanismo de formulação e conduta da política externa dos governos militares após o movimento de 1964 ao combinar a Estratégia à geopolítica" (PEIXOTO, 2000, p.158). Vizentini (1998, p.228), por outro lado afirma que as ideias geopolíticas "estavam mais nos livros do que nas ações dos estrategistas de política externa".

Para uma análise sobre a influência da Escola Superior de Guerra, na política externa, ver Maia (2018), que aponta sobre o olhar que esta instituição teve para o Hemisfério Sul, apesar do

elucidativa, e ajuda a compreender como os planos da Escola Superior de Guerra foram implementados

Sumariamente, [o desenvolvimento] trata-se do processo material e simbólico através do qual se consolidou um objetivo que normatiza política, econômica e culturalmente todas as sociedades "modernas", subjugando-as aos imperativos de controle social instransponíveis. A esse objetivo costuma-se chamar de desenvolvimento (IORIO, 2015, p.104).

O desenvolvimento seria pautado por uma tecno-burocracia supostamente neutra, em que as regiões problema, seriam alvo de uma atuação mais incisiva por parte do governo federal Como veremos no capítulo 4, desta dissertação, a Amazônia foi uma das regiões em que os governos militares tiveram uma maior preocupação, dentro dos pressupostos formulados pela Escola Superior de Guerra. O Ministério do Interior, que ganhou corpo após a tomada do poder pelos militares, representou a consecução do binômio segurança e desenvolvimento (IORIO, 2015), tal qual formulado pela Escola Superior de Guerra. Desta forma

O projeto de modernização apresentado pelo desenvolvimentismo do MINTER assim identifica o atraso. Ao mirar uma região subdesenvolvida ele sugere uma intervenção planejada, racionalizada, que tem como princípio incrementar as relações produtivas mais afinadas com a reprodução do capital, mesmo que através de relações não capitalistas (como a grande produção extensiva) (IORIO, 2015, p.136).

A segurança merece uma análise mais destacada, apesar de termos discutido anteriormente, aspectos relativos a Guerra Total, que mereceria uma preparação por todos setores da sociedade, e que representando uma situação limite, se transformava em uma Guerra Fria. Esta situação ocorreu ao final da II Guerra, com a emergência do sistema bipolar, onde houve a confrontação entre Estados Unidos e União Soviética. A existência deste "confronto", representava para a principal potência capitalista, a salvaguarda dos interesses democráticos, contra o totalitarismo vermelho.

A segurança, desta maneira é aspecto fundamental, para entender logicamente, a Doutrina de Segurança Nacional. Apesar de haver certa polêmica entre os estudiosos do tema, referimo-nos a decisiva influência estadunidense,

para sua formulação, além de, por outro lado, representar elemento essencial para compreensão da geopolítica formulada pelo General Golbery do Couto e Silva. Esta influência, por outro lado, não atinge toda a oficialidade, sendo presente naqueles que estiveram presentes na Força Expedicionária Brasileira (FEB), durante a II Guerra Mundial. A partir disto

A guerra fria por si só foi motivo suficiente para edificar uma política de segurança nacional como elemento estruturante da ordem mundial. O argumento foi reforçado pela propagação direta da doutrina, que, a exemplo do desenvolvimento, formouse como um verdadeiro campo de poder, com as mesmas prerrogativas de controle social através de um poder normativo majorado. Aliás, desenvolvimento e segurança fizeram um casamento quase que inseparável na versão latino-americana da doutrina (IORIO, 2015, p. 147).

Para este grupo de militares que esteve na linha de frente da conspiração que derrubou João Goulart, em 1964, a subversão era algo que deveria ser duramente reprimido. Assim, não é de se espantar que tenham abraçado a Doutrina de Segurança Nacional, que se materializou em políticas territoriais, como veremos nos capítulos 3 e 4, com relação a Bacia Platina e Bacia Amazônica, respectivamente. Desta forma

A ameaça da guerra subversiva impõe métodos severos de combate à infiltração soviética, que fere a soberania nacional e o compromisso do Brasil com a democracia. Golbery estava absolutamente convencido disso, o que o levou a articular o imenso aparato de segurança nacional formado no território pátrio. Além de participar ativamente dos debates da ESG, resolveu "colocar as mãos à massa", e assim surge o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) (IORIO, 2015, p.150).

Ainda de acordo com este autor, o Ministério do Interior, consubstanciou os conceitos de segurança e desenvolvimento, tal qual elaborados pela Escola Superior de Guerra (IORIO, 2015). Desta forma, apesar dos aspectos interessantes, não concordamos com a tese de Lima Filho (2011), de que tal instituição não formulou projetos de desenvolvimento para o país, mesmo após 1964, portanto o papel da ESG seria sobrevalorizado, através da formação de um mito de que esta instituição possuía os quadros mais competentes para a resolução dos males que afligem o Brasil. Acreditamos que a Doutrina de

Segurança Nacional (DSN), representa a forma como os militares, enquanto estiveram no poder, encontraram para governar o país, com todas as limitações e contradições que encontraram pelo caminho. Portanto

"Segurança e Desenvolvimento" significavam o esforço conjunto da nação para propiciar aos indivíduos um padrão de vida digno, prosperidade material e bem estar social. Indicava também a orientação de modernizar a infraestrutura industrial, científica e tecnológica como forma de garantir a "Segurança Nacional" (LIMA FILHO, 2011, p.100).

O que passaremos a discutir, a seguir é como a Geopolítica, foi um alicerce para a formulação de políticas territoriais, assim como para a Política Externa brasileira. Contudo, observamos que a relação entre Geopolítica e Escola Superior de Guerra, não é uma tarefa simples de fazer, haja vista, que entre as principais influências está, por exemplo, Góes Monteiro, que não era um Geopolítico (MARTIN, 2018). Continuando esta linha de raciocínio, convém ressaltar a seguinte citação

[...] parece que a associação mecânica "ESG-Geopolítica", nem a produção brasileira sobre geopolítica resume-se exclusivamente ao pensamento esguiano. Mais interessante talvez seja aprofundar a compreensão de como operou o ajuste ideológico entre o projeto de tornar o Brasil uma potência mundial, razão de ser da própria ESG, com a substituição desse objetivo permanente do Estado, a conjuntural defesa do Ocidente Cristão, o que resultou num impasse insolúvel que vem desorientando estrategicamente o país desde que retomamos a normalidade democrática (MARTIN, 2018, p.103).

Alguns temas são recorrentes dentro da Escola Superior de Guerra, e por isso, serão abordados. A Geopolítica seria um instrumento para o incremento da integração nacional, e consequentemente para a objetivo de Brasil-Potência, ou seja, alçar este país a condição de grande economia mundial. Como observaremos, nos capítulos posteriores, os grandes projetos na Bacia do Prata e na Bacia Amazônica, materializaram, além de uma concepção distinta, sobre o conceito de "fronteira viva", o projeto de Brasil Potência. Além dos grandes projetos realizados, ao longo do Regime Militar, destacamos que a industrialização seria de extrema valia а superação do para subdesenvolvimento, portanto de acordo com o binômio, Segurança e

Desenvolvimento, que está na matriz da Doutrina de Segurança Nacional. Neste sentido

A temática da integração nacional sempre esteve presente permanentemente no Curso Superior de Guerra. Entretanto, com a entrada em cena do binômio "Segurança e Desenvolvimento", a atenção dada a essa problemática se intensificou. Não seria possível alcançar um nível de segurança e de desenvolvimento satisfatório com a existência de regiões dispersas e sem vínculos entre si (LIMA FILHO, 2011, p.136).

Interessante notar que esta organização atenta para autores pretéritos que representaram uma influência direta para sua constituição. Por exemplo, Golbery representaria a continuação de grandes estadistas que ajudaram a formar o território brasileiro, como Alexandre de Gusmão e o Barão do Rio Branco, dentro das formulações próprias desta organização (NASCIMENTO, 2016). Logo

Enquanto possuidor de um território que se espraia rumo às regiões amazônicas e de um litoral que se estende sua face ao Atlântico Sul, desde o Amazonas até o Prata, o Brasil ocupa uma posição geopoliticamente privilegiada, que lhe permitiria estabelecer suas perspectivas de projeção de influência e poder sobre a América do Sul, posição que seria reivindicada nos argumentos esguianos (NASCIMENTO, 2016, p.85).

A influência dos autores clássicos que construíram a Geopolítica, enquanto campo de conhecimento é bastante clara em Golbery, assim como para a Escola Superior de Guerra. Costa (2013), aponta que ele é o interlocutor regional de Nicholas Spykman, nome importante da Geopolítica e que também preconizou a Geopolítica de contenção contra a União Soviética, durante a Guerra Fria. Também destacamos a influência de Ratzel, Mackinder, Mahan, nomes que ajudaram a delimitar a atuação da Geopolítica.¹⁴ Portanto,

¹⁴ Para Silva (1967, p.29), "a Geopolítica de Kjéllen, tanto quanto a de Haushofer, sempre se propôs de ser conselheira da política, essencialmente uma arte, uma doutrina, uma teoria e nunca uma ciência". Kjéllen, pode ser considerado, como o criador da Geopolítica, a partir de uma visão organicista, considera o Estado como um ente vivo. Golbery é influenciado, por Ratzel, criador da Geografia Política, já que a presença da ideia de espaço e posição, influência do pensador alemão, estão presentes no seu livro *Geopolítica do Brasil*, para explicar a inserção brasileira. A oposição entre poder marítimo x poder terrestre, está presente em Golbery, refletindo na realidade sul-americana, o debate entre Mackinder e Mahan, pois enquanto este advogou a proeminência do poder marítimo, aquele argumentou sobre o poder terrestre, com a construção do conceito de *heartland*. Para, Mello (2015, p.44), "formulada originalmente como

Quanto a projeção geopolítica do país, o autor defende, como foi dito, o seu alinhamento à estratégia de defesa do Ocidente sob o comando dos Estados Unidos, o que o leva a examinar a posição do território brasileiro sempre sob esse ângulo (COSTA, 2013, p. 202).

Se a geografia atribuiu à costa brasileira e a seu promontório nordestino um quase monopólio de domínio no Atlântico Sul, esse monopólio é brasileiro, deve ser exercido por nós exclusivamente, por mais que estejamos, sem tergiversações, dispostos a utilizá-lo em benefício de nossos irmãos do norte, a que nos ligam tantos e tão tradicionais laços de amizade e de interesses, e em defesa ao mesmo tempo da civilização cristã, que é a nossa, contra o imperialismo comunista de origem exótica (SILVA, 1967, p.53).

Toda a formulação esguiana tem como pressuposto um confronto inevitável entre o mundo ocidental livre, bloco ao qual o Brasil se associa, contra o bloco soviético. A ideia de "guerra total", como uma situação limite, deveria ter o preparo de toa a sociedade, entretanto, o mais plausível, de acordo com a sua concepção, era a "guerra fria", ao que seria necessário uma política de segurança nacional, subordinada a uma estratégia, como destacado um pouco mais acima. Esta preocupação teve reflexo para a geopolítica efetuada na Escola Superior de Guerra, e também, como não podemos esquecer, na política externa conduzida, durante o primeiro governo militar, do General Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967). Fazendo uma breve digressão, Maia (2018), ao analisar os currículos do Curso Superior de Guerra (CSG), chegou a conclusão, de que havia uma preocupação com o Sul Global, e que ela seria um reflexo dos períodos em que a Política Externa foi mais autônoma, como na Política Externa

Pivot Area, em 1904, e reelaborada sob a denominação de Heartland, em 1919, essa ideia estratégica assume seu conteúdo definitivo no último artigo de 1943. Tal conceito foi cunhado por Mackinder para designar o núcleo basilar da grande massa eurasiática que coincidia com as fronteiras russas do início do século". Segundo Carvalho, (2010, p. 81) "o caráter científico da geopolítica foi questionado desde o princípio. É claro que, como seu objetivo é — no mínimo — informar o processo de tomada de decisões estatal, os interesses envolvidos necessariamente afetarão a teoria formulada. Pudemos ver um exemplo disso nos casos das teorias de Mackinder e Mahan, que propunham cursos de ação bem definidos, isto é, além de descrever uma visão da realidade, também inseriam na formulação teórica objetivos que, a seu ver, teriam de ser seguidos pelos Estados". No entanto, acreditamos que a validade científica da Geopolítica, foi afinal, conquistada com Mackinder, pois ela comprovou o xadrez, pelo qual as potências mundiais se digladiam dentro do sistema internacional, mais pormenorizadamente, a contenção da Rússia, ao seu *heartland*.

Independente¹⁵, durante o Governo do General Ernesto Geisel (1974-1979). Não obstante

Outra característica básica da ESG é o seu pró-americanismo, que evidentemente se reflete em sua recomendação para a PEB. Como vimos [...], a experiência da FEB foi fundamental na criação dos pressupostos psicológicos dessa atitude, ao fazer com que membros das FFAA brasileiras perdessem o temor dos EUA, e ao dar experiência direta na destruição causada pela guerra. Assim, o grupo da FEB tornar-se-ia mais preocupado com a luta contra o comunismo no cenário mundial – vista como forma de evitar que se tivesse que realizar essa luta internamente – do que os oficiais das FFAA que não passaram pela FEB. Aí está uma das origens de sua militância no sentido de uma PEB orientada pelo eixo Leste-Oeste, em detrimento de outras possíveis prioridades (CARVALHO, 2010, p.76-77).

Neste sentido, a defesa do Ocidente é algo primordial, dentro do arcabouço geopolítico golberyano, assim como ele estava diante de uma ameaça, representada pela União Soviética. A definição de Ocidente, é bastante elucidativa. Vamos citá-la abaixo

Pois o único Ocidente que vale como um todo duradouro e coeso, O Ocidente que se pode de fato distinguir, nitidamente, de tantas outras civilizações e culturas, dotado de uma individualidade própria, original e marcantemente característica, é, para nós, O Ocidente como ideal, O Ocidente como propósito, O Ocidente como programa (SILVA, 1967, p.231).

Partindo para a finalização desta parte do trabalho, observamos que todo o arcabouço teórico sistematizado na Escola Superior de Guerra (ESG), exerceu influência não apenas sobre a Geopolítica conduzida por Golbery, mas atendeu a interesses mais amplos, quais sejam, fazer com que o Brasil acendesse a condição de principal potência sul-americana, e no último caso a Potência Mundial. Nesta lógica é que se insere os grandes projetos, na Bacia Amazônica e na Bacia do Prata. Dentro do pressuposto, citamos que

[...] as iniciativas da geoestratégia brasileira de alinhamento com os Estados Unidos poderiam ser sintetizadas no conceito de 'fidelidade cultural ao ocidente', conforme Golbery, ou 'segurança do ocidente', no entender de Meira Mattos, se

¹⁵ Sobre a Política Externa do governo Geisel, ver Vizentini (1998), capítulo 4. Uma afirmação elucidativa, será dita a seguir, "o pragmatismo diria respeito à eficiência material e a uma perspectiva realista na avaliação das circunstâncias. A responsabilidade serviria para proteger o pragmatismo do epíteto de antiético. E, finalmente, o ecumenismo, estaria ligado à aversão do Estado brasileiro ao isolamento, bem como aos preceitos de respeito e de fraternidade internacional que presidem a conduta do País" (VIZENTINI, 1998, p.208).

demonstraria principalmente através do confronto com Cuba e buscava criar um contexto que facilitasse a ascensão do Brasil a uma posição de liderança na América do Sul (PEIXOTO, 2000, p.191).

Interessante destacar que nem em todos os momentos do Regime Militar, os representantes da ESG tiveram destaque. Nos governos de Costa e Silva e Médici, entre 1967 e 1974, os pressupostos desta organização são deixados de lado, já que os dois presidentes que sucederam Castelo Branco, não ocuparam suas fileiras (MIYAMOTO,1995). Relativizamos esta afirmação, já que grandes empreendimentos como a Transamazônica são influenciadas pela geopolítica golberyana. Neste período, a Escola Superior de Guerra, pauta suas discussões no binômio segurança e desenvolvimento, diferentemente dos primeiros momentos em que a principal ênfase se deu na questão da segurança.

Deste modo, expomos toda a conceituação de Golbery, a respeito da Bacia do Prata e Bacia Amazônica, que se referem ao objetivo mais explícito deste trabalho, assim como aspectos mais gerais da sua formulação teórica. Na sequência, expomos os principais aspectos da obra do General Carlos de Meira Mattos, que escreveu em um momento posterior a Golbery, nos anos 1970, quando este era Ministro Chefe da Casa Civil. Diferentemente dos outros autores, Meira Mattos se debruça mais sobre a problemática da Amazônia, como visto em sua obra *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*.

2.4 - CARLOS MEIRA MATTOS

O último dos autores geopolíticos que falaremos é o General Meira Mattos, que de certa forma, é o último geopolítico de envergadura, com destaque, dentro das Forças Armadas. Toda a tradição desta linha de interpretação com tais vínculos, que havia iniciado com os trabalhos de Mário Travassos, lá nos anos 1930, tem neste autor seu expoente derradeiro.

Antes de continuarmos expondo a geopolítica de Meira Mattos, destacamos alguns fatos de sua biografia. Assim como Golbery, Meira Mattos também frequentou os cursos da Escola Superior de Guerra, além disso apoiou o golpe de 1964, sendo designado comandante do contingente brasileiro enviado

a República Dominicana, em 1965, para destituir o governo eleito de Juan Bosch, por suas visões de esquerda. Desta forma

Meira Mattos é considerado um integrante do "grupo da Sorbonne", constituído por militares, sobretudo do Exército, educados nos Estados Unidos ou na França e que se destacaram por suas habilidades intelectuais. Eles foram responsáveis pela construção do substrato teórico que norteou as ações estratégicas dos Governos do Regime Militar. Esse grupo caracterizou-se por seu ferrenho anticomunismo, com adesão aos princípios da economia privada e da democracia representativa (VIEIRA, 2005, p.120-121).

Interessante notar, que ao mesmo tempo em que Meira Mattos, expunha seu trabalho (anos 1970 e 1980), a Geopolítica deixava de ser estudada apenas nas Escolas e Academias militares, alcançando os setores civis da sociedade, nas Universidades Brasileiras. Outro aspecto curioso a observar nele, é a sua produtividade, muito maior, com uma variedade de temas, em comparação com Golbery do Couto e Silva e Mário Travassos. Em consequência

Sob esse novo formato, a geopolítica dos anos 1970 elabora um discurso de tipo triunfalista, a ideia de Brasil-Potência, bem adequado àquele período de conjugação de regime militar fechado e crescimento econômico. O seu maior representante dessa fase foi, sem dúvida, o general Meira Mattos, cujos principais trabalhos foram publicados entre 1975 e 1980. Autointitulado discípulo de Mário Travassos e continuador dos estudos geopolíticos inaugurados sistematicamente por Backheuser, Meira Mattos pouco inova em relação às velhas teses geopolíticas lançadas desde os anos 1930 (COSTA, 2013, p.207).

Não foi assim com Travassos, que contemplou a hegemonia do Brasil sobre a Argentina a partir do controle da Bolívia e do Paraguai. Também não foi assim com Golbery, que preferiu orientar-se no sentido da defesa do Mundo Ocidental contra um possível ataque do Bloco Comunista. Não seria arriscado afirmar que as idéias de Meira Mattos são compatíveis com a posição assumida pelo Brasil após a saída dos militares do poder e o ulterior fim da Guerra Fria (VIEIRA, 2005, p.122).

Apesar da importância do autor citado mais acima, acreditamos que há diferenças de concepção, envolvendo Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva e Meira Mattos. No escopo dos objetivos deste relatório, destacamos seu livro *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*, lançado em 1980. Este livro marca uma mudança de foco nas preocupações militares, tornando-se a Amazônia o objeto

de atuação mais destacado. Isso passa pela resolução das disputas envolvendo a Bacia do Prata, um ano antes, quando Brasil, Argentina e Paraguai, assinam o Acordo Tripartite, pondo fim as pendências relativas à Usina Hidrelétrica de Itaipu. Neste sentido, em 1978 é assinado o Tratado de Cooperação Amazônico, entre os países que formam a Amazônia, influência basilar para o conceito de Pan-Amazônia. Sobre ele, destacamos a seguinte citação

Seu principal objetivo é instituir um mecanismo permanente que regularize e intensifique os contatos entre os Governos e setores técnicos da zona, eliminando o caráter episódico e descontínuo que os tem prejudicado até agora (MATTOS, 1980, p.122).

Assim, o que elencamos como ponto principal em Meira Mattos, é a dinamização da área amazônica, por meio de uma série de manobras que a integrem com os vizinhos que compartilham a maior floresta tropical do mundo. Se em Golbery há uma visão mais isolacionista da Amazônia, observamos o inverso nele. Logo,

A geopolítica pan-amazônica de Meira Mattos visa a uma dinamização da região amazônica brasileira de uma forma cooperativa com os países vizinhos, com o objetivo explícito de evitar temores antigos e o despertar de rancores adormecidos, respeitando um dos temas básicos do Pacto Amazônico, que é a soberania de cada um dos países amazônicos (DINIZ, 1994, p.52).

A respeito das diferenças e semelhanças nos pensamentos de Travassos, Golbery e Meira Mattos, neste último, [...], é possível identificar um discurso mais integrador do que de rivalidade no que se refere à América do Sul. Essa talvez seja uma das maiores diferenças entre Meira Mattos e seus antecessores geopolíticos (GABRIEL, 2010, p.66).

O que depreendemos em Meira Mattos é uma atenção maior para a dinamização desta área, e não a ocupação como vimos, em Golbery do Couto e Silva e Mário Travassos. Por outro lado, sua obra revela uma maior cooperação entre os países amazônicos. Esta dinamização da Amazônia se daria através da atração de contingentes populacionais, ou seja, por meio da "vivificação" das fronteiras. A partir deste ponto de vista

[...] somente a ocupação efetiva do território seria capaz de impedir ou ao menos reduzir, o caráter dinâmico apresentado

pelas demarcações fronteiriças ao longo da história das civilizações. Todo o suporte histórico traçado por Meira Mattos estabelece a relação existente entre a ocupação populacional do espaço geográfico e a delimitação fronteiriça. Essa dinâmica é que oferecerá o suporte teórico necessário ao projeto de ocupação das regiões oeste e norte do Brasil por meio dos "polos de atração" e das "áreas de intercâmbio fronteiriço" defendido pelo autor. Atrair um grande contingente populacional para o interior faria com que as regiões fronteiriças do Brasil fossem "vivificadas", melhorando assim as linhas de comunicação e transporte e acabando por "vertebrar" o todo território nacional (GABRIEL, 2010, p.92).

Se na Bacia do Prata, a Geopolítica se desenvolveu revelando desconfianças e ameaças entre Brasil e Argentina (CAUBET, 1986), este cenário não ocorreu na Amazônia. O conceito de Pan-Amazônia utilizado por Meira Mattos, adota o critério da Bacia Hidrográfica, isto posto, para integrá-la o país deve ter rios que fazem parte da Bacia Amazônica (GABRIEL, 2010).

Por conseguinte, se a ameaça não era um Estado nacional, propriamente dito, os índios representam o elemento de desconfiança, para as Forças Armadas, na porção setentrional do Brasil. Para finalizar, eis a seguinte citação

Entende-se que esteja aí a identificação do pensamento de Meira Mattos com o presente contexto de globalização, em que a Amazônia deixa de ser vista como uma questão exclusivamente brasileira (não obstante seja o Brasil o seu principal donatário) para afigurar-se como uma questão continental, sendo sua problemática compartilhada com vários outros países da América do Sul" (VIEIRA, 2005, p.130).

Partindo desse pressuposto, passaremos para os dois últimos capítulos da dissertação, onde falaremos das políticas territoriais nas duas Bacias, observando as diferenças de postura do Brasil, mais agressiva no Prata, e defensiva na Amazônia. Discutiremos estes temas, a partir do constructo geopolítico dos três autores analisados nesta seção, mas focalizando a influência decisiva de Golbery do Couto e Silva. No terceiro capítulo abordaremos especificamente as disputas envolvendo a Bacia do Prata, focalizando a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Posteriormente, abordaremos a Bacia Amazônica, em que a inserção brasileira se dá de forma distinta, mas com uma influência do autor considerado

CAPÍTULO 3 – GOLBERY E A BACIA DO PRATA

3.1 - ASPECTOS INICIAIS

Neste capítulo falaremos da influência da geopolítica golberyana sobre a Bacia do Prata, que agrega, além do Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia e Uruguai. Todos os países que a compõem estão no alvo das preocupações dos geopolíticos brasileiros vinculados ao meio militar, especificamente Mário Travassos e Golbery do Couto e Silva, contudo a Argentina era o foco das maiores preocupações e rivalidades, no pensamento Geopolítico brasileiro produzido no meio militar. Logo

As rivalidades geopolíticas na América do Sul, herança das disputas coloniais entre as Coroas de Portugal e Espanha, perduraram no decorrer do século XIX sob a forma da competição - não necessariamente amistosa - entre Brasil e Argentina pela hegemonia regional. Mesmo que não houvessem abdicado desse objetivo de projeção, os dois países empreenderam, entretanto, por motivos políticos e comerciais, algumas tentativas de aproximação ao longo do século seguinte (MENDONÇA, 2004, p.3).

Para Travassos (1938), o Uruguai, meio brasileiro, meio platino era um dos focos de inquietação no continente sul-americano e reflete o foco de suas atenções, de qual estratégia o Brasil deveria adotar, para superar a Argentina, como o principal país no continente. Por outro lado, ele elenca o chamado "triângulo estratégico boliviano", como a área onde os antagonismos encontrados na América do Sul são mais latentes, demonstrando que através da rede de transportes argentina, este país levava vantagem na América do Sul, perante o Brasil.

Silva (1967) elenca Paraguai e Bolívia, como países onde os interesses argentinos e brasileiros convergiriam, representando pontos de possível conflito entre os dois principais países do continente. O que se depreende através desta breve exposição sobre os geopolíticos brasileiros, é que o aspecto conflitivo dita o relacionamento entre os países na Bacia do Prata, pelo menos até o final da década de 1970.

Historicamente, ela foi o palco de desentendimentos na América do Sul e que algumas vezes desenrolaram para conflitos de maior envergadura, o qual o exemplo mais elucidativo é a Guerra do Paraguai (1864-1870). Este aspecto de desconfiança entre os países platinos se reflete nas obras dos principais geopolíticos brasileiros, incluindo Golbery do Couto e Silva. O que este capítulo pretende demonstrar é que a construção de Itaipu possui objetivos geopolíticos, além de representar a consecução do pensamento geopolítico brasileiro veiculado na caserna, que tem em Golbery do Couto e Silva, um dos principais expoentes.

Primeiramente, abordaremos o histórico na Bacia do Prata, marcado por desentendimentos que remetem as disputas entre o Império Português e o Império Espanhol. Em um segundo momento falaremos sobre os embates referentes a Construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Neste sentido, reiteramos que os pontos de vista paraguaio e argentino, serão analisados na segunda parte deste capítulo. O que demonstraremos é que a materialização deste empreendimento de grandes proporções denota a materialização da geopolítica goberyana, qual seja, de superação da Argentina como o país preponderante na América do Sul.

3.2 – HISTÓRICO NA BACIA DO PRATA

Nesta parte, faremos um breve panorama sobre as disputas envolvendo a Bacia do Prata, principalmente entre Brasil e Argentina, herdeiros respectivos, do Império Português e do Império Espanhol. Antes de começarmos a discorrer, sobre os motivos de discórdia entre Brasil e Argentina, que perduraram, até a assinatura do Acordo Tripartite, em 1979, assim a Bacia do Prata, representou a parcela do território que era alvo das maiores preocupações, por parte do Estado Brasileiro, em detrimento da Amazônia, que até a década de 1950, estava relegada a um segundo plano. Desta forma, o início dos desentendimentos relativos a Bacia do Prata tiveram início quando os portugueses fundaram a Colônia de Sacramento, e tiveram seu final, apenas na década de 1970, portanto três séculos depois, quando a perspectiva do conflito, cede lugar para a cooperação (RICUPERO, 2017).

Assim, antes de passarmos ao período pós-Independência, temos que passar, ainda que brevemente pelo período colonial, onde como já foi introduzido no parágrafo, as disputas, entre o então Império Espanhol e o Império Português

tiveram início. Dentre os pontos que merecem destaque, temos que destacar a presença do Império Espanhol e do Império Português, na porção meridional do continente sul-americano, em que os espanhóis já estavam devidamente instalados na Bacia do Prata, quando os portugueses começaram a fazer sua presença, com a fundação da Colônia de Sacramento. A partir disto

A disputa secular que se cristalizaria entre castelhanos e portugueses nessas paragens provinha de dúvidas razoáveis sobre o ponto no qual a linha de demarcação de Tordesilhas deveria cortar a costa. Sem ir tão longe como os proponentes da fronteira na distante Baía de São Matias, na Patagônia, não faltavam opiniões de que a fronteira de Portugal alcançava a margem norte do Rio da Prata, coincidindo com os chamados "limites naturais" (RICUPERO, 2017, p.48).

Distante apenas 24 km de Buenos Aires, a fundação da Colônia de Sacramento pelos portugueses, representou uma manobra audaciosa que tinha poucas chances de vingar. Se o objetivo do Império Português era promover o contrabando da prata oriunda do Peru, tal objetivo esteve longe de ser concretizado, graças ao conflitos que se fizeram presentes na Bacia Platina ao longo dos séculos XVII e XVIII. Partindo deste pressuposto

Tratava-se, no fundo, de uma aposta arriscada, quase temerária. Para dar certo, seria preciso que Portugal demonstrasse aptidão efetiva para mobilizar recursos capazes de anular as vantagens da já consolidada instalação da Espanha na região. Lisboa teria de manter uma posição difícil, do ponto de vista militar, nas imediações da principal base inimiga. A logística de apoio à fortaleza exigia, por sua vez, que se povoasse de modo contínuo a longa extensão da costa entre a Colônia e os postos avançados do litoral meridional brasileiro (RICUPERO, 2017, p.50)

Após um período conturbado no relacionamento entre o Império Português e Espanhol, inclusive com a ação dos padres jesuítas, que após uma ação enérgica dos bandeirantes oriundos de São Paulo, expulsando-os de áreas próximas a Colônia de Sacramento, fundaram uma série de missões, a qual a mais famosa é a de Sete Povos das Missões (1706), onde futuramente seria o estado do Rio Grande do Sul. A grande diferença entre a Colônia de Sacramento e a de Sete Povos das Missões, naquele momento, referia-se a questão da defesa, portanto

[...] ofereciam maior facilidade de defesa, alcançando rápida prosperidade graças à vantagem do acesso aos imensos rebanhos selvagens, que chegariam a mais de 1 milhão de cabeças em meados do século XVIII (RICUPERO, 2017, p.51).

A superação destes conflitos, que tinham como pano de fundo a supremacia no Prata, aconteceram devido a assinatura do Tratado de Madri (1750), entre Portugal e Espanha, que pôs fim as desavenças envolvendo a posse da Colônia de Sacramento e Sete Povos das Missões, além ter permitido um aumento exponencial do território brasileiro, incorporando áreas, onde hoje são as Regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil.

Alexandre de Gusmão, negociador português deste Tratado, utilizou-se do princípio do *uti possidetis*, para fazer com que a extensão do território, que viria a ser o Brasil, aumentasse consideravelmente, além dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas. Pessoa de incrível poder negociação, procurou soluções negociadas para os problemas oriundos da política externa (VIEGAS FILHO, 2015). Para a Espanha, era fundamental ter a posse sobre as duas margens do Prata, representado um golpe nas pretensões portuguesas, em controlar uma das margens da foz deste rio, representado nas palavras de Ricupero (2017), "a miragem do Prata". A partir disto

Para Portugal, renunciar em definitivo à miragem da fronteira natural no Rio da Prata era sacrifício penoso, somente concebível se compensado por uma somatória de vantagens. Entre elas, sobressaíam a garantia da soberania da Amazônia, a aceitação da expansão ocorrida nas regiões auríferas do extremo oeste e a consolidação da fronteira sul mediante a aquisição das Missões e o reconhecimento de Rio Grande de São Pedro. O acordo assegurava adicionalmente a segurança das comunicações fluviais de Mato Grosso com Maranhão-Pará através da navegação do Tocantins, do Tapajós e do sistema Guaporé-Mamoré-Madeira (RICUPERO, 2017, p.60).

As consequência da assinatura do Tratado de Madri, para a Amazônia serão vistas no próximo capítulo, já que grandes parcelas da Amazônia, foram incorporadas ao Império, o que representou insatisfação posterior, principalmente por parte do Marquês de Pombal, que almejava maior presença na Bacia do Prata, em comparação com a Amazônia, e se mostrou inconformado com a perda da Colônia de Sacramento. Portanto

Pelo Tratado de Madrid, Portugal deveria receber da Espanha, como compensação pela Colônia de Sacramento, os territórios onde estavam as missões do Uruguay. Entretanto, devido à forte resistência dos povos dessas missões, incentivados pelos missionários jesuítas, o acordo não foi cumprido Portugal também não chegou a devolver a Colônia de Sacramento (FRANKLIN, 2012, p.83).

Posteriormente ao Tratado de Madrid, com a morte de D. José I, e a perda de influência de Alexandre de Gusmão, Marquês de Pombal, crítico do Tratado, ganha notoriedade, nos círculos de comando da Coroa Portuguesa. Refletindo uma correlação de forças, em que os castelhanos atacaram com êxito a futura capital do estado de Santa Catarina, é assinado o Tratado de Santo Ildefonso (1777), que reverteu as conquistas portuguesas na porção meridional da América do Sul. Sobre este Tratado, expomos a citação abaixo

O jogo duplo de Pombal e dos inimigos do Tratado de Madri consistira em aproveitar o pretexto fornecido pela única debilidade séria do instrumento (a dificuldade inicial de controlar os Sete Povos) para justificar o verdadeiro motivo que os animava: a recusa em entregar a Colônia de Sacramento. Equivalendo ao retorno à situação anterior de antagonismo armado, tal política teria requerido um fortalecimento considerável do poderio militar e naval luso na região platina, por meios próprios ou mediante a aliança da Inglaterra, sempre improvável nas melhores circunstâncias (RICUPERO, 2017, p.66).

A política externa protagonizada pelo Marquês de Pombal, ao renegar os avanços protagonizados por Alexandre de Gusmão, reflete uma notória falta de realismo, além de não ter em mente a correlação de forças, desfavorável para a Coroa Portuguesa. O Tratado de Santo Ildefonso, só não foi mais lesivo, pois se reconheceu as fronteiras norte e oeste do Brasil, logo, foram mantidos os ganhos territoriais do Tratado de Madri. Por outro lado, não nos esqueçamos de que a delimitação das fronteiras com nossos vizinhos, só foi afinal conquistado durante o período em o Barão do Rio Branco (1902-1912), os desentendimentos e conflitos na Bacia do Prata, não foram afinal resolvidos, muito pelo contrário, perduraram ao longo dos séculos XIX e XX.

Ao adentrar o século XIX, temos o processo de independência que ganharam feições distintas no Império Espanhol e no Império Português. Dentro das disputas de poder, na Bacia do Prata, falaremos do Vice Reinado do Prata,

que era composto, por Argentina, Paraguai, Uruguai e parcela da Bolívia. A partir disto

A independência brasileira contrastou com a do Vice--Reino do Rio da Prata, unidade colonial espanhola que abrangia o que hoje é a Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Ambas as independências ocorreram em parte condicionadas pelo que ocorria com suas metrópoles no contexto europeu e, ainda, pelas respectivas dinâmicas internas (DORATIOTO, 2014, p.13).

A transferência da Família Real para o Rio de Janeiro, em 1808, conferiu uma vantagem para a Monarquia Brasileira, no que tange a Bacia do Prata, enquanto que em Buenos Aires, aconteceram conflitos que remontam as disputas europeias, entre a França e a Inglaterra. Esta instabilidade, associado a vinda do Rei D. João VI, fez com o Império Brasileiro obtivesse esta vantagem, como dito mais acima. Portanto

Ter sido o Brasil, por mais de uma década, o centro do Império luso-brasileiro e o fato de o herdeiro deste, D. Pedro, ter feito sua independência permitiram que o novo Estado fosse minimamente operacional desde seu surgimento em 1822. Afinal, contava, desde o seu início com estrutura administrativa; havia burocratas e forças militares que eram fiéis ao Príncipe Regente que se tornava Imperador. Este pôde utilizar-se deles para impor-se como autoridade central do país, com apoio da elite da região sudeste e tendo o Rio de Janeiro como capital (DORATIOTO, 2014, p.15).

Ao longo do século XIX, os desentendimentos entre o então Império Brasileiro e a Argentina continuaram, motivados pelas disputas envolvendo a Bacia do Prata, associado a formação dos Estados Nacionais. A partir disto, as rivalidades surgidas durante o período colonial, ganharam novas conotações quando do processo de independência. Isto posto

A rivalidade teve suas origens na formação dos Estados. No caso de Brasil e Argentina, a partir da incorporação da Banda Oriental, em 1820, que tolheu as Províncias Unidas do Rio da Prata de seu sonho de recriar o Vice-Reinado do Prata, e as demais intervenções brasileiras na região platina. As ações brasileiras eram vistas como uma extensão da política expansionista lusitana. Da mesma forma que essa se contrapôs aos interesses espanhóis no sub-continente, a política imperial

brasileira se contrapunha aos objetivos do novo Estado argentino (AGUILAR, 2009, p.43).

Primeiro exemplo do que foi exposto, acima é a anexação do Uruguai, pelo Brasil, no contexto de disputas na Banda Oriental, entre facções políticas que disputavam o poder local. Deste jeito

Em 1821, D. João incorporou a Banda Oriental como mais uma província, a da Cisplatina, ao Reino Unido de Portugal, Algarves e Brasil. Em 1822, ela tornou-se província do Império do Brasil, ato aprovado pelo Cabildo de Montevidéu, mas tropas portuguesas permaneceram nesta cidade até que, em 1824, cercadas por forças leais a Pedro I, se retiraram para Lisboa (DORATIOTO, 2014, p.19).

Com a Independência do Brasil, em 1822, pelo filho de D. João VI, Pedro I, a Cisplatina, se mantém como uma das províncias do país recémindependente, contudo a situação se deteriora, a partir de diferenças com a Argentina, pois tal país não desejava que o Império brasileiro, controlasse uma das margens do Rio da Prata. Eram as antigas rusgas, entre o Império Espanhol e o Império Português, ganhando contornos novos, no contexto da Independência. Em 1825, a Argentina fornece suporte para os rebeldes atuarem na Cisplatina, com o objetivo de conquistar a Independência do Brasil, mas também uni-la as Províncias Unidas do Prata, sob o comando de Buenos Aires. Não é à toa que Travassos, no seu livro *Projeção Continental do Brasil*, escrito 100 anos depois das disputas envolvendo o Uruguai, elenca como um dos focos de instabilidade na América do Sul. Desta forma

Esse regimen estabelece verdadeiro dualismo geografico para aquele territorio, em determinadas circunstancias soldando-o ao territorio brasileiro, em outras deixando-o livre ás influencias argentinas (TRAVASSOS, 1938, p.53).

Após 3 anos, de combates, entre o Brasil e os rebeldes que queriam a Independência, com o apoio de Buenos Aires, em que não houve grandes avanços, muito pelo contrário, os combatentes de ambos os lados já estavam extenuados, além da grande quantia de gastos na guerra, que endividaram o Império brasileiro. Em 1828, após um consenso entre a Argentina e o Império Brasileiro, a Província Cisplatina consegue sua Independência, passando a se chamar República Oriental do Uruguai. Portanto

A Guerra da Cisplatina teve origem antes nas lógicas geopolíticas coloniais, portuguesa e espanhola, do que em interesses vitais dos novos países. Nestes, é verdade, havia pecuaristas, em Buenos Aires e no Rio Grande do Sul, que obteriam ganhos econômicos com o acesso ao estoque de gado na Banda Oriental, mas inexistiam outros interesses que justificassem a longa e desgastante guerra. A incapacidade de comando militar de Pedro I e sua persistência em prolongar o conflito sem apresentar resultados positivos contribuíram para seu desgaste político, processo este que o obrigou a abdicar ao Trono brasileiro em 7 de abril de 1831. Na realidade, somente a partir desta data é que os brasileiros efetivamente passaram a governar o Brasil (DORATIOTO, 2014, p.21-22).

O aspecto da desconfiança e do conflito que impera entre Brasil e Argentina, ao longo do século XIX, tinha como pressuposto a prerrogativa do país portenho em refazer as Províncias Unidas do Rio da Prata, atraindo Paraguai e Uruguai, para sua influência, e a resposta brasileira, vinha por ações que impediam esta ação. Assim

Como é comum no caso de países fronteiriços, as relações entre Brasil e Argentina oscilaram entre o conflito e a cooperação. Porém – e até evidentemente – foram nos períodos de conflito que se deram as modificações mais drásticas na configuração do *status quo* continental. Nesses momentos, o papel dos Estados menores ganhou em significado, de maneira que entender sua importância acaba sendo um exercício fundamental para a compreensão do equilíbrio de poder continental (MARTINS, 2011, p.62).

A manutenção da independência do Uruguai era uma prerrogativa da política externa brasileira para a Bacia do Prata, a despeito de que as disputas internas neste país continuaram graves, após a Guerra da Cisplatina, muitas vezes com o apoio de Brasil e Argentina. Exemplo desta situação são as disputas entre blancos e colorados¹⁶, pelo comando do Uruguai, na terceira década de do século XIX.

Neste contexto, emerge uma figura controversa que atiçou as rivalidades entre Brasil e Argentina, ao longo dos anos 1850, o governador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas, ditador que almejava a recriação das Províncias Unidas do Rio da Prata. Associado a isto, o Brasil tinha uma situação complexa, com

¹⁶ O Partido Blanco e o Partido Colorado, protagonizaram a disputa política uruguaia, por um longo período de tempo. O Partido Colorado situava-se mais próximos do liberalismo econômico, enquanto os Blancos tinham uma posição mais nacionalista.

"Revolução Farroupilha", que ocorria no Rio Grande do Sul, entre 1835 e 1845, e que tornava as disputas em torno do Prata, bastante complexas. Após uma tentativa de aliança entre o Império Brasileiro e Rosas, afinal não concretizada, pois França e Inglaterra¹⁷, não tinham mais interesse no Prata, houve uma piora neste relacionamento. O Império Brasileiro via Rosas como uma ameaça que deveria ser detida. O governo imperial não tinha forças para derrubar o caudilho que comandava Buenos Aires, então ele resolve esperar o melhor momento para depô-lo. Após o rompimento entre Urquiza (caudilho de Entre Ríos) e Rosas, em 1851, este declara guerra contra o Brasil, em que é derrotado em 1852, sendo forçado a exilar-se em Londres. Consequentemente

Os demais objetivos do Império para o Rio da Prata vinham se delineando desde o início da década de 1840 e foram consolidados por Paulino de Souza em uma política definida e coerente. Foram estabelecidos como objetivos definir as fronteiras, garantir a liberdade de navegação nos rios internacionais da região e dar apoio às independências do Paraguai e do Uruguai e conter a influência de Buenos Aires nesses países. O respaldo jurídico para pleitear essa navegação era vital o que explica, em parte, a defesa das independências do Uruguai e Paraguai em relação à Argentina (DORATIOTO, 2014, p.31-32).

Com a derrota de Rosas, o Brasil conquistou o maior objetivo na Bacia do Prata, qual seja, o direito à livre navegação. Associado as disputas na Banda Oriental, ocorre problemas em outro país platino com consequências graves, para o relacionamento entre os países que formam a Bacia do Prata, qual seja, o Paraguai. Se as relações entre Brasil e Paraguai, foram amistosas, quando havia um inimigo em comum, Rosas, quando este é derrotado, elas se deterioram, devido a divergências sobre a fronteira, entre estes dois países. Associado a este fator, temos divergências referentes a navegação nos Rios Paraguai e Paraná, em que a liberdade de navegação neles era imprescindível para as comunicações entre o Rio de Janeiro e a Província de Mato Grosso. Após um acordo assinado, em 1856, em que o Império Brasileiro alcançou seus

¹⁷ "Para o governo imperial, com o fim da pressão anglo-francesa, Rosas se tornaria um risco para o Brasil. Caso houvesse a vitória dos blancos na guerra civil uruguaia, consequência lógica do fim do apoio da França e da Inglaterra a Rivera, o governo imperial acreditava que Rosas, já livre da pressão anglo-francesa, impor-se-ia à oposição interna argentina. Sem oposição interna ou externa, ele teria condições de se voltar para o Paraguai e anexá-lo à Confederação" (DORATIOTO, 2014, p.29-30).

objetivos, as relações entre Brasil e Paraguai, ficaram em uma linha tênue, entre a cooperação e a rivalidade. No momento, em que as discordâncias ganham em intensidade, há uma instabilidade também na Argentina, o que faz com que os condutores da política externa imperial, adotem uma posição de cautela, na Bacia do Prata. Assim

Entre 1844 e 1852 os aspectos de convergência foram privilegiados nas relações entre o Rio de Janeiro e Assunção. Não que inexistissem motivos para disputas entre os dois países, pois o governo paraguaio não reconhecia como território brasileiro a área entre os rios Branco e Apa, como reivindicava o Império. Tais divergências, contudo, foram relegadas para segundo plano, frente à ameaça comum, representada por Rosas. Após a deposição deste, em 1852, as relações brasileiro-paraguaias desgastaram-se em torno da definição das fronteiras (DORATIOTO, 2012, p.21).

A situação muda de perspectiva, quando o Brasil abandona a neutralidade na disputa argentina, envolvendo o caudilho de Entre Ríos, Urquiza e o governador de Buenos Aires, Bartolomé Mitre. Associado a este fator, temos a morte de Carlos Solano López no Paraguai, sendo substituído pelo seu filho Francisco Solano López. Este quadro tornou o relacionamento entre os países do Prata, bastante instável. Seu filho, adotou uma política externa distinta, para a Bacia do Prata, em que ele desejava uma saída para o Oceano Atlântico. Associa-se a isso, um novo conflito no Uruguai, que contrapôs blancos e colorados, em que Brasil e Argentina divergiram do então mandatário paraguaio e Urquiza. Assim

Portanto, no conflito uruguaio havia forças interessadas na organização dos Estados Nacionais na Argentina e no Uruguai e durante a luta aproximaram-se os blancos uruguaios, Francisco Solano López e Urquiza, enquanto os governos argentino e brasileiro, ambos governados por adeptos do pensamento liberal, aproximavam-se, interessados na vitória de Flores. Atendendo a demandas dos fazendeiros gaúchos com interesses no Uruguai e buscando equilibrar a influência de Mitre junto aos colorados, o governo imperial interveio a favor dos rebeldes colorados (DORATIOTO, 2014, p.42).

Dentro desta perspectiva de disputas na Bacia do Prata, em que percorrermos todo o percurso de disputas desde o Império Português e o Império

Espanhol, e que foram transpassadas para Brasil e Argentina¹⁸, principais países oriundos dos dois Impérios, que se insere a Guerra do Paraguai (1864-1870), maior conflito armado sul-americano. Ela tem como pano de fundo a disputa entre estes dois países, pela hegemonia na Bacia do Prata. Como decorrência deste acontecimento

A Guerra do Paraguai, fruto de desconfianças e percepções geoestratégicas, uniu os dois principais atores da Bacia do Prata durante o conflito, mas colocou-os de lados opostos ao seu final. Também a partir do fim da Guerra, a Argentina experimentou um período de progresso que se prolongaria até a década de 1930 e que a colocou como uma das nações mais desenvolvidas do mundo (AGUILAR, 2009, p.43).

Em 1865, é assinado o Tratado da Tríplice Aliança, entre Brasil e Argentina e Uruguai, após ataque paraguaio ao Mato Grosso, sendo que pouco tempo depois Solano López, autorizou a invasão da Província argentina de Corrientes. Com a Guerra do Paraguai, há uma inversão da política para o Prata, em que o eixo Rio de Janeiro-Assunção, para conter Buenos Aires, é substituído pelo eixo Rio de Janeiro-Buenos Aires, para conter Assunção (DORATIOTO, 2010). Sobre este conflito

Os interesses comerciais, sediados no porto de Montevidéu, e as dificuldades econômicas do Paraguai [...] que precisava de saída para o mar e obter recursos a fim de manter seu desenvolvimento, convergiram no sentido de formar um só Estado, ao qual as províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes também se juntariam. Esse projeto, porém não só se contrapôs aos esforcos da burguesia mercantil de Buenos Aires. lutando ainda para unificar e integrar o território da Confederação Argentina, como colidiu com as políticas do Império do Brasil na Bacia do Prata. E abortou. O Brasil interveio manu militari no Uruguai, onde apoiou a instalação de um governo favorável aos seus desígnios. O Paraguai, represália, invadiu-lhe o território, na província de Mato Grosso, bem como da Argentina, a fim de avançar sobre o Rio Grande do Sul, desencadeando uma guerra, a qual não tinha condições econômicas e militares de vencer. Ao fim de cinco anos de trágica resistência, sucumbiu ante as armas da Tríplice Aliança,

Atlântico Sul".

¹⁸ Sobre as disputas envolvendo a Bacia do Prata, até a Guerra do Paraguai, ver Bandeira (1995). Viegas Filho (2015, p.52), deixa claro que "apesar da linguagem por vezes franca e desabrida de Paulino, os reais objetivos buscados e conquistados pelo Brasil eram os de garantir a independência do Uruguai e do Paraguai e alcançar a estabilidade, tanto nas nossas fronteiras meridionais, quanto no Prata propriamente dito, em termos que, sendo favoráveis ao Brasil, estabeleciam uma estrutura e uma doutrina duradouras de paz e progresso nessa área do

completamente destruído, seus recursos humanos dizimados (BANDEIRA, 2010, p.50-51).

Com o fim do conflito, a Argentina torna-se o principal país nesta porção do continente, em detrimento do Brasil, logo de acordo com Bandeira (2010), o Paraguai torna-se um satélite daquele país, aliado a um fortalecimento da burguesia de Buenos Aires, que conjuntamente a forças do interior do país, contribuíram para sua unificação O Brasil, por outro lado, sofreu duro revés, ao final da Guerra do Paraguai, pois viu suas finanças entrarem em ruína, além disso, não ganhou nada com o conflito.

Através de uma rede de transportes que favorecia sua projeção na Bacia do Prata e estendia sua influência ao Oceano Pacífico, a Argentina alcançou o posto de país mais importante da América do Sul. Através da ligação ferroviária de Buenos Aires, com três capitais vizinhas (Assunção, Santiago e La Paz), este país garantiu sua supremacia no continente, algo que foi possibilitado pelas consequências da Guerra do Paraguai, favoráveis para a Argentina. Este constitui o motivo das inquietações de Travassos, que escreve algum tempo depois de findada a Guerra do Paraguai, como vemos na citação abaixo.

Quanto à repercussão do sistema sobre as redes circunvizinhas, esse é o aspecto dos que merecem atenção especial. Se nas ligações Buenos Aires-Santiago e Buenos Aires-Assunción essa repercussão não ultrapassa os limites de suas naturais consequências, da ligação Buenos Aires-La Paz advêm reflexos capazes de repercussão até mesmo sobre a economia continental (TRAVASSOS, 1938, p.18-19).

Se este conflito alinhou Argentina e Brasil, contra o Paraguai, ao final da Guerra, as rivalidades e ressentimentos vieram à tona novamente. As dificuldades na formulação dos Tratados de Paz, entre os países contendores na Guerra do Paraguai, representou o motivo da discórdia, o qual tinha como base a questão fronteiriça, em que a Argentina tinha o interesse em conquistar boa parte do território paraguaio, através destas tratativas, o que não interessava ao Brasil. Como decorrência, observamos o seguinte aspecto

A partir de então, embora suas economias não competissem e até mesmo se complementassem, as relações entre Argentina e Brasil caracterizaram-se cada vez mais por forte rivalidade, a gerar tensões e graves crises, que se entremeavam com esforços de entendimento e de cooperação para afastar a ameaça de conflito armado (BANDEIRA, 2010, p.54).

Outro fato que devemos destacar é a assinatura do Tratado de Limites entre Brasil e Paraguai, promulgado em 1872, em separado, algo que não estava previsto por ocasião da assinatura do Tratado da Tríplice Aliança, em 1865. Baseado no princípio do *uti possidetis*, o Brasil não obteve ganhos territoriais, além de todo o esforço da diplomacia, em manter a independência do país guarani. Assim

Constata-se, portanto, que o Brasil não obteve, mesmo tendo condições concretas para tanto, nenhum ganho territorial relevante como decorrência do conflito com o Paraguai. Ao contrário, a manutenção da independência e da soberania territorial paraguaia deve-se quase exclusivamente ao compromisso e empenho brasileiro para que isso ocorresse (OLIVEIRA, 2008, p.47).

No tocante a definição de fronteiras, vale a pena destacarmos a definição dos limites entre Brasil e Argentina, no final do século XIX. A Questão das Missões ou Palmas, dependendo, da designação, portenha ou brasileira, respectivamente, representa o corolário de uma relação, que com poucos períodos de cooperação, representou o caráter de rivalidade que havia entre os dois países que fazem parte da América do Sul. Esta área, que corresponde atualmente a porção oeste dos estados do Paraná e Santa Catarina. Após arbitramento conduzido pelo então presidente dos Estados Unidos, Groover Cleveland, o Brasil teve ganho de causa, incorporando parcela importante no seu território, sendo um acontecimento que teve atuação decisiva, do futuro chanceler, Barão do Rio Branco. A justificativa brasileira é bastante interessante, e demonstra a preocupação com a defesa da porção meridional do território, como veremos abaixo

Na Exposição ao presidente dos Estados Unidos, fundamenta o direito do Brasil na descoberta e controle do território pelos paulistas, desde o século XVII, e no *uti possidetis* da época da Independência, reconhecido pelo Tratado de 1750, posse nunca contestada pelos argentinos até 1881. Argumenta que a posição especial do território o torna indispensável para a segurança e a defesa do país e para as comunicações interiores entre o Rio Grande do Sul e os outros estados brasileiros (RICUPERO, 2017, p.258).

Apesar da fundamentação muito bem embasada feita pelo Barão do Rio Branco, a aproximação entre Brasil e Estados Unidos, contribuiu para que o desfecho deste litígio fronteiriço fosse favorável as suas pretensões. Lembramos que os Estados Unidos eram o maior comprador do café produzido no Brasil, enquanto que ao final do século XIX, a Inglaterra era o principal comprador de produtos argentinos. Uma afirmação curiosa, atribuída a um deputado argentino, ajuda a dar uma dimensão, não só da definição da fronteira entre Brasil e Argentina, como das rusgas que aconteceram na Bacia do Prata, até aquele momento. Vale a pena citá-lo abaixo

Quando se conheceu em Buenos Aires o laudo do presidente Cleveland, atribuiu-se a um político argentino o seguinte comentário bastante espirituoso: "Liquidou-se uma questão. Na realidade os litigantes foram a Espanha e Portugal, e não Argentina e Brasil (SOARES, 2021, p.302).

Por outro lado, pouco após o final da Guerra do Paraguai, com a Proclamação da República (1889), houve a instalação de Colônias Militares, em áreas fronteiriças, que tinham como principal objetivo sua ocupação, além da defesa do território. A grande maioria destes estabelecimentos se localizavam nas regiões Sul e Norte do país, portanto, o Exército brasileiro, já tinha preocupações com estas partes do território, bem antes da constituição da produção de estudos geopolíticos, pelos autores citados, anteriormente. Se o Brasil, não tinha condições de contrabalançar a Argentina, no Paraguai, Uruguai e Bolívia, isso não significava que o Brasil, não estava atento para sua fronteira meridional, enquanto que já havia uma influência militar, possibilitada com a subida dos militares ao poder, em 1889. No que diz respeito ao Norte do país, falaremos mais no Capítulo 4. Assim sendo

As Colônias Militares não se encontravam distribuídas uniformemente na extensão territorial brasileira, sobretudo no período Imperial. A grande maioria foi instalada nos sertões do Sul e do Norte do Brasil; as do Sul criadas com a finalidade de proteção daquela fronteira agitada pelas guerras com os países limítrofes, e as do norte estimuladas pelos projetos de comunicação, transportes e agrícolas que deram a base para o desenvolvimento da Comissão Rondon no início da República (MARTINS, 2007, p.102).

O que se depreende sobre o relacionamento entre Império Português e o Império Espanhol, assim como entre os países que formam a Bacia do Prata, é que os conflitos foram recorrentes. Ao final da Guerra do Paraguai, a Argentina se tornou o país "hegemônico" na Bacia do Prata, fazendo do país guarani um satélite de seus interesses. Deste jeito

Nesse contexto, na região da bacia do Prata, a diplomacia tradicional, de caráter representativo, vinha a reboque da ação política intervencionista e conservadora, a qual visava primordialmente à consolidação do Estado nacional. Assim, por envolver questões de soberania política e de delimitação territorial, as quais poderiam - como foi o caso diversas vezes demandar o emprego da força militar, os negócios de Estado com os vizinhos platinos eram conduzidos essencialmente pelos 'grandes estadistas' do Império, ou até mesmo por comandantes militares, e não por diplomatas de carreira (MENDONÇA, 2004, p.89).

Situação similar ocorreu no Uruguai e na Bolívia, países menores que fazem parte da Bacia. Desta forma, uma das principais preocupações do pensamento geopolítico criado nas Forças Armadas brasileiras, era conter os interesses argentinos, para em um segundo momento superá-lo. O que falaremos na próxima seção desta dissertação é como se deu esta transformação, e como a Geopolítica influenciou neste processo.

3.3 – A CONSTRUÇÃO DA UHE DE ITAIPU E AS CONSEQUÊNCIAS GEOPOLÍTICAS PARA A BACIA DO PRATA

Ao longo do século XX presenciamos uma mudança nas relações entre os países que formam a Bacia do Prata. Neste sentido, analisaremos como se deu as disputas entre Brasil e Argentina, pela preponderância na América do Sul, e como o pensamento geopolítico produzido na caserna foi importante para esta transformação. O que pretendemos comprovar é que a Usina Hidrelétrica de Itaipu, representou a consecução dos interesses brasileiros de superação da Argentina, enquanto principal país sul-americano.

Importante destacarmos que ao longo da primeira metade do século XX, as relações entre Brasil e Argentina, continuaram conturbadas, já que o Brasil almejava retomar a supremacia no Rio da Prata, em detrimento do vizinho

meridional, o que leva, inclusive a uma corrida armamentista, algo que não interessava as potências estrangeiras. Por outro lado, as grandes indústrias de armamentos ganharam muito com a modernização das Forças Armadas de ambos os países, algo que logicamente beneficiava os países imperialistas. Assim

A impressão prevalecente em Buenos Aires, tanto entre argentinos quanto nos círculos britânicos, era a de que a Argentina não necessitava de uma frota moderna, uma vez que a Grã-Bretanha jamais permitiria que o Brasil a atacasse, deflagrando um conflito que prejudicaria seus interesses comerciais e financeiros (BANDEIRA, 2010, p.99).

O Brasil não fez por menos, e durante a chancelaria do Barão do Rio Branco (1902-1912) o Brasil empreendeu uma reforma de suas Forças Armadas, como a aquisição de novos equipamentos, algo que causou desconfianças na Argentina, contribuindo para manter a rivalidade entre os dois países. Se em um primeiro o então Ministro das Relações Exteriores brasileiro procurou precaverse quando os assuntos eram relativos ao país vizinho, inclusive, atuando para impedir que rupturas e golpes de Estado ocorressem, como na sucessivas crises políticas que aconteceram no Paraguai e no Uruguai, em um padrão semelhante ao do século XIX. Nesta linha de raciocínio

Decerto, embora reconhecesse que no Paraguai a predominância da Argentina era "muito superior" e o Brasil não se houvesse resignado a perder ali a sua influência, Rio Branco só podia declarar que não via motivos para qualquer interferência naquele país (BANDEIRA, 2010, p.97).

No entanto, ao final do período em que Rio Branco ocupou a chancelaria do Brasil, as relações entre Brasil e Argentina apresentaram sensível piora, justamente por causa do projeto de modernização do equipamento bélico, que tinha seu símbolo na aquisição de navios novos por parte da Marinha brasileira. A citação abaixo corrobora a tese de que o Brasil situava-se atrás da Argentina, no que tange as Forças Armadas

Por todas essas razões, Rio Branco considerava que as Forças Armadas brasileiras possuíam pelo menos vinte anos de atraso em relação às suas congêneres do Chile e da Argentina. O Chanceler considerava que a restauração da posição perdida pelo Brasil deveria ter no Serviço militar obrigatório uma de suas

alavancas e que mesmo com as encomendas de material bélico para o Exército este ainda continuaria em condições inferiores à Argentina e ao Chile (PEIXOTO, 2000, p.55).

Os temores com a Argentina transparecem no meio militar, como por exemplo, na *Revista de Defesa Nacional*, que teve seu primeiro na década de 1910¹⁹, representando sem dúvida, uma influência para o pensamento geopolítico produzido por Golbery do Couto e Silva, mas mesmo antes, com a obra de Mário Travassos. Fica bastante claro na produção Geopolítica feita na caserna a desconfiança com relação a Argentina, com todos os temores de que este país tinha como objetivo a refundação do Vice-Reinado do Prata. A citação abaixo, demonstra bem como os trabalhos produzidos na Escola Superior de Guerra, possuem um diálogo com a Geopolítica golberyana

Em outro trabalho da ESG de 1956, [...] também se referia às iniciativas de Juan Perón - nome verdadeiramente horribile dictu para a maioria dos militares e diplomatas brasileiros - em ressuscitar, mediante disfarçados "tratados de união econômica', o Vice-Reinado do Prata, instrumento pelo qual a Argentina pretendia alcançar a hegemonia continental (MENDONÇA, 2004, p.107).

Golbery elenca o caráter vivo das fronteiras meridionais do Sul do Brasil, o que remete as tensões com a Argentina, assim como chama atenção para o histórico, nesta rivalidade, como demonstra a lembrança a Rosas, que tinha o objetivo de reconstituir o Vice Reinado do Prata, sob o comando de Buenos Aires. Se este era o objetivo argentino, a estratégia oposta era realizada pelo Brasil, que agiu para dividir este território, sendo fundamental manter Paraguai e Uruguai independentes. Interessante notar estas inquietações com a Argentina, já são presentes em Mário Travassos, em que a rede transporte deste país conferia uma vantagem considerável, em contraposição ao Brasil. Consequentemente

Assim como na época colonial os luso-brasileiros expandiram seu território por meio das entradas e bandeiras; assim como o império dos Orleans e Bragança incentivaram por meios diplomáticos e militares a balcanização do vice-Reinado do Prata, Travassos vai entender a integração física dos Estados hispânicos como uma retomada do projeto de Estado uno platino

¹⁹ Ver capítulo 1 desta dissertação.

com o centro de poder em Buenos Aires. Tal feito tornaria o Brasil vizinho de uma entidade territorial muito mais poderosa do que já era a Argentina no começo do século XX com uma área de contato fronteiriça muito mais extensa contrapondo-se ao Brasil em uma região onde este era pouco povoado e sensível não somente a invasões como também àquilo que Backheuser chamou de penetração pacífica (MARTINS, 2011, p.63).

A partir desta explanação designamos que na Geopolítica formulada por Mário Travassos e Golbery do Couto e Silva, existe uma preocupação com a ocupação da porção ocidental do território brasileiro, ou seja, "A Marcha para o Oeste", iniciada e estimulada, a partir da Era Vargas (1930-1945), e que ganhará feições diferentes na Bacia do Prata, como veremos nesta seção, e na Bacia Amazônica, que será melhor explorada no Capítulo 4.

A ocupação da faixa de fronteira no Sul do Brasil, ocorreu com a formação dos territórios federais (pelo menos este era o intuito), como o de Iguaçu, no entanto, analisaremos as negociações um empreendimento de grandes proporções, que trará uma nova sequência de escaramuças, entre Brasil, Argentina, e em menor medida o Paraguai, qual seja, a Usina Hidrelétrica de Itaipu, e como a Geopolítica golberyana exerceu papel fundamental neste processo. O que pretendemos verificar é como os acordos assinados entre Brasil, Argentina e Paraguai, alcançaram o objetivo do Brasil, que era superar a Argentina. Ao mesmo tempo, reiteramos que o conceito de "fronteira viva", foi usado com um caráter ofensivo, na Bacia do Prata. Sobre a Ata das Cataratas, assinada entre Brasil e Paraguai, em 1966, temos abaixo uma afirmação que ajuda a entender, esta mudança na Geopolítica sul-americana

Essas expectativas, acredita-se, não levaram em consideração as conseqüências - para a balança de poder sul-americana - advindas da Ata das Cataratas, ou Ata de Iguaçu, firmada entre Brasil e Paraguai em 22 de junho de 1966. Além de ter sido, assim pode-se entender, verdadeiro turning point da geopolítica brasileira, o acordo binacional reacendeu a desconfiança argentina acerca dos antigos planos de hegemonia sub-regional acalentados pelo Brasil. Os entendimentos entre Brasil e Paraguai, dessa maneira, foram interpretados pelos meios castrenses argentinos como estratégia geopolítica de cooptação definitiva do Paraguai para a esfera de influência de Brasília (MENDONÇA, 2004, p.5).

Quais os fatores que levaram a esta mudança no tabuleiro de poder sulamericano serão analisadas a partir de agora. Se com o final da Guerra do
Paraguai, a Argentina exerceu enorme influência sobre o país guarani, esta
situação muda de figura em 1954, quando há o início da Ditadura de Alfredo
Stroessner (1954-1989). Por exemplo, para Doratioto (2010), as relações entre
Brasil e Paraguai, desde o final do século XIX, até 1954, foram condicionadas
pela Argentina. Bandeira (2010), vai mais longe e afirma que o Paraguai era um
país satélite argentino.

O caráter conflitivo no relacionamento entre Brasil e Argentina, que está latente na produção geopolítica efetuada nas Forças Armadas, quer brasileiras ou argentinas. Autores importantes como Caubet (1986) e Mello (1997), estabelecem que a essência dos acordos envolvendo a construção de Itaipu evocam os desentendimentos e desconfianças, que remontam, sem dúvida, ao Período Colonial, como visto na seção anterior. Portanto

A realização de Itaipu obrigou, pois, a evocar uma a uma todas as questões levantadas pelo direito internacional fluvial: desde os tradicionais problemas de delimitação de fronteira até o conjunto diversificado dos usos das águas de um curso de água internacional (CAUBET, 1991, p.16)

A partir do exposto, argumenta-se que a Construção de Itaipu, representou uma mudança no ordenamento jurídico na Bacia do Prata, pois antes a navegação era seu principal uso, e posteriormente, passa a ser a obtenção de energia elétrica (CAUBET, 1991). Por outro lado, o período compreendido entre 1930 e 1980, representou mudanças econômicas na América do Sul que fizeram com que houvesse uma alteração no relacionamento entre Brasil e Argentina, fazendo com que a balança de poder pendesse favoravelmente àquele país. Este momento representou uma intensificação da industrialização no Brasil, baseado em uma intervenção contínua do Estado, ou dito de outra forma o processo de substituição de importações. Não obstante, a Argentina, baseou sua política econômica nos princípios do liberalismo econômico e ficou para trás em termos de Produto Interno Bruto (PIB). Se com o final da Guerra do Paraguai, a Argentina torna-se a principal economia do continente, com a exportação de gêneros primários, como carne e trigo,

principalmente para a Inglaterra, a situação se inverte, a partir da década de 1950. Colocando em números esta questão, "em 1930 a economia argentina era o dobro da brasileira; meio século depois a economia brasileira tornara – se o quádruplo da argentina" (MELLO, 1996, p. 31).

Nesta ótica, as mudanças econômicas verificadas, entre Brasil e Argentina se refletiram nas relações de poder na Bacia do Prata, favoravelmente, as pretensões brasileiras. Esta transformação, tem nos acordos sobre Itaipu, o auge, dos aspectos conflitivos entre os dois principais países do continente, no entanto o relacionamento entre Brasil e Paraguai, também deve ser abordado, para compreender, como a Geopolítica oriunda da caserna brasileira se fez presente.

Em 1954, com o início da Ditadura de Alfredo Stroessner, temos o início de uma aproximação entre Brasil e Paraguai, após um longo período de distanciamento, que remonta ao desfecho da Guerra da Tríplice Aliança, e dos acontecimentos vindouros que culminam com a Proclamação da República²⁰. Não obstante

As desconfianças nascidas da Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870 persistiam presentes principalmente no imaginário paraguaio, e somente viriam a ser superadas a partir dos anos 1950, quando houve sinalizações mútuas no sentido de promover o entendimento bilateral. Com efeito, a ascensão do General Alfredo Stroessner em 1954 mudaria significativamente a história do Paraguai, não apenas em termos de política doméstica, mas também no que se refere a política externa daquele país. Some-se a este fato o governo do Brasil, de Juscelino Kubitschek, que mantinha admiração por seu par paraguaio. Stroessner, por sua vez, cercou-se de assessores que apoiavam a aproximação política e estratégica com o Brasil, e afastou todos aqueles que manifestavam tendências de aproximação com a Argentina (SILVA, 2006, p.3).

Contrapondo-se as formulações de Caubet (1991) e Mello (1997), já apontadas anteriormente, que destacam uma análise mais realista que destaca o ponto de vista da desconfiança entre os países que fazem parte da Bacia do Prata, particularmente entre Brasil e Argentina, portanto mais próximas das formulações geopolíticas produzidas por Golbery, vemos na análise de Silva

²⁰ Doratioto (2012), ao contrário de Bandeira (2010), afirma que com o fim da Guerra do Paraguai, o Brasil manteve a hegemonia sobre o país guarani, que perduraria, pelo menos até 1875, assim se contrapondo ao eminente cientista social, para quem com o fim do maior conflito armado sulamericano, a Argentina aumentou sua influência política e econômica sobre o Paraguai.

(2006), um outro aspecto nas mudanças nas relações de poder, em que a cooperação Brasil-Paraguai é destacada, em detrimento do conflito. No entanto, mesmo, com a aproximação promovida por Stroessner, com o Brasil, ocorreram desentendimentos entre os dois países, mesmo que pontuais, que levaram ao uso compartilhado dos recursos do Rio Paraná, com a Usina Hidrelétrica de Itaipu. Tais rusgas, remontam a incerteza na fronteira entre os dois países, definida nos Acordos de Paz, assinados em 1872.

Desta forma, ao analisar, todo o processo que levou a construção deste grande empreendimento, precisamos ter em mente, a passagem da preponderância argentina, para a brasileira, assim como a aproximação brasileiro-paraguaia, ao longo das décadas de 1950, e que culmina no Acordo de Itaipu, assinado em 1979.

Os primeiros passos nesta reaproximação, acontecem durante o governo de Juscelino Kubitscheck (1956-1961), que nutre uma amizade com o presidente paraguaio²¹. Vale lembrar, que o Paraguai, não abandonou sua tradicional política externa pendular, se aproveitando da rivalidade entre Brasil e Argentina. A próxima citação, demonstra bem isso

A ascensão de Alfredo Stroessner foi fator fundamental para que a política externa guarani oscilasse em favor do Brasil, o que não significou, como se poderia pensar, que o Paraguai abandonara a Argentina. Pelo contrário, o governo de Stroessner procurava beneficiar-se da rivalidade entre os dois vizinhos, ao mesmo tempo em que tendia a favorecer o Brasil (SILVA, 2006, p.58-59).

Na concepção do Chefe do Executivo paraguaio, a aproximação com o Brasil, era estratégica, pois permitiria uma segunda saída para o Oceano Atlântico, dependendo menos da Argentina. Desta forma, confirma-se um dos postulados da "escola de geopolítica" construída na caserna do Brasil, de construção de vias de transporte que tivessem o sentido leste-oeste, como forma de contrabalançar a rede ferroviária argentina, que através do sentido norte-sul,

²¹ Vale recordarmos que a simpatia de Stroessner pelo Brasil tem início antes de assumir a presidência em 1954. Em 1940, juntamente com um grupo de oficiais, vem para o Brasil, onde teve treinamento de artilharia, na Escola Militar no Rio de Janeiro. Retorna ao Brasil, novamente em 1943, para mais cursos na academia militar brasileira, assim, "nessa ocasião pôde aproximarse de muitos dos formuladores da política de segurança nacional que seria implementada anos depois no Brasil" (SILVA, 2006, p.45).

alcançava o porto de Buenos Aires, trazendo os vizinhos menores, que fazem parte da Bacia do Prata, para a influência de Brasília. Portanto

Para Stroessner, a aproximação com o Brasil era mais do que uma decisão política; era uma necessidade estratégica. Como o Paraguai tinha acesso ao mar bloqueado pelos vizinhos mais poderosos, ele sempre dependera da Argentina para navegar nos cursos dos rios Paraguai e Paraná em direção ao Oceano Atlântico. Por questões há muito tempo arraigadas na sociedade paraguaia, havia a crença de que a Argentina não era um parceiro que contribuiria para o desenvolvimento guarani (SILVA, 2006, p.59-60).

Sobre a política externa do governo JK, devemos destacar que no que tange a América Latina, ela atendia a dois objetivos concomitantes, de ordem política e econômica. Eles atendem a necessidade de desenvolvimento destes países, em que o Brasil trabalhava para incrementar a industrialização, por meio da ampliação do mercado local e no fomento a indústria de base. É nesta linha de raciocínio que devemos compreender a aproximação entre Brasil e Paraguai, iniciada na década de 1950.

Uma das principais iniciativas neste período, é a construção de uma ligação que unisse Brasil e Paraguai. O primeiro passo foi o acordo para que saísse do papel a ponte internacional, na cidade fronteiriça de Foz de Iguaçu, além do início da construção de rodovias que tinham o intuito de integrar o país, e também posteriormente aproximar-se com o Brasil, objetivo que será atingido com a construção da BR-277²². Stroessner tinha a ideia de uma Marcha para Leste, no Paraguai, no qual um importante marco é a fundação de uma nova cidade chamada Puerto Presidente Stroessner, em 1957, atual Ciudad del Este. Deste jeito

[...] talvez o fator mais importante para a percepção do interesse paraguaio em prosseguir sua política de rumo ao leste e

bem como a debilidade do país guarani, que passava por sucessivas crises econômicas e políticas, consequência da Guerra da Tríplice Aliança. Ver mais em Doratioto (2012).

²² A iniciativa de ligação viária entre o Paraguai e o Brasil não era nova. Em agosto de 1891, o

Congresso Paraguaio apresentou projeto de concessão, a uma companhia francesa, para a construção de um ferrovia que ligaria Assunção a Santos, ou outra cidade brasileira, provavelmente litorânea. O objetivo era depender menos da navegação nos Rios Paraná e Paraguai para atingir o mercado regional platino e mundial, e assim tirar a economia paraguaia do marasmo em que se encontrava. O projeto enfrentou forte oposição nos meios argentinos, e afinal não foi concretizado, devido ao ínfimo comércio entre Brasil e Paraguai, naquele momento,

aproximar-se do Brasil foi uma decisão interna, que também teve lugar em 1957: a determinação que fosse criada uma nova cidade, na margem paraguaia do Rio Paraná na fronteira com o Brasil, diante de Foz do Iguaçu. Em de 3 de fevereiro deste ano, Stroessner fundou Puerto Presidente Stroessner (que, mais tarde, viria a chamar-se Ciudad Presidente Stroessner, e, após a queda do Regime, em 1989, recebeu o atual nome de Ciudad del Este) (SILVA, 2006, p.65)

Interessante notar que a aproximação entre Brasil e Paraguai, deu-se no auge do período democrático, no Brasil, algo que logicamente não se passava no país vizinho. Destacamos, que em 1961, pouco antes de Juscelino Kubistchek deixar a presidência, há a inauguração da Ponte Internacional, ligando os dois países.

Antes de adentrarmos as discussões sobre a Usina Hidrelétrica de Itaipu, necessitamos lembrar que antes do golpe de 1964, estudos já tinham sido realizados, com o objetivo de verificar o potencial hidrelétrico do Rio Paraná. Eles remontam a 1962, durante o governo de João Goulart. Assim, Espósito Neto (2012), elenca esta data, como o início dos desentendimentos fronteiriços entre Brasil e Paraguai, que acontecem devido a imperfeições no Acordo de Limites, assinados pelos dois países, em 1872.

Outros autores como Mendonça (2004) e Silva (2006), não destacam, em seus respectivos trabalhos, os estudos anteriores a 1964, para obtenção de energia elétrica no Rio Paraná, discorrendo sobre os incidentes que aconteceram em 1965, como o auge, nos desentendimentos fronteiriços entre Brasil e Paraguai. Por outro lado, a Argentina se mostrou muito reticente, com relação a este empreendimento bilateral, tentando de todas as formas impedi-lo. Por conseguinte, damos razão a Caubet (1991) e Mello (1997), segundo o qual a construção de Itaipu decorreu do conflito entre os países que compõem a Bacia do Prata. Logo

O projeto de Itaipu surgiu de um conflito brasileiro-paraguaio pela soberania de um território nas proximidades da fronteira de ambos os países, mais especificamente sobre a região de Sete Quedas, para os brasileiros, ou Salto de Guairá, para os paraguaios (ESPÓSITO NETO, 2012, p.117).

Ou seja, após o golpe 1964, quando o novo governo chefiado pelos militares, teria teoricamente uma aproximação maior com o *stronato*, houve uma

tensão entre os dois países, em que quase eles foram para as vias de fato, deflagrando uma guerra. Interessante destacarmos que no auge das divergências, em 1965, quando o Brasil desloca um destacamento, para uma área que de acordo com a argumentação paraguaia era sua, momento de máxima piora entre Brasil e Paraguai, o Presidente Castelo Branco, designou Golbery do Couto e Silva, como enviado para conversar com o presidente paraguaio, para resolver a situação de forma amigável (ESPÓSITO NETO, 2012). Assim sendo

Apesar de o projeto de Sete Quedas ter sido relegado a um segundo plano pelas autoridades elétricas brasileiras, o governo do Paraguai não estava disposto a perder a oportunidade de ser sócio de um gigantesco empreendimento hidroelétrico, e muito menos havia recuado na resolução de afirmar sua soberania sobre Sete Quedas. Aparentemente, existia o temor, por parte das autoridades paraguaias, de que Oscar Marcondes Ferraz, então Presidente da Eletrobrás, desistisse da realização de um projeto binacional em favor de outro, totalmente brasileiro (ESPÓSITO NETO, 2012, p.126).

Após diversas conversas e tentativas de negociações entre representantes, dos dois governos para tentar resolver o impasse, em maio de 1966 os Ministros de Relações Exteriores dos dois países se reúnem, dando o pontapé inicial, para o aproveitamento hídrico conjunto do Rio Paraná. Em 21 de junho do mesmo ano²³, é assinado a Ata das Cataratas, que pressupõe os seguintes termos

O documento gerado por este encontro, [...] e através do seu artigo 3º foi acordado o condomínio das águas entre o Brasil e Paraguai, e o estudo e a exploração econômica dos recursos hidráulicos do Salto de Sete Quedas. Estabeleceu-se no artigo 4º a divisão equitativa da energia "eventualmente" produzido na região. Aos dois condôminos de Salto de Guairá é reconhecido o direito de preferência de compra da energia. Os artigos 3º e 4º serviram de esteio para as futuras negociações sobre o aproveitamento hidráulico da região (ESPÓSITO NETO, 2012, p.140).

18 e 19.

²³ Uma semana depois da assinatura da Ata das Cataratas, o governo de Arturo Ilía é derrubado por um golpe militar. Onganía que assume o Executivo argentino, possui similaridades com o governo instituído no Brasil, em 1964, como o anticomunismo e a adoção de uma Doutrina de Segurança Nacional, baseado na defesa do Ocidente e na colaboração com os Estados Unidos. Por outro lado, na Bacia do Prata este presidente, tenta de todos os modos impedir a construção de Itaipu, algo que continuará com seus sucessores. Ver mais em Bandeira (2010), capítulos 17,

O desfecho do litígio fronteiriço, representou um trunfo importante para que o Brasil tivesse o controle da Bacia do Prata, pendendo para si a balança de poder na América do Sul. A Ata das Cataratas, recrudesceu a rivalidade com a Argentina, algo que será resolvido apenas, com o Acordo Tripartite, assinado em 1979. Desta forma, o governo brasileiro, instalado em 1964, aproveitou, municiado pelos pressupostos geopolíticos e de planejamento estratégico, da controvérsia fronteiriça com o Paraguai, para romper a balança de poder com Buenos Aires (MENDONÇA, 2004).

Neste sentido, devemos compreender as rivalidades que permeiam a relação entre Brasil e Argentina, ao longo da década de 1960 e 1970, possuem como pano de fundo a disputa pela Bacia do Prata. A partir do entendimento proporcionado com a Ata das Cataratas, a Argentina entra no jogo, como o pressuposto de impedir o empreendimento binacional Brasil-Paraguai, ou pelo menos posterga-lo. A primeira iniciativa da chancelaria argentina foi convidar os Chanceleres dos cinco países ribeirinhos da Bacia do Prata, para uma reunião conjunta, em fevereiro de 1967, portanto seis meses após a Ata das Cataratas, sendo assim o primeiro passo para o Tratado da Bacia do Prata, assinado afinal, dois anos depois, em Brasília. Portanto

A origem do que viria a ser o Tratado da Bacia do Prata encontrase no receio argentino ao assistir ao acordo brasileiro-paraguaio sem ser consultada e, com isso, perder eventuais vantagens econômicas de seu uso no Rio Paraná. Com efeito, a Argentina retomar seus estudos de aproveitamento do rio e, ao mesmo tempo, limitar o sucesso da diplomacia brasileira. A forma para alcançar estes objetivos foi o de incluir os outros ribeirinhos do Prata nas discussões sobre o uso dos rios (SILVA, 2006, p.84).

O Tratado da Bacia do Prata, pode ser visto, como uma primeira iniciativa de integração entre seus condôminos (CAUBET, 1991; SILVA, 2006), que afinal não foi conquistada. Os objetivos que a Chancelaria argentina desejava, retardar, ou em último caso impedir a construção de Itaipu, foram alvo de muitos desentendimentos entre Brasil e Argentina, ao longo de toda a década de 1970. O marco nesta piora, é o Acordo de Itaipu, assinado por Brasil e Paraguai, em 1973²⁴, que pondera sobre o uso para produção de energia elétrica, da água

²⁴ Mello (1996) expõe o Acordo de Itaipu, como o momento mais crítico na relação Brasil e Argentina.

originada do Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá, que argumenta sobre o ordenamento jurídico da construção de Itaipu. Assim

É fácil identificar os elementos da controvérsia argentinobrasileira. O Brasil toma uma decisão, de acordo com o Paraguai. Os dois Estados exigem que sua soberania seja respeitada: sua decisão é exclusiva da apreciação de um terceiro. Ela considera apenas recursos que lhes pertencem, não visa a prejudicar e, se isso ocorrer, comprometem-se a indenizar. Por seu lado, a Argentina constata que a iniciativa, tomada fora de suas fronteiras, pode trazer danos a interesses econômicos de monta. Assim ela deseja ter precisões sobre os projetos de seus vizinhos e pedir informações que, [...], lhe são devidas. A água é um recurso natural compartilhado e todos os Estados ribeirinhos de um curso de água devem entender-se, quando a utilização das águas num local é suscetível de acarretar consequências em outra parte da bacia fluvial (CAUBET, 1991, p.17).

As controvérsias sobre o uso das águas compartilhadas que formam a Bacia do Prata ganharam contorno internacional, em que as teses brasileiras e argentinas foram confrontadas. O Brasil defendia a ideia de que o empreendimento não causasse prejuízo sensível, a Estados terceiros, enquanto a Argentina presumia a necessidade de consulta prévia, em que, segundo, seu ponto de vista, obras feitas a montante da Bacia Hidrográfica, deveriam ter a participação dos Estados localizados a jusante na mesma.²⁵ Neste raciocínio

[...] há uma clara situação de desequilíbrio de poderes na Bacia do Prata reconhecida pelos respectivos governos que seguem políticas externas regionais condizentes com a mesma. Assim, os países de menor expressão — Bolívia, Paraguai e Uruguai — perseguem práticas compensatórias; a Argentina, enquanto procura recuperar o equilíbrio de poderes perdido, se vale de argumentos jurídicos e de foros internacionais na defesa de sua tese de "desenvolvimento integrado da Bacia do Prata, amparado no mecanismo de consulta prévia" (FAJARDO, 2004, p.67).

Desta forma, há um pensamento geopolítico desenvolvido na caserna argentina, mas que representa uma reação contra os postulados de Mário

²⁵ Para ver mais sobre a internacionalização da controvérsia Brasil e Argentina sobre o uso dos recursos compartilhados na Bacia do Prata, ver Caubet (1991), capítulo 2. A Argentina, tinha como estratégia levar a controvérsia para foros multilaterais, inclusive obtendo êxito parcial, como por exemplo com a aprovação da Resolução 2995, na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que reconhece que um empreendimento não deve causar prejuízo sensível para além da zona em que exerce sua soberania. O caráter não impositivo desta Resolução, fez com que o Brasil adotasse a tese dos "fatos consumados", portanto a construção de Itaipu era inevitável.

Travassos e Golbery do Couto e Silva. Aliás, segundo seus principais teóricos o erro argentino decorria, não da ausência de estudos geopolíticos, mas de um erro no direcionamento estratégico, do que o país deveria fazer para valer seus interesses em contraposição ao Brasil (MENDONÇA, 2004). Um dos principais teóricos argentinos em geopolítica, aceitando a superioridade brasileira no Prata, expõe três caminhos para este país, no relacionamento com o Brasil

- (a) Aceptar la situación, negociando con Brasil el papel de socio menor.
- (b) Enfrentar al Brasil, aceptando como historicamente inevitables las contradicciones existentes. Esta alternativa lleva implícita una posible confrontación armada. No descarta tampoco la negociación ya sea para imponer nuestros objetivos por medos pacíficos, o bien para ganar tiempo, tratando en ese lapso de obtener la superioridad deseada relación de poder que hoy, dada nuestra situación, es desfavorable para la Argeriina
- (c) Negociar con Brasil en función de los respectivos intereses nacionales concordantes, en beneficio común y de los demás países dei área En este caso se debe aventar definitivamente por ambas partes, cualauier propósito imperial-hegemonista (MENDONÇA, 2004, p.82 apud GUGLIALMELLI, 1979, p.178, 187, 191).

Juntamente com esta situação, a Argentina vivenciou diversos períodos turbulentos, ao longo da segunda metade do século XX, como Ditaduras Militares, seguidas por governos civis, que não conseguiram dar uma mínima estabilidade para o país, o que constitui ponto fundamental para que a balança de poder pendesse favoravelmente ao Brasil. Em 1973, os peronistas retornam ao poder na Argentina, e no triênio em que permaneceram no poder, a situação se deteriora no trato para com o Brasil. Quando os militares retornam ao poder, no ano de 1976, a situação é adversa, o que implica em poucas saídas para a Junta Militar que assume o Executivo argentino, desta forma

Apesar das vitórias alcançadas naquelas instâncias, a política seguida por Buenos Aires não atinge seu objetivo maior de condicionar os empreendimentos brasileiros ao mecanismo de consultas prévias. Assim as tensões originadas pelo conflito são agravadas e, quando as Forças Armadas reassumem o poder em 1976, ao novo governo restam poucas linhas de ação para enfrentar a conjuntura adversa, que Juan Enrique Guglialmelli resume como aceitar os fatos vigentes, confrontar ou negociar com o Brasil (FAJARDO, 2004, p.125).

Segue-se amplas discussões entre Brasil, Argentina e Paraguai, para resolver as diferenças relativas ao uso econômico dos recursos hídricos na Bacia do Prata. No caso argentino, ao final da década de 1970, há desentendimentos com o Chile relativo a posse de ilhas no Canal de Beagle, próximo a Antártida. Sem ter como lutar em duas frentes, não restou opção ao governo argentino, chefiado por Jorge Videla (1976-1981), a não ser negociar uma saída negociada.

As tratativas para a formulação de um acordo entre os três países duraram todo o governo do General Ernesto Geisel, e tiveram momentos bastante tensos, como a questão da ciclagem de Itaipu, que no Brasil é de 60 Hz e no Paraguai e Argentina é 50 Hz. A solução encontrada era, ou comprar turbinas que funcionassem nas duas ciclagens, que encareceria ainda mais a construção de Itaipu, ou mudar o sistema paraguaio, situação maléfica para o país guarani. O problema da ciclagem, enfraqueceu as relações entre Brasil e Paraguai, no âmbito das discussões sobre o Acordo Tripartite (ESPÓSITO NETO, 2012).

Outro ponto que suscitou bastante polêmica nas negociações entre os três países, foi a compatibilização da altura de dois empreendimentos binacionais que seriam construídos. Além de Itaipu, já explorado nesta seção, Argentina e Paraguai negociaram conjuntamente a construção de uma Usina Hidrelétrica, como dito na seguinte citação

Com a assinatura do Acordo de Corpus, a Argentina solicitou a abertura de tratativas com o Brasil e Paraguai para "harmonizar" os projetos de Itaipu e Corpus. As autoridades argentinas esperavam criar obstáculos para a construção da hidroelétrica brasileiro-paraguaia, passando a questionar a altura das lâminas de água das barragens de Itaipu e Corpus, volume, pressão e força de saída d'água da usina, área de remanso, o número de turbinas de Itaipu, entre outros detalhes técnicos que definiam a viabilidade econômica e política dos projetos de Itaipu e Corpus (ESPÓSITO NETO, 2012, p.248).

O que a junta militar de Buenos Aires pretendeu, consciente de que a relação de poder com o Brasil, na Bacia do Prata, era desfavorável à Argentina, foi aumentar sua capacidade de negociação e, de certo modo, impor uma política de equilíbrio (BANDEIRA, 2010, p.426)

Após longas negociações, os três países chegaram a um consenso com o Acordo Tripartite, assinado em 1979, já no último governo militar brasileiro do General João Batista Figueiredo, quando se chegou a um número de turbinas e

da cota em que as duas hidrelétricas seriam viabilizadas. Este Acordo representa um ponto de inflexão no relacionamento entre Brasil e Argentina, porque representa o fim das disputas em torno do uso dos recursos hídricos na Bacia do Prata, sendo o ponto de partida para a cooperação entre os dois países, que teria início, no próprio governo Figueiredo, sendo continuada nos governos seguintes²⁶. No entanto, temos que lembrar que isso foi possível, pois o Brasil transpassou a Argentina, na disputa pela supremacia na América do Sul, em que a Bacia do Prata figurava como área primordial para os interesses brasileiros.

Para o Paraguai, as negociações de Itaipu, foram bastante proveitosas, já que suas reivindicações foram atendidas, desta forma a pretensa tese do sub-imperialismo brasileiro não se sustenta. Assim, o país guarani beneficiou-se com a construção de Itaipu, pois este país, apesar da assimetria de poder com relação ao Brasil, negociou os termos, da Ata das Cataratas e o Tratado de Itaipu, em condições de igualdade com o Brasil (OLIVEIRA, 2008; ESPÓSITO NETO, 2012).

Logo, percebemos que há uma influência, tanto de Travassos, quanto de Golbery, através de medidas de grande impacto, do qual o maior exemplo é a Usina Hidrelétrica de Itaipu. Dentro da concepção geopolítica formulada dentro das Forças Armadas, a Argentina era vista como o inimigo a ser batido, portanto o aspecto de conflito era parte essencial na sua doutrina. O principal mecanismo para superar os portenhos neste quesito, era trazer o Paraguai para o campo de influência brasileira, que afinal alcançou êxito, tanto com a construção da BR-277, quanto com relação a Itaipu. Em decorrência

A ação da Argentina era vista como uma tentativa de limitar o poder econômico brasileiro, que crescia em contraste à relativa estagnação argentina, e impedir a construção da hidrelétrica com o Paraguai. A forte presença econômica argentina nos países pertencentes ao antigo Vice-reino do Prata era consistentemente substituída pela brasileira. Quanto ao Paraguai, em especial, destaca-se o completo asfaltamento da rodovia BR-277 ligando Foz do Iguaçu a Paranaguá, em 1969 (SABOYA, 2015, p.63).

²⁶ Para ver as consequências do Acordo Tripartite para a cooperação entre Brasil e Argentina, Fajardo (2005), capítulo 5.

Assim sendo, devemos nos preocupar com o relacionamento com o Paraguai, e as mudanças ocorridas ao longo do século XIX e século XX, notadamente até o final dos anos 1970, que permitiram ao Brasil suplantar a Argentina, através de ações que tinham o Paraguai como alvo. Importante ressaltarmos que, do mesmo jeito que na Argentina, a imprecisão nos limites entre Brasil e Paraguai, tem como causa a colonização europeia. Para Oliveira (2008), a construção de Itaipu serviu para conter a influência argentina sobre o Paraguai, desde o fim da Guerra da Tríplice Aliança. Assim,

Até a década de 1960 prevaleceu o confronto e à rivalidade no Prata. Brasil e Argentina protagonizaram a disputa pela hegemonia na região, procurando trazer para sua órbita de influência países como Paraguai, Bolívia e Uruguai (OLIVEIRA, 2008, p.62).

Feitas estas considerações sobre como a influência da Geopolítica produzida nas Forças Armadas, mudou os destinos na Bacia do Prata, por meio da construção de Itaipu, finalizamos o terceiro capítulo desta dissertação. Como vemos até aqui, esta área do continente sul-americano foi alvo de diversos conflitos, que permearam objetivos distintos entre Brasil e Argentina, desde o século XIX, até a assinatura do Acordo Tripartite. Antes de prosseguirmos, para o quarto e derradeiro capítulo, deste trabalho, vale lembrar que com a construção de Itaipu, o Brasil alcançou o controle sobre a Bacia do Prata, através do controle das nascentes, e não da foz, como a Argentina, executou através de sua rede transportes, muito bem delimitadas no livro *Projeção Continental do* Brasil, de Mário Travassos. Por conseguinte, o conceito de "fronteira viva", foi utilizado com uma concepção ofensiva, como claro objetivo de ultrapassar a Argentina, na supremacia sul-americana

No quarto capítulo desta dissertação analisaremos como a Geopolítica golberyana influenciou a consecução de projetos para a Bacia Amazônica, que em muito difere da Bacia do Prata. Veremos como a preocupação do Estado Brasileiro, para com a Amazônia é mais recente do que no Prata. Logo, a partir destas breves considerações, vamos ao próximo capítulo.



MAPA 1 – BACIA DO PRATA (EXTENSÃO)

Fonte: CIC, 2011, p.14

CAPÍTULO 4 – GOLBERY E A BACIA AMAZÔNICA

4.1 - APORTES INICIAIS

Na Bacia Amazônica, observamos que a ocupação se deu de forma distinta quando comparada com a Bacia Platina. Se o aspecto do conflito marca a inserção brasileira nesta, em que os desentendimentos entre o Império Espanhol e Império Português são frequentes, algo que se transplantou após a Independência, para Brasil e Argentina, principais Estados herdeiros dos dois Impérios. As desconfianças entre os dois Estados perduraram por quase todo o século XX, e isso se refletiu no pensamento geopolítico construído na caserna que via na Argentina, o inimigo que deveria ser superado.

Esta linha de raciocínio revela a estratégia contida, principalmente nos trabalhos de Mário Travassos e Golbery do Couto e Silva, qual seja, superar a Argentina, e que afinal foi concretizada, com a execução de obras de grande envergadura, do qual o maior exemplo é a Usina Hidrelétrica de Itaipu, que definitivamente consolidou o Brasil como principal país na Bacia do Prata. As negociações envolvendo Argentina, Brasil e Paraguai, com relação a este empreendimento, foram bastante turbulentas e revelaram, o que talvez seja, o pior momento nas relações brasileiro-argentinas.

Na Amazônia, as preocupações geopolíticas são de caráter distinto da Bacia Platina. A questão da ocupação e integração desta imensa área ao restante do território brasileiro é o foco das discussões construídas no seio militar. Durante o Regime Militar (1964-1985), grandes empreendimentos foram realizados resumidos no seguinte lema, "Integrar, para não Entregar". Desta forma, a Bacia Amazônica representou uma área de expansão da fronteira.

Neste capítulo faremos uma análise destes grandes empreendimentos, com o foco no Projeto Calha Norte, idealizado no ocaso do Regime Militar, e representava temores de setores das Forças Armadas, com a perda de soberania sobre tão vasta área. A partir desta apresentação, faremos uma breve apresentação sobre a ocupação da Amazônia, argumentando que ela era uma área secundária dentro da ótica governamental. Tal situação começa mudar lentamente ao longo da década de 1950, no segundo governo de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Contudo, é nos governos militares que as políticas para

a Amazônia, ganham outra dimensão, representando uma área que deveria ser conquistada, ou dito de outra forma, na acepção de Golbery, "inundar de civilização a hileia amazônica". Desta maneira, este capítulo terá quatro seções. Além deste início, teremos na segunda parte um breve histórico da ocupação da Amazônia, para na terceira parte abordar, as políticas territoriais dos militares para esta área. Por fim, o Projeto Calha Norte (PCN), será o tema da quarta e última seção, que afinal materializa o caráter defensivo das políticas territoriais a para Amazônia.

4.2 – HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA

As primeiras expedições que ocorreram na Amazônia, datam do século XVI, e foram realizadas por espanhóis. O primeiro que percorreu toda a extensão do Rio Amazonas, foi Francisco de Orellana em 1542. Antes dele outros espanhóis fizeram expedições para conhecer melhor aquela vasta floresta tropical, com o objetivo de conhecer melhor aquela área. O caráter de aventura, permeará a discussões sobre sua ocupação, estando presente na análise Geopolítica que Golbery faz da Amazônia, e que retornaremos na seguinte seção deste capítulo.

A questão mítica sobre a Bacia do grande rio também está presente nas primeiras expedições, como por exemplo, a lenda das Amazonas. Vale destacar que antes do Rio se chamar Amazonas, por causa de lenda, que levou Orellana seguir rio abaixo, enquanto que Gonzalo Pizarro, recusou-se a ir com ele, se chamava *Rio Grande de la Mar Dulce* ou *el Rio Marañon*. A partir disto há uma constatação interessante que será vista abaixo

Mas, [...], Francisco de Orellana foi o primeiro europeu a reconhecer todo o Amazonas, desde a região de suas nascentes andinas até a foz onde desembocou em 1542. A lenda do "país das Amazonas", que deu nome à região, é produto da mitologia grega transplantada pelos espanhóis para o ambiente do Novo Mundo (MATTOS, 1980, p.21).

Após a expedição de Orellana, pessoas de diversas nacionalidades tentaram subir o grande rio, entretanto chama atenção aquela de Pedro Teixeira, que conseguiu chegar a foz do grande Rio das Amazonas, em 1637, quase 100 anos depois do explorador espanhol. Neste mesmo ano, Pedro Teixeira, fez o

caminho inverso ao de Francisco de Orellana, chegando a Quito, constituindo assim a primeira bandeira fluvial. Em 1648, teve lugar a bandeira de Raposo Tavares, que vindo dos Planaltos de São Paulo, chegou ao Peru e Equador, para posteriormente explorar os rios amazônicos, chegando a foz do Rio Amazonas, em 1651. Concluindo

[...] do ponto de vista geopolítico, nos mostra as três direções históricas de abordagem da grande planície amazônica – dos Andes para a foz (Orellana), da foz para as nascentes (Pedro Teixeira) e descendo os degraus do Planalto Central (Raposo Tavares) (MATTOS, 1980, p.22).

O que depreendemos das primeiras expedições espanholas, é a dificuldade de exploração desta imensa floresta, algo que se refletirá nos acontecimentos posteriores, assim como da produção geopolítica vinculada as Forças Armadas, que vê a floresta tropical, como um obstáculo a ser superado, e se refletirá nas políticas territoriais para esta área, como veremos na próxima seção desta dissertação. Portanto

Tanto as expedições de Orellana como a de Ursúa exemplificam o modo como os espanhóis empreendiam a conquista: homens portando as mais modernas armas da época, cavalaria, que então era desconhecida pelos nativos, e uma sede pelo acúmulo de riquezas. Diferentemente das facilidades encontradas em outras partes do Novo Mundo, a região que seria conhecida como Amazônia demonstrou ser uma terra difícil para o modelo de exploração empregado, pois a densa floresta dificultava qualquer movimento, apenas a navegação era possível (FRANKLIN, 2012, p.70).

Entre a expedição de Orellana e Pedro Teixeira outros espanhóis fizeram o mesmo trajeto. Os portugueses, somente após a fundação do Forte do Presépio, atual cidade de Belém, em 1646, é que começaram o reconhecimento rio acima. A geopolítica se fez presente em fornecer subsídios para que a Coroa Portuguesa empreendesse o povoamento de tão vasta e inóspita área, além das disputas com a Espanha que tiveram lugar ao longo dos séculos XVII e XVIII. Desta forma

Foi o fundamento do povoamento da Amazônia, desde o tempo colonial, uma vez que, por mais que quisesse a Coroa, não tinha recursos econômicos e população para povoar e ocupar um

território de tal extensão. Portugal conseguiu manter a Amazônia e expandi-la para além dos limites previstos no tratado de Tordesilhas, graças a estratégias de controle do território. Embora os interesses econômicos prevalecessem, não foram bem-sucedidos, e a geopolítica foi mais importante do que a economia no sentido de garantir a soberania sobre a Amazônia, cuja ocupação se fez, como se sabe, em surtos ligados a demandas externas seguidos de grandes períodos de estagnação e de decadência (BECKER, 2005, p.71).

Logo, o governo português, motivado por princípios geopolíticos, preocupado com o avanço exploratório de ingleses, franceses e holandeses, que já tinham se instalado em terras onde hoje é o Maranhão, resolve criar o Estado do Maranhão e Grão-Pará (1621). Esta medida, tinha o intuito de fortalecer a autoridade política para promover a segurança e colonização desta área. A proteção da foz do Rio Amazonas, é algo que vai preocupar os geopolíticos vinculados a caserna como veremos na próxima seção. Resumindo, como se deu a preocupação com a Amazônia durante o período colonial

Em termos efetivos de poder, as regulamentações administrativas, no período colonial, destacam-se pelas práticas governamentais cujos objetivos são dinamizar relações comerciais de um modo de produção mercantil e a defesa do território por meio de fortificações (MEDEIROS, 2012, p.49).

A política de defesa do imenso território amazônico deu-se através da instalação de fortes em lugares estratégicos ao longo da floresta, assim como ao longo da calha do grande rio Amazonas. Estes acontecimentos se mostraram bastante relevantes, para que a Coroa Portuguesa conquistasse esta parcela de território, que originalmente era da Espanha, de acordo com o Tratado de Tordesilhas. Desta forma, devemos destacar a atuação de Alexandre de Gusmão, negociador português nas negociações sobre o Tratado de Madri (1750), em que o território que viria a ser o Brasil, ganha contorno próximo ao atual, com a incorporação da Amazônia. A respeito da floresta interessante notar como ele se referia, como veremos abaixo

Principal ator-autor da administração portuguesa para as complexas e intensas negociações que culminariam no Tratado de Madri, de 1750, a atuação de Alexandre de Gusmão direciona a institucionalização do espaço que viria a constituir o território brasileiro15. Nos relatos que dão forma às pretensões territoriais

do Estado português, Gusmão faz uso de categorias tais como sertão, terras incultas, rio das Amazonas, confins, para tentar, de algum modo, vincular o espaço às classificações administrativas. Essas categorias objetivam, em última instância, apoderar-se de terras, de recursos e de pessoas sob a regência do Estado português. Também são comuns as descrições com nomes de vilas, dioceses, missões e fortificações que de modo mais efetivo compõem concretamente a substância das categorias que dão visibilidade ao braço da administração colonial portuguesa nos confins do que se estava configurando como Brasil (MEDEIROS, 2012, p.52).

Em decorrência, Alexandre de Gusmão incorpora todo um léxico de palavras para justificar a aquisição de terras na floresta amazônica, e que de certa forma, se incorporará, no pensamento posterior a respeito desta área, inclusive nos Geopolíticos, incluindo Golbery do Couto e Silva. Por exemplo, a ideia da Amazônia, enquanto um lugar desconhecido, assim como nenhuma menção (proposital?) aos povos indígenas que lá vivem. Logo

Para descrever as terras ao norte e ao oeste do tratado de Tordesilhas, torna-se referência institucional a utilização das categorias acima destacadas. Os principais vínculos que estabelecemos para compreender essas categorias são de três ordens analíticas. Primeiro, quase sempre se trata da integração das terras ao comércio marítimo português e as configurações socioeconômicas das terras na Colônia que determinam se uma terra é culta ou inculta, útil ou inútil, ou ainda, se se localiza nos confins ou nas proximidades. Segundo, as definições das categorias procuram, de algum modo, domesticar o enorme desconhecimento, por parte da administração colonial tanto portuguesa quanto espanhola, das terras fora de sua utilização para fins de fiscalização fazendária, controle do comércio, homogeneização linguística e de crença (cristianização das almas e dos corpos). Terceiro, a total desconsideração políticoinstitucional de etnias que habitavam o território em litígio (MEDEIROS, 2012, p.56).

Desse modo Alexandre de Gusmão, utilizou-se desta argumentação para justificar o princípio do *uti possidetis*, para que Portugal, conquistasse as terras da Amazônia, dentro das negociações do Tratado de Madri. Interessante notar que o negociador português abriu mão da Colônia de Sacramento, na Bacia do Prata, algo que agradou aos espanhóis, pois teriam o controle sobre as duas margens do Rio da Prata. Munido por um realismo, Alexandre de Gusmão, tinha em mente acabar com as disputas entre o Império Português e o Império Espanhol, em troca da extensão dos domínios sobre a Amazônia. Se esta era

uma visão correta sobre a correlação de forças entre Portugal e Espanha, outros integrantes da Corte de Lisboa não partilhavam do mesmo ponto de vista. Desta maneira

Assim, Espanha ficaria com a posse do vale do Rio da Prata, com a entrega da Colônia do Sacramento e a retirada das pretensões portuguesas naquelas paragens. Vale ressaltar a importância comercial que então existia entre o Alto Peru, Buenos Aires e a Colônia Sacramento. Para os críticos portugueses, ceder essa presença significava abandonar uma das maiores realizações na América do Sul, visto que o vale do Amazonas, que ficaria em sua maior parte em posse portuguesa, tinha pouca importância comercial, além de já estar efetivamente nas mãos de Portugal. Desta forma, durante as negociações, ele propôs a troca de parte das missões do alto Amazonas pelas missões dos Sete Povos (FRANKLIN, 2012, p.77).

Apesar dos desacordos que seguiram ao Tratado de Madri, Portugal garantiu a posse sobre a "hileia amazônica", ainda que como veremos posteriormente, tal área do território brasileiro, teria importância secundária para as ações governamentais, ganhando proeminência apenas na segunda metade do século XX, ainda que tenha havido surtos econômicos, como por exemplo o da borracha no final do século XIX. Desta forma

Graças à ação do governo de Lisboa, protegendo a cobiçada foz do Amazonas, expulsando os aventureiros ingleses, holandeses e franceses que se atreveram rio acima, e expandindo os marcos de ocupação lusa até as proximidades das nascentes andinas do grande rio e seus principais afluentes da margem norte, foi possível aos demarcadores da fronteira assente através do Tratado de Madri (1750) firmado no princípio do *uti possidetis* comprovar a antecipação de ocupação lusa do imenso leque norte e oeste do grande rio e seus afluentes, dando nascimento ao atual delineamento da fronteira da Amazônia brasileira (MATTOS, 1980, p.36).

As fronteiras do Norte e do Oeste não constituíram apenas o resultado de uma ocupação, antes de mais nada, militar. Essas fronteiras foram feitas com muita audácia – e pouca gente. Quer dizer que elas representaram o resultado direto e imediato de uma política de ação da Corte de Lisboa (SOARES, 2021, p. 47).

Portanto existe uma convergência entre os dois autores, ao analisar a formação das fronteiras brasileiras, de que o elemento militar foi importante para a delimitação e posse sobre a Amazônia. Algo que junta estes autores, com os Geopolíticos posteriores, é a ideia desta área como "vazio demográfico",

portanto ela aparece como uma área de reserva para a expansão capitalista, algo que será uma força motriz das políticas governamentais dos militares. Assim

As fronteiras amazônicas são as mais abertas e menos povoadas que tem o Brasil. São fronteiras definidas, demarcadas ou em processo de demarcação [..], mas que carecem de um imediato processo de adensamento colonizador e econômico. São áreas estratégicas e, [...], exigem um comportamento estratégico (vigilância, colonização, enriquecimento, comunicações) (SOARES, 2021, p.50).

Após o Tratado de Madri, tentou-se várias maneiras de ocupar a Amazônia, sendo que elas não obtiveram sucesso. Ao mesmo tempo, ocorreram incursões de estrangeiros nesta área, o que alimentou o temor de perda de sua soberania. A política de construção de fortes, também atendeu ao requisito de defesa contra incursões estrangeiras espanholas, mas também de ingleses e holandeses, que tinham posses, na Amazônia, onde hoje são Guiana e Suriname. Se um primeiro momento, a principal preocupação era com o avanço espanhol, a situação muda de figura, e os holandeses são a principal ameaça para a garantia de soberania sobre a Amazônia. Assim

Por parte dos portugueses no século XVII e XVIII, a edificação de fortificações, entre outras medidas, tinha o claro objetivo de conter o avanço holandês no vale amazônico. Os holandeses intensificavam seus comércios por meio de aldeamentos indígenas, tráfico de índios e escambos com drogas do sertão. O importante é perceber a mudança do significado atribuído aos grupos indígenas que passam de inimigos a aliados, a súditos, definindo assim a posse legítima das terras na América Meridional (MEDEIROS, 2012, p.82).

A questão indígena será vista quando abordarmos o Projeto Calha Norte. As ameaças vindas de estrangeiros que percorriam a imensa selva, deu-se na área fronteiriça, onde futuramente seria implementado o PCN. A delimitação das fronteiras amazônicas só foi definitivamente estabelecida, no final do século XIX e início do XX, por meio da ação decisiva do Barão do Rio Branco. Entre os destaques, temos a vitória brasileira, contra a França, na delimitação da fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa, assim como a questão acreana, inserida no bojo do Ciclo da Borracha.²⁷ A única ocasião em que Rio Branco perdeu, foi

²⁷ Sobre a questão acreana, ela representou um teste difícil para a diplomacia da I República. Para Ricupero (2017, p.263), "a opção pacifista da República enfrentou na questão acreana sua

na delimitação das fronteiras com a Inglaterra, em que a maior parte do território em litígio ficou com os britânicos.

O que depreendemos do processo de consolidação da soberania sobre a Amazônia, primeiro realizada por Portugal e depois pelo Brasil, foi que ela deuse com contornos distintos em relação ao Prata, pois aquela porção de território foi relegada a um segundo plano, pelos governantes brasileiros. Com raros momentos, como no Ciclo da Borracha, em que ela teve destaque, as tentativas de ocupação da Amazônia não obtiveram êxito. A partir disto

Há a consciência nacional, que vem de nosso passado histórico, de que a Amazônia precisa de melhor organização de seu espaço político e administrativo. Realmente, trata-se de uma área superdimensionada, com cerca de 5 milhões de quilômetros quadrados, onde cabe 19 vezes o território da França ou 20 vezes o território da Espanha, ou 40 vezes o da Alemanha Ocidental (MATTOS, 1980, p.64).

Apenas a partir da Era Vargas, é que a Amazônia ganha destaque nas ações governamentais, ainda que de maneira tímida. Lembramos que nas primeiras décadas do século XX, houve a fundação de Colônias Militares, que se localizavam, predominantemente, nas regiões Sul e Norte do país. Desse modo

As Colônias militares instaladas nas várias partes do território, sobretudo no Sul, no Norte e na região que atualmente se apresenta como Centro-Oeste, demonstraram dois sentidos específicos: o geoestratégico de defesa fronteiriça e o econômico (MARTINS, 2017, p.101).

O que destacaremos na próxima seção, são as políticas que os governos militares fizeram para tal área. Ao mesmo tempo, em que a partir dos pressupostos geopolíticos, conseguiram reverter o quadro favorável a Argentina, na Bacia do Prata, uma ampla gama de políticas territoriais foram realizadas na Amazônia, como o objetivo de integrá-la ao restante do território nacional. O que destacaremos é que elas também foram baseadas nos preceitos baseados em

prova mais difícil. O litígio poderia ter facilmente degenerado em conflito armado. O êxito em prevenir o choque e criar condições para que prevalecesse a negociação gerou precedente capaz de inibir qualquer tentação que desviasse o Brasil do princípio de repúdio à guerra de conquista inscrito nas constituições nacionais. A fronteira com a França foi levada a arbitramento da Confederação Suíça, após a descoberta de ouro na área em litígio, bem como a confrontos armados. Recordamos que em ambos os litígios fronteiriços o imperialismo europeu estava no auge e fez valer seus interesses, inclusive no Acre, o governo boliviano arrendou a área para uma empresa, associada interesses britânicos e estadunidenses, para a exploração do látex.

formulações geopolíticas, ainda que o caráter desta intervenção possua características distintas, como veremos a seguir.

4.3 – OS MILITARES AS POLÍTICAS TERRITORIAIS PARA A AMAZÔNIA

Antes de falarmos propriamente sobre as políticas territoriais desenvolvidas na Amazônia, a partir da Era Vargas (1930-1945), ressaltamos o que os geopolíticos vinculados a caserna pensaram a respeito desta área. Como já destacado anteriormente, há uma clara diferença de concepção. A ideia de que deveria haver uma ocupação ordenada e planejada é a tônica destes trabalhos. Outro aspecto a ser destacado nestes autores é a ideia de integração nacional, ao qual à Amazônia cumpriria um papel primordial, já que nas suas análises ela constitui um "vazio demográfico". Precisamos lembrar que a ideia de integração do território brasileiro não é nova, sendo motivo de reflexão das elites dirigentes, desde o século XIX (MARTINS, 2011).

Dentro desta ideia de integração, em Travassos²⁸, encontramos a Amazônia, como um trunfo que o Brasil teria para superar a Argentina, enquanto principal país no continente sul-americano. Desta forma, ela serviria para neutralizar a Bacia do Prata, que junto com a rede de transportes argentina, faziam com que este país obtivesse a diante na América do Sul.

Para concluir a concepção de Travassos sobre a Amazônia, ele a elenca como tendo uma vantagem, com relação ao Prata, devido ao seu caráter centrípeto. Segundo sua análise, as ligações entre Buenos Aires, com os países circunvizinhos, apesar do sucesso, em fazer valer sua superioridade na América do Sul, eram artificiais. Isso se deve a localização da foz do Rio da Prata, que é pior do que a do Rio Amazonas. A partir disso

segundo momento, onde por meio do paso de Cusco, os trilhos brasileiros ganhariam os portos do Pacífico" (MARTINS, 2011, p.101). O autor conclui que o Brasil Platino e o Brasil Amazônico foram soldados ao Brasil, sendo que a comunicação entre eles ganhou um impulso com a construção de Brasília. Disto se conclui que a Amazônia, era um trunfo importante para o Brasil superar a Argentina, no entanto, suas ideias foram utilizadas no contexto do Prata, como visto no capítulo 3, em que a construção da BR-277, no sentido leste-oeste, permitiu ao Paraguai uma segunda saída para o mar.

²⁸ Travassos (1938) divide o Brasil em quatro regiões naturais: o Brasil Platino, Brasil Amazônico, o Nordeste subequatorial e a Vertente Oriental dos Planaltos. O Planalto Boliviano seria a área que "amarraria" o Brasil Platino e o Brasil Amazônico (MARTINS, 2011). Neste sentido, através de uma rede de transportes adequada, teríamos um plano dividido em duas partes, "a primeira deveria "soldar" os dois brasis de que fala o autor ao planalto boliviano, [...], o flanco oriental do triângulo estratégico formado pelas cidades de Sucre, Cochabamba e Santa Cruz, para em um segundo momento, onde por meio do paso de Cusco, os trilhos brasileiros ganhariam os portos

Pode-se assim perceber dois fatos que Travassos identifica acerca da região Amazônica. A primeira é a natural centralidade e capilaridade interiorana para as bordas através de uma colossal rede fluvial. A segunda é a centralidade da Amazônia nas duas grandes rivalidades brasileiras ao sul em seu antagonismo com o Prata e ao norte sofrendo a crescente pressão americana em busca de recursos naturais (BARROS, 2021, p.87).

Na sequência, veremos como se dá o pensamento de Golbery do Couto e Silva, com relação a Amazônia, em que há um incremento das preocupações para com ela. Desta forma, ele propõe uma manobra geopolítica de integração territorial que tem três fases, primeiro articular a base ecumênica, formada por Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, as penínsulas nordeste e sul, e ao mesmo tempo "tamponar", as vias interiores de penetração especialmente na ilha Amazônica. Em seguida deveria avançar para o Centro-Oeste. Por último, inundar de civilização a "Hileia" Amazônica por bases avançadas no Centro-Oeste e através do eixo leste-oeste do grande Rio Amazonas (SILVA, 1967).

Nesta concepção, Golbery tem como objetivo valorizar o território nacional, e a Amazônia figurava como uma área problema devido a precariedade de sua infraestrutura, além de fronteiras desocupadas, algo que está nas preocupações dos militares com a formulação do Projeto Calha Norte, como veremos na próxima seção. Consequentemente

Já se te, dito muitas vezes que o Brasil, sob o ponto de vista da circulação, é um vasto arquipélago – imagem sugestiva que faz ressaltar a pobreza de nossas comunicações interiores e a triste e perigosa contingência em que nos encontramos ainda como escravos dos transportes marítimos periféricos (SILVA, 1967, p.47).

O último dos autores geopolíticos considerados é o General Meira Mattos, que diferentemente dos outros dois autores, tem sua análise exclusivamente na Amazônia. Devemos considerar que o seu livro *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*, foi lançado, quando Brasil e Argentina, já haviam resolvido seus desentendimentos relativos a Bacia do Prata. Portanto

A Geopolítica pan-amazônica de Meira Mattos visa a uma dinamização da região fronteiriça amazônica brasileira de uma forma cooperativa com os países vizinhos, com o objetivo explícito de evitar temores antigos e o despertar de rancores adormecidos, respeitando um dos temas básicos do Pacto Amazônico, que é a soberania de cada um dos países

amazônicos. De certo modo, a obra parece antes defender políticas e, principalmente, sua continuidade do que propriamente propugnar por estratégias alternativas de ocupação (DINIZ, 1994, p.52).

Após as breves considerações sobre como os autores pensaram a Amazônia, temos que compreender como que se deu as políticas de ocupação desta imensa área, desde a Era Vargas, até os Regime Militar culminando no Projeto Calha Norte (PCN), criado no seu ocaso. A partir disto

O período que se inicia com a revolução de 1930, levando ao Estado Novo de 1937 a 1945, passando pelos governos eleitos democraticamente de Getúlio Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1956-1960), até o governo militar de 1964 a 1985, é de crescente institucionalização de políticas estratégicas para o território amazônico. É na institucionalização de um pensamento geopolítico brasileiro que encontramos com maior clareza indícios de apropriação por parte do aparato político-administrativo de categorias que historicamente foram sendo gestadas para lidar com a complexidade socionatural da Amazônia brasileira (MEDEIROS, 2012, p.92).

A partir desta análise a Amazônia, ganha em importância no pensamento dos autores geopolíticos, citados anteriormente. Inicialmente ela vista como uma possibilidade viária para um aumento da influência brasileira sobre os países sulamericanos, para em um segundo momento, ser uma área que deveria ser defendida. Em um último momento, a Amazônia, não mereceria atenção apenas com relação a defesa, mas haveria a responsabilidade de ocupação por brasileiros desta área, para que ela fosse dinamizada em termos econômicos, através das iniciativas levadas adiante pelos militares (DINIZ, 1994).

Nesta percepção, algo que aglutina estas análises dos Geopolíticos brasileiros, oriundos das Forças Armadas, é a ideia de integração nacional, bem como o "vazio demográfico", que deveria ser ocupado, para que a Amazônia ganhasse em termos econômicos. Veremos as consequências destes projetos ao final desta seção. Antes de prosseguir, eis a seguinte citação, que resume bem esta situação, sobre a concepção golberyana, sobre o território nacional.

De acordo com esse plano, a Segurança Nacional se faz mediante uma territorialização do Estado nacional que implique em domínio efetivo, claramente marcado por fluxos migratórios, intensa integração de atividades econômicas aos centros dinâmicos do país. Na perspectiva dos executores de um plano nacional de segurança é necessária uma garantia mínima de dominação brasileira incrustada no território nacional. Para tanto, o Estado proporciona à coletividade nacional a

consecução e salvaguarda de seu Poder Nacional, a despeito dos antagonismos internos ou externos, existentes ou presumíveis. As indicações de Golbery apontam para uma rearticulação do território que estimulasse a ampla manobra estratégica, objetivando a integração definitiva e o desenvolvimento de todo o espaço nacional (MEDEIROS, 2012, p.101).

Feita esta breve recapitulação, falaremos propriamente dos projetos empreendidos para Amazônia, destacando, como que no pós-1930 ela ganha cada vez mais destaque, em detrimento da Bacia do Prata, pois a medida em que se resolvia suas pendências, seu destaque aumentava, com a formulação de novas políticas territoriais para a parcela setentrional do Brasil. Feita esta consideração, destacamos um discurso de Getúlio Vargas, realizado em 1940, no estado do Amazonas, que remonta a "Marcha para o Oeste", que ganhava impulso naquele momento

As águas do Amazonas são continentais. Antes de chegarem ao oceano, arrastam no seu leito degelos dos Andes, águas quentes da planície central e correntes encachoeiradas das serranias do Norte. É, portanto, um rio tipicamente americano, pela extensão da sua bacia hidrográfica e pela origem das suas nascentes e caudatários, provindos de várias nações vizinhas. E, assim, obedecendo ao seu próprio signo de confraternização, aqui poderemos reunir essas nações irmãs, para deliberar e assentar as bases de um convênio em que se ajustem os interesses comuns e se mostre, mais uma vez, com dignificante exemplo, o espírito de solidariedade que preside às relações dos povos americanos, sempre prontos à cooperação e ao entendimento pacífico.²⁹

O que chama a atenção neste discurso, é a necessidade de integrar as regiões brasileiras, com especial atenção para a Amazônia, e no plano externo o presidente conclama os países vizinhos que compõem a imensa floresta a cooperarem, para um desenvolvimento conjunto.

Neste discurso chama a atenção a utilização dos princípios geopolíticos da obra de Mário Travassos, no entanto, a não ser por ocasião do segundo ciclo da borracha³⁰, no contexto da II Guerra Mundial, além da criação de territórios

n

http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/31.pdf/@@download/file/31.pdf. Acessado em 10 de novembro de 2021. O primeiro ciclo da borracha, deu-se entre 1850 e 1912, quando o látex se tornou matéria-prima fundamental para a fabricação da borracha, que se constituiu em uma febre naquele momento em que se vivia a II Revolução Industrial. Como consequência, do primeiro ciclo da borracha, tivemos o surgimento de duas grandes cidades, Belém e Manaus, a aceleração do povoamento, e a consolidação, através da navegação, do conhecimento e da soberania sobre a Amazônia (MATTOS, 1980). Para uma leitura crítica, ver Porto-Gonçalves (2001).

federais, algo que aconteceu nos estados do sul do Brasil, nenhuma medida foi efetivamente adotada, até a década de 1950. No ano de 1953, quando Getúlio Vargas era o Chefe do Executivo brasileiro novamente, desta vez através do sufrágio universal, instituiu-se duas iniciativas importantes que marcam a tentativa de integrar a Amazônia ao restante do território nacional, qual seja, o Plano de Valorização da Amazônia, instituído pela Lei número 1.806 de 1953. Outros pontos importantes que devem ser destacados nesta legislação, é a criação da Amazônia Legal e da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), organismo fundando com o objetivo de elaborar o Plano e da promoção do desenvolvimento desta área.

Na sequência, outro acontecimento marcante foi a inauguração de Brasília, no governo JK, que permitiu a interiorização da ocupação do interior do país, ou seja, passo de extrema importância para que "A Marcha para Oeste" ganhasse impulso. Interessante citação, abaixo remonta a euforia com a mudança da capital, assim estabelecendo um diálogo com os pressupostos contidos em Mário Travassos e Golbery do Couto e Silva

A interiorização da Capital teve o mérito de ir, aos poucos, mudando o *facies* do Brasil, era o Brasil encontrando-se com a sua imensa continentalidade, até então apenas arranhada – pois só valia o que estava à beira-mar (MATTOS, 1980, p.97).

A posição de Golbery é próxima da do General Meira Mattos, o que demonstra que havia um consenso dentro de uma Geopolítica Militar, de que a transferência da capital representava um passo decisivo para a ocupação do interior do Brasil, incluindo a Amazônia, o qual deveria ser "inundada de civilização". A partir disso

A interiorização da Capital Federal, com tudo que sem dúvida acabará representando, principalmente através da reorientação já esboçada de toda a rede circulatória, virá a ajudar a ocupação da extremidade setentrional do heartland central, cujo dinamismo se verá, ao cabo, também multiplicado (SILVA, 1967, p.126-127).

Se na Bacia do Prata, este quadro de desconfiança entre os países que a constituem foi a tônica em seu relacionamento, com uma política exterior agressiva, baseada nos preceitos geopolíticos defendidos por Golbery e

Travassos, na Bacia Amazônica, o quadro é totalmente distinto. Pelo menos até 1964, a Amazônia ocupou um lugar de menor destaque nas ações de sucessivos governos, entretanto a situação muda quando os militares assumem o aparelho estatal. Desta forma, tal área tinha a seguinte conotação, antes dos militares assumirem, o poder em 1964

Neste primeiro momento, como demonstrado, a Amazônia suscita a atenção do governo brasileiro e português no seu processo de formação e delimitação territorial e, posteriormente, com a necessidade de se incorporar esta região à lógica capitalista de produção, já avançada na porção sul-sudeste do país. A preocupação governamental é muito mais atrelada à possibilidade de exploração econômica da região do que com problemas geopolíticos e da ordem de segurança nacional (NASCIMENTO, 2013, p.35).

[...] somente após a tomada de poder pelos militares, no Brasil, montou-se toda uma estratégia de transferência de populações e capitais para a região, pela via do planejamento estratégico edificado em teorias geopolíticas. Ocorrendo o avanço do Estado sobre o território, cujo lema era "homens sem terra para terra sem homens (FRANKLIN, 2012, p.22).

Ao mesmo tempo, em que no Prata, eles se esforçavam para concretizar as ideias contidas nos trabalhos dos geopolíticos, já lembrados, e que foram alvo de muitas discussões com a Argentina e o Paraguai, afinal resolvidas com o Acordo Tripartite, assinado em 1979 no bojo da Construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, e que resolveu seus impasses afirmando a projeção brasileira no Prata, na Amazônia uma série de medidas mudariam sua dinâmica, e que são sentidas até hoje. Assim,

O que caracteriza basicamente o primeiro governo civil, no período da redemocratização, no plano internacional, é o fim das antigas divergências, com seu antigo adversário no Cone Sul. (MIYAMOTO, 1995, p.134).

A intensificação da preocupação dos militares com a Amazônia, a partir da década de 1960 e 1970 decorre, por causa da resolução dos desentendimentos com a Argentina. Por outro lado, não podemos nos esquecer de que antes dos militares assumirem o poder, ocorreram ações que tinham como objetivo a incorporação estratégica da Amazônia ao restante do território brasileiro. Logo

Em que pese a institucionalização de práticas e categorias expressas no ordenamento jurídico, o deslocamento do centro dinâmico de como governar o território amazônico – anteriormente estabelecido por fortificações militares, por fluxos migratórios e por tratados internacionais – intensifica-se na década de 1930, quando o governo Vargas incorpora a Amazônia dentro de uma estratégica política de Estado. Primeiro, o governo Vargas lança a Marcha para o Oeste, um plano de integração e colonização (ocupação) dos vazios demográficos, obedecendo diretrizes de um plano denominado Movimento de Reconstrução Nacional (MEDEIROS, 2015, p.43).

A "Marcha Para o Oeste", incentivada no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), tem nos geopolíticos citados, grandes defensores. O pensamento deles serviu de guia para as políticas que os militares implementaram quando estiveram no poder (SILVA; DAL-MORO, 2017). Neste sentido, a Amazônia, distante do restante do território nacional, deveria ser prioridade na formulação de políticas de integração territorial, necessárias para o Projeto de "Brasil Potência", defendido pelos Generais que ocuparam a presidência entre 1964 e 1985. O binômio segurança e desenvolvimento, será fundamental, na formulação e execução dos grandes empreendimentos na Bacia Amazônica, institucionalizadas através do extinto Ministério do Interior. Deste jeito,

O projeto de modernização apresentado pelo desenvolvimentismo do MINTER assim identifica o atraso. Ao mirar uma região subdesenvolvida ele sugere uma intervenção planejada, racionalizada, que tem como princípio incrementar as relações produtivas mais afinadas com a reprodução do capital, mesmo que através de relações não capitalistas (como a grande produção extensiva) (IORIO, 2015, p.136).³¹

Por conseguinte, a ocupação da Amazônia teve um incremento nos anos 1950 e 1960, principalmente com a construção da rodovia Belém-Brasília, e ganha novos ares, quando os militares, após o golpe que destituiu João Goulart

confirmado as pressuposições de que as mudanças ocorreram pelo "alto". Martin (2005), chega a mesma conclusão ao falar sobre o "regionalismo burocrático".

31 Através desta perspectiva, Iorio (2015), aponta certas influências de Golbery do Couto e Silva

na institucionalização do Ministério do Interior, já que ele estava estruturado em preceitos geopolíticos, além do binômio, segurança e desenvolvimento. Através do desenvolvimento regional, consumou-se uma modernização "de cima para baixo" que manteve a estrutura econômica desigual da Amazônia, apesar das transformações no território. Oliveira (1988), observa que os grandes projetos nesta área foram responsáveis por sua internacionalização,

(1961-1964), elencam a Amazônia como área prioritária na formulação e consecução de políticas territoriais. Uma das formas de ocupação deste espaço deu-se através da construção de rodovias, que teve impulso, antes dos militares assumirem o poder, como visto, neste empreendimento inaugurado no governo JK. Para Mattos (1980), a inauguração da Belém-Brasília, era fato capital para uma integração efetiva da Amazônia, portanto após 1964, a construção de rodovias nesta parcela do território se intensificou, como veremos mais abaixo.

Quando há o Golpe de 1964, toda uma série de iniciativas são tomadas, com o objetivo de integrar a Amazônia ao restante do Brasil. Além da prioridade as rodovias, como meio de transporte, outras medidas foram efetuadas, como os projetos de colonização, além da exploração dos recursos minerais, através de empreendimentos de grandes proporções, como o Projeto Grande Carajás. A construção de Usinas Hidrelétricas, representou mais uma das séries de obras de grande porte, necessária para a exploração dos recursos existentes no subsolo amazônico. Era o lema "Integrar, para não entregar", tão caro aos militares e que remonta aos geopolíticos já citados.³²

Durante o primeiro governo militar, do General Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), devemos destacar a substituição da SPVEA, em Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), além da criação da Zona Franca de Manaus, outro impulso para a interiorização da "hileia amazônica". Esta ação representa mais uma prova de como a Geopolítica representou uma clara influência para as políticas de ocupação da floresta. Portanto

A criação da Zona Franca de Manaus representou, assim como a anterior transferência da Capital para Brasília, um artifício geopolítico visando a acelerar o processo de interiorização do território, a responder aos apelos da política de continentalidade (MATTOS, 1980, p.98).

Feito este breve parêntese, voltamos a falar dos empreendimentos rodoviários na Amazônia. A construção da rodovia Perimetral Norte (BR-210), remete as ideias de Silva (1967), referentes ao tamponamento eficaz da fronteira brasileira. Para Oliveira Neto (2015, p.126), "a política de rodovias na faixa de

³² Para uma leitura crítica ver o livro Integrar para (não) entregar de Oliveira (1988).

fronteiras estava intimamente associada à finalidade das fronteiras setentrionais". Uma crítica referente a estas ações nos diz que

A tentativa de preenchimento dos "espaços vazios" ou dos "vazios demográficos" ocorreu atendendo à conveniência do capital nacional que, não poucas vezes, só logrou êxito ao associar-se a grupos internacionais. Inúmeros indícios textuais contidos nas obras geopolíticas de Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Matos nos mostram que as necessidades humanas não eram propriamente o cerne das preocupações desses autores. Esperava-se que os fatores estratégicos e econômicos resolvessem todos os demais "problemas" (SILVA; DAL-MORO, 2017, p.147).

Não obstante, é no final da década de 1960 que se passa do discurso de ocupação dos "espaços vazios" amazônicos para sua efetiva incorporação às preocupações geopolíticas existentes, de modo mais amplo, em toda América Latina (SILVA, 2007, p.50).

Outro projeto rodoviário de grande monta que os militares empreenderam na Amazônia, e que merece maior destaque é a construção da rodovia Transamazônica. Idealizada através do Plano de Integração Nacional (PIN)³³, elaborado no governo do Presidente Emílio Médici (1969-1974), representava os anseios de "Brasil Potência", marcado pelo "Milagre Econômico". A rodovia, quando concluída, ligaria o Nordeste a Amazônia Ocidental, no sentido lesteoeste, seguindo o curso do Rio Amazonas, o que remete, a terceira fase da manobra de integração territorial do Brasil, de acordo com Silva (1967). Consequentemente

Sua construção se justifica como uma preocupação social, por representar uma alternativa às mazelas provocadas pelas secas do Nordeste, e um imperativo de segurança nacional, ao possibilitar a integração da Amazônia à soberania nacional. Economicamente incorporaria a Amazônia à economia do país, ampliando sua capacidade de crescimento. Entretanto,

Número

1.106/1970.

Link:

Decreto-Lei

construção da estrada representava foi utilizada para expressar esperança e mobilizar energias individuais e coletivas dos cidadãos de uma pátria que se sentia "ameaçada" por inimigos internos e externos. Tudo isso visando realizar a conquista de um "Mundo Novo", a ocupação do espaço, a remissão do inferno e sua transformação em paraíso - um paraíso criado pelos homens, a partir da conquista da natureza".

Instituído

pelo

http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/decreto-lei/1965-1988/del1106.htm. Acesso 11 de novembro de 2021. Interessante comentário a respeito do PIN, vem de Souza (2020, p.135), em que ela nos diz o seguinte, "o Programa de Integração Nacional teve seu foco na construção da rodovia Transamazônica, tanto pelo aspecto econômico quanto simbólico. A grande obra humana que a construção da estrada representava foi utilizada para expressar esperança e mobilizar energias individuais e coletivas dos cidadãos de uma pátria que se sentia "ameaçada" por inimigos

associada à compreensão de um "destino manifesto da nação", como marco constitutivo do "Brasil grande", "Brasil Potência", deveria prestar-se a fornecer a legitimidade ao regime militar (MENEZES, 2007, p.53).

A obra de grande vulto, tinha a necessidade, de legitimar o regime, que naquele momento passava pelo auge da repressão, além de ocupar a Amazônia com contingentes populacionais originados no Nordeste. Nas palavras do presidente Médici, os nordestinos flagelados pela seca, ocupariam a Amazônia, portanto, há "terras sem homens, para homens sem-terra", logo a Reforma Agrária que deveria ser feita no Nordeste, região com histórica concentração fundiária, ocorreria na Amazônia (OLIVEIRA, 1988), em que os postulados geopolíticos estão presentes, já que a imensa floresta era vista, como um "vazio demográfico" que deveria ser conquistada. Lembramos que não apenas nordestinos se deslocaram para esta área, mas também habitantes do Sudeste e do Sul, atraídos pela presença de terras para cultivo agrícola³⁴. Deste modo

Essa preocupação com a colonização justificava-se como fruto de uma compreensão demográfica da problemática nordestina, sendo produto de uma conjuntura em que o governo Médici entendia que o Nordeste se encontrava com excesso de população, demandando recursos que o Estado não conseguiria suprir. Como alternativa, ambicionou-se criar uma estrutura que possibilitasse a migração de populações do semi-árido nordestino, bem como a parcela da população dos centros urbanos do Nordeste não absorvida pela economia local, mas que poderia ser integrada como mão-de-obra e/ou como colonos na Amazônia. Dessa forma, a Amazônia, compreendida pela região Norte do pais, e também considerada como uma outra região problemática, é apresentada como o destino destas populações. Amazônia e Nordeste se converteram dessa forma, na ótica dos militares, em um único problema que demandava soluções articuladas (MENEZES, 2007, p.58).

N I -

Neste contexto, de grandes projetos para a Amazônia, dos quais a Transamazônica, representa exemplo melhor acabado, temos a institucionalização do Ministério do Interior, criação dos militares, após a tomada do poder, 1964. A Amazônia e o Nordeste, são consideradas áreas prioritárias para a atuação do Ministério, logo, "o processo de institucionalização deste ministério no período entre 1964 e 1969 foi fundamentalmente a extensão do modelo da SUDENE à governamentalização de quase todo o território nacional, ou melhor, à parcela subdesenvolvida deste. O órgão desenvolvimentista do Nordeste foi o carrochefe deste ministério" (IORIO, 2015, p.128). Algo que se enquadra no lema "Integrar para não entregar", é que a intervenção defendida e realizada pelos militares, na Amazônia, deu-se por meio de uma ação planejada e racional, e tinha como intuito incrementar as relações produtivas, nos moldes capitalistas (IORIO, 2015).

A partir desta concepção, de ocupar a Amazônia, com nordestinos, fugidos da seca, construiu-se a Transamazônica, ou pelo menos, pequenas partes dela, já que grande parte não foi devidamente pavimentada, devido, entre outras causas, ao clima quente e chuvoso da floresta, assim como as condições econômicas do "Milagre Econômico", que arrefeceram após a crise do petróleo de 1973. Muito se discute acerca das consequências da construção da Transamazônica, e se ela teria cumprido com o papel que lhe foi designado, de integrar física e economicamente esta área ao restante do Brasil. Deste jeito

A geopolítica estabelecida na Amazônia durante o regime militar visava atender algumas diretrizes, passando deter um controle e domínio sobre o território fazendo com que houvesse circulação de pessoas, tropas, mercadorias e o mais importante à sociedade civil, a ligação das cidades isoladas (OLIVEIRA NETO, 2013, p.296).

Em decorrência, há muitas visões críticas a respeito da Transamazônica, em que ela não teria resolvido os problemas que o governo justificou para sua construção. No bojo da sua construção há mais questões a serem postas, como a colonização das áreas próximas a rodovia, além da ocupação das áreas de fronteira. Logo

A construção de uma malha rodoviária não só iria assentar moradores ao longo das estradas, ou desenvolver a região, mas também provocaria uma maior vigilância nas fronteiras entre o Brasil e os países da América do Sul (OLIVEIRA NETO, 2013, p.296).

Outro ponto a ser destacado é a o tema da grandeza da nação, associado a um otimismo e ufanismo, típicos daquele momento, em que o Brasil passava pelo denominado "Milagre Econômico". A ideia de aventura e conquista do "inferno verde", representa outra argumentação para que a Transamazônica saísse do papel, portanto remontando aos primeiros exploradores da Amazônia, entre os séculos XVI e XVII³⁵. Desse modo

³⁵ "As estratégias de ocupar, integrar e conquistar são forjadas no discurso de dominação da natureza que se apresenta como obstáculo para as práticas governamentais e privadas, que, em última instância, são as práticas fundadoras da posse legítima do Brasil naquele território. A porta de entrada desse processo é a construção de rodovias" (MEDEIROS, 2012, p.153).

Associada a uma compreensão de "destino manifesto" da Nação, que trouxe à tona a vocação de grandeza e ufanismo próprios de certos setores civis e militares, os mais variados discursos favoráveis à construção da estrada apresentam-na como a prova representativa da competência nacional (e não só do regime) na direção da realização do sonho de o Brasil se tornar uma potência mundial. Nesse sentido, do ponto de vista simbólico, o desafio de construção da Transamazônica representaria o desafio mesmo de se construir esse "Brasil Grande", "Brasil Potência" (MENEZES, 2007, p.91).

Assim, destacamos que a obra, após sua conclusão, foi abandonada, e como dito anteriormente, não resolveu os problemas relativos ao Nordeste, muito em decorrência do fracasso da política de colonização, apesar de presenciarmos mudanças significativas nas áreas próximas a rodovia. Dentro desta concepção, expomos o seguinte

[...] objetivou-se mostrar como os esforços de ocupação e desenvolvimento da região mobilizaram energias materiais e ideacionais para promover o que se entendeu, à época, como o gigantesco trabalho de "desbravamento" da floresta e exploração econômica dos recursos da região. A construção da Transamazônica, objeto mais visível da política de integração nacional dos anos 1970, obteve relativo sucesso quanto ao apoio popular que a iniciativa demandava, considerando que a autoridade política se investiu de carisma, constituído a partir da manipulação de um conjunto de elementos simbólicos que conjugava a construção de uma identidade nacional, a civilização e o desejo de conquista do desconhecido - a natureza amazônica (SOUZA, 2020, p.148).

Antes de finalizar esta seção, ressaltamos que uma série de palavras envolvem o processo de conquista e ocupação da Amazônia, e que ganham uma nova dimensão durante o Regime Militar (1964-1985). Talvez o maior destaque, com relação a Geopolítica produzida pelo General Golbery do Couto e Silva, assim como de seus colegas, é a ideia de integração, explicitada mais abaixo

[...] se refere à mobilidade dentro do território nacional. Dentro das concepções geopolíticas mais recorrentes (de Meira Mattos, Golbery do Couto e Silva e Mário Travassos, representantes da escola geopolítica brasileira), desde a década de 1950, fala-se em sistema de transportes terrestres (ferroviários e rodoviários), aéreos, navais; sistemas de comunicação (telecomunicações, radares, satélites). Portanto, integração é a mobilidade para pessoas, produtos e informação que dinamizaria tanto as trocas comerciais quanto os fluxos migratórios de região a região.

Vincula-se a um determinado grau de logística (MEDEIROS, 2015, p.55).

Na década de 1980, no contexto da redemocratização do Brasil, novos conflitos surgem Amazônica. Α ideia embates е na Bacia de internacionalização³⁶ adquire outra feição nas Forças Armadas, a partir da emergência do movimento ambientalista, que em sua concepção seria um mecanismo de perda de soberania sobre a imensa floresta. Não podemos nos esquecer da questão indígena, que foi alvo de desentendimentos com garimpeiros e com representantes do Exército. Deste modo, no ocaso do Regime Militar, é lançado o Projeto Calha Norte (PCN), que será melhor examinado na próxima seção desta dissertação.

4.4 – O PROJETO CALHA NORTE E A VIVIFICAÇÃO DAS FRONTEIRAS SETENTRIONAIS DO BRASIL

A partir do fracasso das tentativas de integração da Amazônia, através da colonização e dos grandes projetos agropecuários, tenta-se a partir dos anos 1980, incentivar a atividade mineradora, notadamente em terras indígenas³⁷. No ocaso do regime militar, mais precisamente em 1985, surge o Projeto Calha Norte (PCN), que corrobora o caráter defensivo das políticas territoriais na Amazônia, quando comparado a Bacia do Prata. Nesta década, esta área ganha cada vez mais destaque, representando um dos focos principais de atuação dos

³⁶ Sobre a internacionalização da Amazônia, "a partir do ciclo da borracha, a região foi ganhando mais destaque e propostas mirabolantes foram feitas no intuito de ocupar o espaço amazônico. Algumas destas propostas eram aliadas a interesses exógenos. Dentre elas destacam-se a Fordlândia e posteriormente a tentativa de formação dos "grandes lagos" de Herman Khan, diretor do Hudson Institute. Estes interesses serviram para alimentar o imaginário sobre a internacionalização e a cobiça internacional em torno da Amazônia, que passaram a figurar dentre as percepções de ameaças do pensamento político-militar nacional. Entretanto, é importante frisar que o pavor da internacionalização só foi aguçado no momento em que as

questões ambientais ganharam destaque na agenda internacional, pânico que acabou por gerar suposições conspiratórias [...]" (SILVA, 2004, p.36).

³⁷ Os índios representariam um óbice para que se alcançasse os objetivos nacionais permanentes, como o desenvolvimento e a manutenção da integridade territorial. Segundo Silva (1981), os objetivos nacionais permanentes constituem uma arte do estadista. Por outro lado, "os Objetivos Nacionais Atuais, pertencem, assim, ao campo mais restrito da Política de Segurança Nacional, caracterizado este pela existência de antagonismos e de pressões adversas – são objetivos estratégicos" (SILVA, 1981, p. 29). Para Oliveira (1976), os Objetivos Nacionais Atuais representam uma adaptação dos fins aos meios, enquanto que com os Objetivos Nacionais Permanentes se daria o contrário (adaptação do meio aos fins. Segundo este autor, "a determinação de Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) e Objetivos Nacionais Atuais (ONA) são os pilares sobre os quais se define a Segurança Nacional" (OLIVEIRA, 1976, p.29), com todo autoritarismo nesta doutrina.

militares brasileiros, desse modo, ela é estratégica para eles, pois no Prata, Argentina e Brasil iniciam uma política de cooperação, que se intensifica, ao longo desta década, portanto a Bacia do Prata, perde o destaque que teve desde o século XIX, nas preocupações do Exército brasileiro. Não obstante

[...] planificado para ser um projeto militarizado retratava, em parte, o momento de crise de identidade que os militares atravessavam com o advento da redemocratização, ou seja, um projeto nacionalista que envolvia componentes sensíveis como fronteira servia de atração para aglutinar as opiniões nos quartéis e, ao mesmo tempo, dava um novo significado para suas ações. Para tanto, processou-se a mudança estratégica da região platina para a amazônica (FRANKLIN, 2012, p.121).

Assim o PCN, elaborado pelos militares, mas implantando a partir do governo civil de José Sarney (1985 – 1990), foi elaborado através da Exposição de Motivos Nº18/1985, encaminhada pelo Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional³⁸ General General de Brigada Rubens Bayma Denys, ao chefe do Executivo brasileiro. Ressaltamos que ao longo da década de 1990, ele passou por uma crise, devido à falta de recursos, que se refletia em desinteresse por parte dos chefes do executivo. Frisamos isso para salientar as descontinuidades que as inciativas de integração territorial obtiveram no Brasil, por causa da falta de recursos, além da sucessão de governos, que reflete em iniciativas distintas para uma mesma porção de território, como a Amazônia.

Após a breve digressão que fizemos no parágrafo anterior, temos que destacar os motivos pelos quais os militares apresentaram este projeto, sendo que um deles já foi exposto, qual seja, a crise de identidade que os militares passavam, em que eles saíam de cena, entregando o poder aos civis, após 21 no poder. De certa forma, ele representa uma tentativa de continuação das políticas realizadas pelos militares na Amazônia, após seu afastamento do poder, em 1985. Portanto, o PCN demonstra como todo arcabouço geopolítico

vindas relativas a este órgão, com o golpe de 1964, as atribuições do CSN, aumentam de forma substancial, inclusive com a subordinação da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras.

38

³⁸ Sobre o Conselho de Segurança Nacional (CSN), ver Vieira (2013), capítulo 2. Desta forma, o Conselho de Segurança Nacional (CSN), criado pela Constituição de 1934, representa aspecto importante, na ascensão dos militares, ao centro decisório da política nacional, que remonta as crises da década de 1920, como o tenentismo (DINIZ, 1994; VIEIRA, 2013). Seu objetivo era executar as questões relativas à segurança nacional, posteriormente cria-se a Secretaria Geral que era um órgão de assessoria direta ao Presidente da República e responsável pelas atividades necessárias para o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional. Após idas e

desenvolvido pelos geopolíticos citados, e que influenciaram projetos para Amazônia, se mantiveram, após a volta dos civis ao poder. Neste sentido

Em seu primeiro parágrafo, descreve que a integração efetiva ao contexto nacional da região situada ao norte das calhas dos Rios Solimões e Amazonas, uma preocupação constante ao longo dos anos, era devido às grandes dificuldades impostas pelo meio ambiente ao desenvolvimento. E acrescenta que é uma extensa faixa de fronteira praticamente habitada só por indígenas. Dentro do aspecto fronteiriço, foi levada em grande consideração a possibilidade de conflitos, como também a conjuntura caribenha, vista como uma projeção do antagonismo típico da Guerra Fria (FRANKLIN, 2012, p.125-126).

Além da necessidade de ocupar a porção setentrional da Amazônia brasileira, elencou-se outros motivos para execução do Projeto Calha Norte (PCN), como por exemplo o incremento nas relações bilaterais, em um momento em que governos de inspiração socialista, aliados a Cuba emergiam na Guiana e Suriname, algo que alimentava um temor nas Forças Armadas brasileiras, no âmbito da Guerra Fria. O incremento da presença militar, as campanhas de recuperação de marcos limítrofes e a definição de uma política indigenista, estão presentes na Exposição de Motivos do PCN (DINIZ, 1994).

Fato essencial, que remete a uma preocupação com as fronteiras do extremo norte do Brasil, é que os principais projetos na Amazônia, no que tange a mineração aconteceram ao sul e ao leste da calha do Rio Solimões, do qual o exemplo que vem à mente é o Projeto Grande Carajás. A expansão da atividade econômica na porção norte da Amazônia, aconteceu através da atividade garimpeira, muitas vezes em terras indígenas. Lembramos que a fronteira norte do Brasil, esteve na preocupação dos geopolíticos brasileiros, assim como dos diplomatas que tiveram destaque durante o Regime Militar. Importante representante do Itamaraty nos diz que

[...] o Governo federal terá de promover [...] uma política de povoamento de toda a região amazônica situada acima da linha do Equador até às fronteiras do Brasil com a Guiana francesa, o Suriname a Guiana e a Venezuela. Essa região apresenta uma zona de fronteira que até há pouco esteve desguarnecida, desprotegia, despovoada; e que imperativos de Segurança nacional determinam seja colonizada de maneira eficiente e moderna, constituindo uma nova fronteira pioneira, bem como seja economicamente explorada em termos dinâmicos de

criação de riqueza ponderável no cenário geral da Amazônia brasileira. Não pode sofrer delongas esse programa de colonização e de exploração econômica, porque uma fronteira despovoada e morta não representa uma afirmação de política ativa. Fronteiras mortas não constituem símbolos tangíveis de soberania (SOARES, 2021, p.98-99).

Neste sentido, a inserção da Amazônia, como área prioritária para as políticas de defesa, se deu aos poucos, influenciando gradativamente os projetos de segurança nesta área (SILVA, 2004). O Projeto Calha Norte tinha o intuito de ocupar militarmente a fronteira norte da amazônica, tida pelas FFAA, como um "vazio demográfico", notadamente a área das Guianas, Peru e Venezuela. A área do projeto abrangia pouco mais de 1,2 milhão de km², envolvia 70 municípios e abarcava 14% do território nacional e 24% da porção brasileira da Amazônia (ANDERSEN, 2008).³⁹

A vivificação das fronteiras na porção setentrional do Brasil se daria, através destas atividades, portanto os índios representariam obstáculos para que estes objetivos fossem alcançados. Logo, "deixou-se claro que a questão indígena sempre esteve, na história brasileira, intimamente associada à construção do Estado e a problemas militares" (DINIZ, 1994, p.173). Desta forma,

No momento da criação do PCN, havia preocupação com a necessidade de ocupação da área – considerada um vazio demográfico pelos militares – e também preocupação com a existência de grupos de esquerda em países vizinhos (algo compreensível num mundo bipolar, no contexto da Guerra Fria). Já atualmente, o que fica evidente é a preocupação com a soberania e a integridade territorial, derivada principalmente da atual expectativa em relação ao aumento da presença do poder público, numa área que está suscetível a crimes transnacionais e problemas ecológicos, ou seja, problemas que remetem às ameaças irregulares (SILVA, 2004, p.58)

As reais intenções observadas na elaboração do PCN, remetem a uma continuação da preocupação das FA brasileiras, com a Amazônia. Outras alegações a serem lembradas, é a destruição da fauna e da flora, a atuação de

³⁹ A área de abrangência do PCN, foi aumentada, ao longo do tempo, sendo composta atualmente por 442 municípios, em 10 estados brasileiros: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Ao todo são pouco mais de 5 milhões de km², perfazendo mais de 70% do território brasileiro. Dado de extrema relevância é que o PCN, engloba 85% da população indígena e 99% de suas terras. Dados obtidos no site do Ministério da Defesa. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/programas-sociais/copy_of_programa-calha-norte/programa-calha-norte. Acesso em: 24 de julho de 2021.

grupos guerrilheiros na selva amazônica, além de um suposto temor com a criação de um Estado indígena Yanomami, na fronteira Brasil e Venezuela, com sua consequente internacionalização. Assim, corroborando o que foi dito mais acima

Sem dúvida, uma das preocupações centrais do PCN foi intervir na política indigenista brasileira. O temor de um arranjo político com apoio internacional que pudesse levar à criação de um ente que reduzisse ou até mesmo possibilitasse o surgimento de um Estado Yanomami foi um dos pontos levantados na apresentação do PCN. E é justamente em relação à política indigenista e aos efeitos do PCN nas comunidades indígenas que vieram as principais críticas e resistências (FRANKLIN, 2012, p.122).

Todos estes fatores reunidos levaram o governo a proteger militarmente a Amazônia, através de suas fronteiras, por meio do Projeto Calha Norte, concretizadas nas chamadas ameaças difusas, dentre os quais se destaca a questão ambiental e indígena, surgidas após o fim da Guerra Fria. Sobre a temática indígena, é necessário dizer que o Projeto Calha Norte surge como resposta, contra ações de ambientalistas, setores da igreja católica, antropólogos, que grosso modo, representam os indigenistas. No âmbito externo, havia amplos setores da opinião pública que influenciavam seus respectivos governos a adotar uma política de vigilância sobre a atuação do governo brasileiro na sua política indígena. Os grupos contrários a esta perspectiva estão descritos abaixo

A segunda, oposta a esta, era representada basicamente por setores da Forças Armadas, principalmente dentro do Exército (largamente coincidente com a Coalizão de Segurança Nacional), garimpeiros, mineradoras, e políticos amazônidas nas esferas municipal, estadual e federal (DINIZ, 1994, p.155-156).

As duas concepções sobre a política indígena são radicalmente opostas. Ao mesmo tempo que a primeira das "coalizões" ganha força no início da década de 1980, quando a temática ambiental ganha visibilidade, surge a resposta dos setores mencionados acima. Lembramos que as Forças Armadas possuem uma ideia de soberania, bastante restrita (MEDEIROS, 2012), e isto se refletiu em temores sobre a internacionalização da Amazônia brasileira. Logo

[...] esse seu caráter internacional é também uma faca de dois gumes: ela faz recrudescer, nos setores nacionalistas brasileiros, o temor quanto á internacionalização da Amazônia. De acordo com a mentalidade que se conformou sobre o assunto, as supostas tentativas de internacionalização sempre vieram alicerçadas em alegados interesses universais (DINIZ, 1994, p.156).

Esta desconfiança de setores do Exército, tem como pano de fundo a demarcação de terras indígenas, em que a discussão sobre a área destinada, resultou em muitos desentendimentos, com membros da Forças Armadas questionando o tamanho, considerado por eles excessivo. O exemplo da terra indígena destinada aos yanomani, é sintomático desta perspectiva, em que o conceito de "fronteira viva" ajuda a entender a posição dos militares brasileiros, pois a área se localiza na fronteira entre Brasil e Venezuela.⁴⁰ Em decorrência

[...] o garimpo, com seu efeito altamente multiplicador na economia regional e o grande contingente populacional que emprega, direta e indiretamente, aliado ao fato de que a faixa fronteiriça apresenta enorme potencial para a atividade garimpeira, torna-se uma alternativa melhor para a vivificação das fronteiras do que outras alternativas. O grande problema para essa alternativa é que boa parte das riquezas minerais na região fronteiriça amazônica se encontra em áreas indígenas (DINIZ, 1994, p.161).

Se estas eram as intenções, na década de 1980, houve uma transformação do seus propósitos posteriormente, com a inclusão do desenvolvimento econômico-social. Consequentemente

Essa transformação do programa é importante para o raciocínio que se propõe neste trabalho: a de que o Calha Norte adquiriu uma importância muito grande e que revela uma tendência do governo brasileiro em assinalar o desenvolvimento econômicosocial do território amazônico como parte fundamental de sua estratégia de defesa da região, fugindo de uma simples concepção de defesa marcada pela vivificação militarizada da zona de fronteira (NASCIMENTO, 2013, p.107).

Silva (2007) ao falar sobre o estado de Roraima, argumenta sobre a predominância das Forças Armadas, para sua organização, seja por meio dos

⁴⁰ A atuação dos garimpeiros brasileiros na fronteira entre Brasil e Venezuela foi motivo de discórdia entre os dois países nos 1980 e 1990. Em busca de ouro os garimpeiros invadiram o território venezuelano, o que causou acusações por parte de sua imprensa e classe política que acusaram o Brasil de imperialista na América do Sul. Para ver a evolução na relação entre os dois países ver Franklin (2012), capítulo 3.

recursos do Projeto Calha Norte, ou através dos Pelotões Especiais de Fronteira, do Exército brasileiro. Isto posto, tal organização ainda executa uma Geopolítica, exercendo uma influência nos estados limítrofes na Região Norte. Portanto,

Nesse sentido, pode-se dizer que no Calha Norte há uma política de base territorial mais nítida que em outros projetos de escopo regional, mais pautadas em temas específicos de segurança e defesa (SILVA, 2007, p.70)

Monteiro (2009), analisando outra faixa da fronteira amazônica, entre Brasil e Colômbia, e sob uma outra perspectiva, enumera o caráter defensivo da atuação brasileira. O que se depreende, através destes dois trabalhos, que tem como foco duas fronteiras localizadas no Norte do país, é o destaque que as Forças Armadas ainda possuem. Desta forma, a Amazônia se mantem como foco de atuação privilegiada dos militares, o que torna necessário uma análise mais pormenorizada dos seus autores clássicos.

Por outro lado, destacamos que não foram só projetos que destacavam por um aspecto defensivo, *stricto sensu*, prosperaram durante o Regime Militar (1964 – 1985). Inciativas de cooperação com os condôminos que compartilham a Amazônia ocorreram, como o Tratado de Cooperação Amazônica (1978), assinado ao mesmo tempo em que Brasil e Argentina, debatiam as resoluções nas pendências na Bacia do Prata. O TCA reflete o caráter de cooperação, como observado em Mattos (1980), ainda que a escala da Pan-Amazônia seja distinta, pois considera os países que compõem a Bacia Amazônica. Dentro desta narrativa

Ao retomar a perspectiva histórica da política externa brasileira para a Amazônia, verifica-se que o TCA materializa algumas concepções já antigas, que atravessam a história do Brasil, como a idéia de afastar interesses externos da região, garantir a presença do país no subsistema do norte da América do Sul e buscar dividir o custo de promover o desenvolvimento da Amazônia. Apesar disso, até os anos 1970 a disparidade entre a atenção reservada ao lado platino e o lado amazônico é notável (ANTIQUERA, p.171, 2006).

A partir disto, a Amazônia torna-se uma área estratégica, desde 1964, quando os militares assumem o poder, e ela ganha uma importância maior a partir da década de 1980, com a emergência da questão ambiental (DINIZ, 1994;

NASCIMENTO, 2013). Se na década de 1960, o inimigo a ser combatido era o comunismo, que se travestiu em movimentos guerrilheiros na selva, assim como a cobiça das principais potências capitalistas, o ambientalismo torna-se avo de acusação, particularmente do Exército brasileiro, de perda da soberania sobre a Amazônia. Portanto, "a Amazônia e sua internacionalização dizem algo sobre a nacionalidade brasileira e são utilizadas para se legitimar práticas territoriais pelo menos desde a década de 1930" (MEDEIROS, 2012, p.138).

Em decorrência a Amazônia torna-se a principal área de atuação dos militares brasileiros, após a década de 1980, com um aumento do seu efetivo. O Projeto Calha Norte, exerceu papel importante neste processo, pois ele tem como um dos seus pressupostos o incremento da presença militar na fronteira norte. Aliado as questões ditas anteriormente, temos a atuação de grupos de narcotraficantes, na Colômbia a partir da década de 1980, o que serve para reforçar sua presença na Amazônia. Por outro lado, a Bacia do Prata, deixa de ser uma área prioritária de preocupação na caserna. Assim

A importância crescente que a Amazônia e suas fronteiras nas duas últimas décadas assumem nas políticas de segurança e defesa nacional pode ser demonstrada pelos investimentos em infra-estrutura militar e pela ampliação da presença das Forças Armadas na Amazônia brasileira. Esse reforço não representa somente um aumento quantitativo do efetivo humano. A ampliação à qual nos referimos se expressa em diversas dimensões. Para analisá-las, separamos entre: 1) infra-estrutura e presença militar, 2) mudanças normativas e 3) programas, planos de ação e operações (MONTEIRO, 2009, p.61).

Muito se diz a respeito das consequências dos grandes projetos para a Amazônia. Por exemplo, há uma corrente da literatura a respeito deste tema, que argumenta que a ocupação desta área após 1964, teve como resultado um aumento dos conflitos relativos a posse da terra. Sob o ponto de vista ambiental, a acusação remete a um aumento do desmatamento. Deste jeito

O fato é que a complexa história da fronteira amazônica, conjugadamente com os equívocos cometidos nas tentativas de ocupação pós-64, ou mesmo antes, a partir da construção da rodovia Belém-Brasília, acarretou uma grande quantidade de conflitos sociais que terminariam por aumentar a importância política da região, agravando as preocupações quanto a ela na esfera governamental federal (DINIZ, 1994, p.87).

Há quem diga que os projetos empreendidos pelos militares são necessários para a Amazônia, pois em suas considerações eles consideram que

sua atuação preenche uma lacuna, devido a precariedade de infraestrutura e de serviços básicos. Daí que os militares cumpririam uma função social, primordialmente nas áreas de fronteira. Em decorrência

Não se pode deixar de frisar que boa parte da infra-estrutura que o Calha Norte propicia, e várias das atividades que o Programa desenvolve, representam a tentativa dos militares de ocupar o vazio deixado pelo Estado na Amazônia. Sem dúvida, existe entre moradores da região a percepção de que o Estado está ausente, de que as FA são a única instituição que se ocupa com os problemas das populações de fronteiras mais distantes (SILVA, 2004, p.60).⁴¹

Portanto, os projetos empreendidos na Bacia do Prata e na Bacia Amazônica, ainda que reflitam estratégias diferentes, defensiva nesta, e, ofensiva naquela, ecoam o caráter centralizador e autoritário dos governos militares. Elas refletem o conceito de "fronteira viva", como área onde podem haver conflitos e que devem ser guarnecidas com um cuidado maior, inclusive militarmente (BACKHEUSER, 1952; SOARES, 2021).

Andersen (2008) argumenta que a execução de políticas territoriais baseadas neste conceito, exprimem pouca disposição para a cooperação com os vizinhos. O que depreendemos é que no Prata, houve maiores desentendimentos, principalmente com a Argentina, enquanto que na Amazônia, as populações indígenas que habitam áreas próximas as fronteiras, são observados com grande desconfiança, por parte dos militares. Os vizinhos da Amazônia são vistos ora com desconfiança, ora como necessários para uma cooperação, como defendido por Meira Mattos.

O Projeto Calha Norte, tal qual foi formulado, nos anos 1980, tem como pressuposto, além da questão indígena, o temor com governos de esquerda que ascenderam ao poder, na Guiana e no Suriname, como dito anteriormente. Apesar disso, acreditamos que o caráter defensivo das ações na Amazônia, remetem, atualmente, aos povos originários que lá habitam, da mesma forma que as atividades ilícitas, como o tráfico de drogas.

⁴¹ No entanto, estes autores concordam sobre a polêmica envolvendo a questão indígena. A mesma autora da referida citação, afirma que "[...] a ascensão das questões e problemáticas indígenas na agenda nacional ocorreu no mesmo momento do surgimento do PCN, daí a potencialização dos aspectos polêmicos do debate em torno de ambos os temas. A abertura política e a nova constituição de 1988 permitiram que os grupos indígenas tivessem seus problemas discutidos, ao dar mais espaço para que suas demandas fossem ouvidas, atraindo a atenção da mídia nacional e internacional (SILVA, 2004, p.66).

A partir do exposto, verificamos que mesmo após o fim do Regime Militar, a questão da Amazônia, enquanto uma área desprovida de homens, permaneceu como ideário. Tais projetos desconsideram os habitantes que lá vivem, que podem trazer um modelo de desenvolvimento antagônico ao dos grupos hegemônicos, que sempre empreenderam sua visão acerca da ocupação amazônica. Desde o período colonial, a Amazônia é vista a partir de uma visão de agentes externos, que tentam impor uma visão conservadora e hegemônica sobre esta região. Desta forma, a integração da Amazônia ao restante do Brasil, teve e tem um significado conservador, o que implica em uma permanente tensão com os habitantes originários, além da permanência no poder dos antigos colonizadores, que devido as pobres vinculações com o restante do país, tiveram seu poder aumentado, o que definitivamente, se refletiu nas políticas territoriais para a Bacia Amazônica (PORTO-GONÇALVES, 2001).

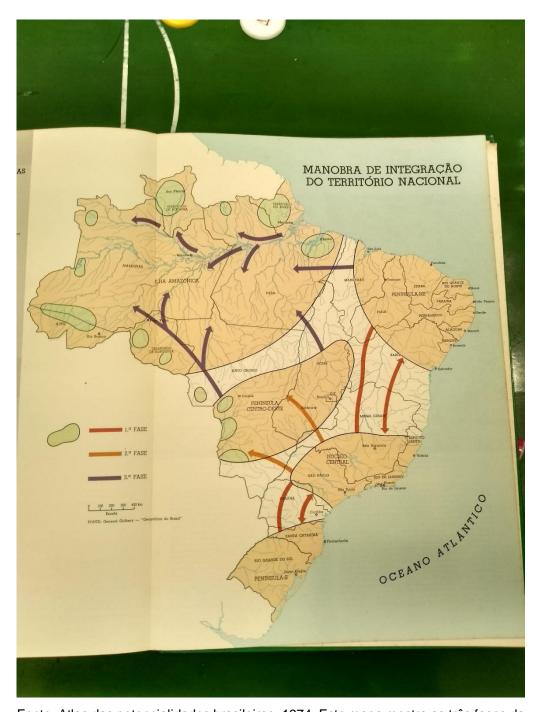
Jesus (2009) elenca a questão platina, que remonta a Guerra do Paraguai, e as disputas entre Brasil e Argentina, nos anos 1960 e 1970, do mesmo jeito que o Projeto Calha Norte, como momentos distintos, mas relacionados, no projeto da projeção continental brasileira, confirmando os pressupostos observados em Golbery do Couto e Silva, Mário Travassos e Meira Mattos. Desta maneira, "o processo e as políticas de modernização implantadas a partir de 1964 que não podem ser negligenciadas, e muito menos subestimadas⁴². Trata-se da modernização de cunho centralista e conservadora imposta pelo Governo Federal daquele tempo" (JUSTO, 2015, p.18). Estes projetos também atenderam a uma Geografia do Poder, tal qual formulada por Raffestin (1993).

Dito isto, encerramos o quarto e último capítulo desta dissertação, expondo como que a geopolítica formulada dentro da caserna, fez-se presente na Bacia Amazônica, descrevendo como alguns dos principais projetos para esta área tiveram influência destes autores, incluindo aí Golbery do Couto e Silva, com a ideia de vivificação das fronteiras do norte do Brasil, elemento

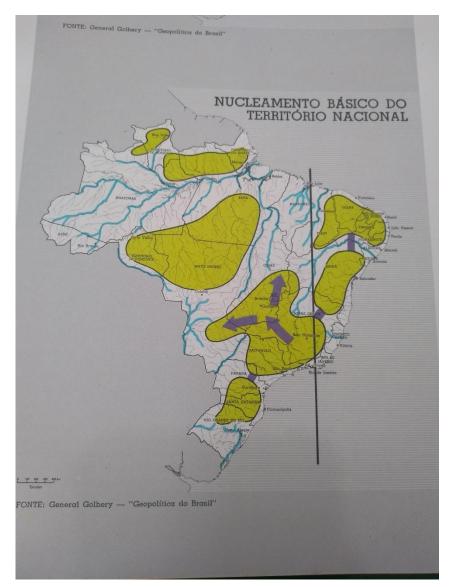
⁴² Para uma análise crítica, da Geopolítica brasileira, ver Oliveira (2009). Ao desconsiderar o caráter científico da Geopolítica, o autor desconsidera que tal saber foi utilizado em políticas territoriais, como este trabalho pretende demonstrar, assim como a própria formação do território brasileiro respondeu aos princípios da diplomacia e da geopolítica. Assim, para refutar a confusão, vista não apenas neste trabalho, admitimos que não há uma "escola" de geopolítica, mas sim "escolas", haja vista, as disparidades de concepções teórico-políticas de seus principais formuladores (MARTIN, 2018).

fundamental para compreensão do Projeto Calha Norte. Assim, devemos destacar que falta, por parte das FA brasileiras, uma política que compatibilize a manutenção da soberania nacional, com a questão ambiental, incluindo setores essenciais para o seu desenvolvimento (NASCIMENTO, 2013). Desta forma, vamos as considerações finais, em que faremos um breve balanço sobre o trabalho desenvolvido, destacando, como a geopolítica fez-se presente na formulação de políticas territoriais que tiveram objetivos distintos na Bacia do Prata e na Bacia Amazônica.

MAPA 2 (MANOBRA GEOPOLÍTICA DE INTEGRAÇAO TERRITORIAL)



Fonte: Atlas das potencialidades brasileiras, 1974. Este mapa mostra as três fases da manobra geopolítica de integração territorial. Destaque para a 3ªfase, em que Golbery afirma que a Amazônia deve ser inundada de civilização, a partir de uma base no Centro-Oeste do Brasil. É a "Marcha para Oeste", política incentivada por Getúlio Vargas, nos anos 1930, e continuada pelos governos sucessivos, defendida por Mário Travassos, no seu *livro Projeção Continental do Brasil*.



MAPA 3 - NUCLEAMENTO BÁSICO DO TERRITÓRIO NACIONAL

Fonte: Atlas das Potencialidades Brasileiras, 1974. Este mapa, que faz um diálogo com o anterior e mostra como a partir do triângulo estratégico formado por Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte se daria a integração com o restante do território, em que a última fase é a ocupação da Amazônia.

MAPA 4 (OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA, SEGUNDO A ÓTICA DOS MILITARES BRASILEIROS)



Fonte: Atlas das Potencialidades Brasileiras, 1974. Este mapa resume o conteúdo do quarto capítulo da dissertação ao expor como se daria a ocupação da Amazônia, na visão dos militares que estiveram no comando do país, entre 1964 e 1985. As rodovias, os projetos agropecuários, as reservas minerais, estão presentes neste mapa. Destacamos como as áreas fronteiriças (marcadas em verde) são prioritárias para a atuação governamental, onze anos antes da elaboração do Projeto Calha Norte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, teve como pressuposto analisar a geopolítica construída pelo General Golbery do Couto e Silva fazendo uma reflexão sobre a diferença de seu pensamento a respeito de duas áreas sensíveis no Brasil, quais sejam, a Bacia Amazônica e a Bacia do Prata. Importante ressaltar que o Estado brasileiro, através de sucessivos governos, exerceram uma série de políticas territoriais que refletem uma preocupação recorrente, seja com a ideia de integração territorial, ocupação das áreas fronteiriças, deslocamento populacional dentre outros temas, que mereceram destaque na produção geopolítica, desde a década de 1930, mas que já tinham destaque nas fileiras das FFAA antes desta data, que representa para efeitos práticos o período em que este campo do conhecimento ganha destaque.

Outro ponto que esta pesquisa procurou responder foi se as concepções geopolíticas encontradas na obra de Golbery, para a Bacia do Prata e Bacia Amazônica representaram uma influência para os policy makers brasileiros. O que se conclui é que houve influência de sua obra, especialmente durante o período em que os militares estiveram no poder entre 1964 e 1985, ainda que sua influência seja observada, em certos aspectos em governos civis e democráticos.

Procuramos estabelecer um diálogo entre a geopolítica produzida por Golbery e outros dois expoentes deste pensamento no Brasil, Mário Travassos e Carlos de Meira Mattos, expondo os pontos de aproximação e divergência em seus principais trabalhos. Em um primeiro momento, fizemos uma reconstituição histórica do Exército Brasileiro, para posteriormente adentrarmos a biografia de Golbery do Couto e Silva, porque que sua influência transpassa a geopolítica, já que ele teve papel importante, tanto na construção do golpe militar de 1964, quanto no processo de abertura política, durante a década de 1970.

Quando observamos a geopolítica de Golbery para Bacia do Prata e Bacia Amazônica, observamos uma diferença marcante, e que se refletiu em projetos distintos, para estas duas áreas. Na Bacia do Prata, havia uma preocupação com a hegemonia argentina na América do Sul, e o que o Brasil deveria fazer para superá-la, enquanto na Bacia Amazônica, havia a necessidade "inundar de

civilização a hileia", nas suas próprias palavras, encontradas no seu livro *Geopolítica do Brasil*.

Os projetos que marcam a concepção golberyana, são a Usina Hidrelétrica de Itaipu e o Projeto Calha Norte. Ambos representam a consecução de um mesmo conceito, "fronteira viva", mas com objetivos distintos, ofensivo na Bacia Platina, defensivo na Bacia do Rio Amazonas. A necessidade de vivificar a fronteira, responde a necessidade eminentemente de defesa, daí porque tenha ganhado destaques nas produções originadas do Exército Brasileiro.

Antes de fazermos as análises finais acerca destes dois projetos, há que se destacar o histórico referente as duas Bacias, e como isto se refletiu na formulação geopolítica de Golbery do Couto e Silva. A respeito da Bacia do Prata, passamos pelos conflitos que tiveram como pano de fundo a disputa em torno da Bacia do Prata. Desde as disputas entre Império Espanhol e Império Português, pela Colônia de Sacramento, até os conflitos que aconteceram durante o Império, em que Brasil e Argentina, na maioria das vezes estiveram em lados distintos.

Se as relações entre Brasil e Argentina, são marcadas por momentos de rivalidade e cooperação, acreditamos que o primeiro marca a geopolítica que teve lugar no Brasil, a partir da década de 1930, de inspiração militar. Primeiro com Mário Travassos, depois com Golbery do Couto e Silva, havia o objetivo claro de o Brasil tornar-se o país hegemônico na América do Sul, e para isso os interesses no Prata eram essenciais.

A construção de Itaipu tinha como objetivo superar a Argentina, enquanto país hegemônico na América do Sul, objetivo alcançado, mas não sem percalços e crises nas relações com o vizinho platino. Se durante a Colônia e o Império a diplomacia almejava controlar uma das margens da foz do Rio da Prata, mudase a estratégia com a construção de Itaipu, pois obteve-se o domínio da Bacia, através do controle das nascentes dos rios que formam a Bacia. Assim se "a miragem no Prata", nas palavras do Embaixador Rubens Ricupero, não logrou êxito, através da posse da foz do Rio da Prata, ela ganhou outras conotações que vieram à tona com a Usina Hidrelétrica de Itaipu.

A necessidade de trazer o Paraguai, país que não possui saída para o mar, para o controle do Brasil, foi afinal conquistada, com esta obra de grandes proporções. Antes prosseguir é essencial destacar que o país guarani representa

uma inquietação para Golbery, justamente pelas características expostas acima. As negociações entre Brasil, Argentina e Paraguai, ao longo das décadas de 1960 e 1970, foram bastante tensas, desde 1966, com a assinatura das Ata das Cataratas, entre Brasil e Paraguai, momento que representa o início da quebra no equilíbrio entre Brasil e Argentina pela supremacia na América do Sul. O ponto final na discórdia se dá em 1979, com a Assinatura do Acordo Tripartite, que afinal, concretizou o projeto geopolítico defendido por Golbery.

Na Amazônia, o processo ocorreu de forma completamente distinta. A ideia de posse e conquista, como observado nas argumentações de Alexandre de Gusmão, relativas ao Tratado de Madri (1750). A Bacia Amazônica, teve lugar secundário nas iniciativas governamentais até a década de 1950, em detrimento da Bacia do Prata, alvo dos maiores esforços por parte do Estado brasileiro, onde se chocavam os interesses com a Argentina. Com a ascensão dos militares ao poder em 1964, a Amazônia ganha destaque, em que adota-se certos termos como segurança nacional e integração nacional, elementos necessários para que se garanta a posse sobre a imensa floresta, ou nas palavras de Golbery, "inundar de civilização a hileia".

Vários projetos foram realizados na Amazônia, ao longo dos anos 1960 e 1970, com o objetivo de ocupar a Amazônia, como a construção de rodovias, o avanço da agropecuária, com projetos de colonização, além da exploração mineral. O símbolo da "conquista da natureza" pela civilização, foi a rodovia Transamazônica (BR-230), símbolo do governo do General Emílio Médici. Por outro lado, ressaltamos, que os governos militares mantiveram uma face voltada para o Prata, outra para Amazônia.

Após a assinatura do Acordo Tripartite, em 1979, que resolveu o contencioso de Itaipu, a Amazônia torna-se a área estratégica, tanto para militares, como para os governantes brasileiros. O Projeto Calha Norte, tinha outras preocupações, de caráter claramente defensivo, como o temor com os índios que vivem em áreas de fronteira, a ascensão de governos ditos de esquerda, na região das guianas e a questão ambiental, com a devastação a fauna e flora da maior floresta tropical do mundo, logo se demonstra seu caráter militar.

Para finalizar, a década de 1970, período em que se resolve as pendências na Bacia do Prata, configura o momento em que a Bacia Amazônica

torna-se área prioritária para o Brasil, e o PCN é um reflexo desta transformação, observada ao longo da década de 1980, mas que continua na década de 1990, com projetos de vigilância como o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).

Consequentemente, o que este trabalho se propôs, foi provar como o conceito de "fronteira viva", foi utilizado de forma diferenciada. Na Bacia do Prata, ele se apresentou com um caráter ofensivo, materializado na Usina Hidrelétrica de Itaipu, que teve o intuito de suplantar a Argentina, como país "hegemônico" na América do Sul. Na Bacia Amazônica, vista pelos militares como "vazio demográfico", a "fronteira viva", transfigurou-se nos diversos projetos conduzidos pelos militares, e tem no Projeto Calha Norte seu ponto culminante, representando uma tentativa dos militares se manterem em destaque, já que eles saíam de cena, após 21 anos no poder. Feita estas considerações, encerramos as ponderações a fazer sobre esta dissertação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, Sergio Luiz Cruz. **Militares no Cone Sul: da rivalidade à cooperação na área de segurança (1964 – 2007).** 2009. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

ANDERSEN, Sigrid Mendonça. Geopolítica e Energia na Bacia do Prata: o caso emblemático de Itaipu. In: I Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder, 2009, Curitiba. **Anais do I Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder**. Curitiba: UNICURITIBA, 2009.

ANDERSEN, Sigrid Mendonça. A Fronteira na Concepção da Geopolítica Brasileira: Entendendo a Origem dos Conflitos. In: 7º Colóquio de Transformações Territoriais da AUGM, 2008, Curitiba. Anais do 7º Colóquio de Transformações Territoriais da AUGM. Curitiba: UFPR, 2008

ANDERSON, Perry. A política externa norte-americana e seus teóricos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

ANTIQUERA, Daniel de Campos. A Amazônia e a Política Externa Brasileira: análise do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e sua transformação em organização internacional (1978-2002). 2006. Dissertação (Mestrado Programa San Tiago Dantas), IFCH, Campinas, 2006.

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira. **O Satânico Dr.Go: A ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva.** 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

BACKEURSER, Everardo. **A Geopolítica Geral e do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1952.

BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. **O Expansionismo brasileiro e a formação dos Estados da Bacia do Prata**. Brasília: Editora da Unb, 1995.

BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**: conflito e integração na América do Sul. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BARROS, Felipe Garcia. O pensamento geopolítico de Travassos, Golbery e Meira Mattos para a Amazônia. **Revista Brasileira de Estudos Estratégicos.** Niterói, 2021, v.13, n.25, p.81-100.

BECKER, B. Geopolítica da Amazônia. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2005, v. 19, n. 53, p.71-86.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2015.

CAUBET, Christian Guy. **As Grandes Manobras de Itaipu.** São Paulo: Editora Acadêmica, 1991.

CARVALHO, Tiago Bonfada. **Geopolítica brasileira e Relações Internacionais nos anos 1950**: O Pensamento do General Golbery do Couto e Silva. Brasília: FUNAG, 2009.

CHIRIO, Maud. A política nos quartéis: Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COMITÊ INTERGOVERNAMENTAL COODENADOR DOS PAÍSES DA BACIA DO PRATA – CIC. Programa para a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata, Considerando os Efeitos Decorrentes da Variabilidade e Mudança do Clima. [S.l.: s.n.], 2011. 80 p.

COSTA, Wanderley Messias. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: EDUSP, 2013.

DINIZ, Eugênio. **O Projeto Calha Norte: antecedentes políticos**. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), FFLCH – USP, São Paulo, 1994.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: A Conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

DORATIOTO, Francisco. **Relações Brasil-Paraguai:** afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954). Brasília: FUNAG, 2014.

DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)**. Brasília: FUNAG, 2014.

ESPÓSITO NETO, Tomaz. Itaipu e as relações brasileiro-paraguaias de 1962 a 1979: fronteira, energia e poder. 2012. Tese (Doutorado em Relações Internacionais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

ESPÓSITO NETO, Tomaz. Um panorama da literatura relevante sobre Itaipu. **Meridiano 47 (UnB),** v. 14, n.138, p. 37-44, 2013.

FAJARDO, José Marcos Castellani. **Acordo Tripartite Itaipu – Corpus: Ponto de inflexão entre a disputa geopolítica e a política de cooperação**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE MATERIAL ESCOLAR (FENAME). **Atlas das Potencialidades Brasileiras:** Brasil grande e forte. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1974.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política**: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FRANKLIN, Cléber Batalha. **Segurança e defesa na Amazônia e as relações entre Brasil e Venezuela (1985-2006).** 2012. Tese (Doutorado em Relações Internacionais), Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

FRANKLIN, Cléber Batalha. Geopolítica dos governos militares para a Amazônia brasileira. **Revista Olhares Amazônicos**. Boa Vista, v.2 n.1, p.332-347, 2014.

FROTA, Sílvio. Ideais Traídos. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GABRIEL, Pedro Henrique Luz. O pensamento geopolítico brasileiro: a originalidade das contribuições de Carlos de Meira Mattos. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos de Defesa e Segurança), Instituto de Estudos Estratégicos, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

GASPARI, Elio. A Ditadura Derrotada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GUGLIALMELLI, Juan Enrique. **Geopolítica dei Cono Sur**. Buenos Aires: El Cid Editor, 1979.

HAGE, José Alexandre Althayde. Mário Travassos e a Geopolítica Brasileira: Tensões com a Argentina e Preocupação com Imperialismos. **Revista de Geopolítica**. Natal, v. 4, n.1, p. 98-114, 2013.

IORIO, Gustavo Soares. Segurança Nacional, desenvolvimento e geopolítica: A institucionalização do Ministério do Interior no Brasil (1964-1969). 2015. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

JESUS, Samuel. "Gigante pela própria natureza": raízes da projeção continental brasileira e seus paradoxos. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.

JUSTO, Mário Augusto Cardoso. **Os legados e as heranças do regime militar de 1964 ao espaço geográfico-territorial brasileiro**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), FFLCH, USP, São Paulo, 2015.

LOPES, Gustavo Tonon. Itaipu e a Bacia do Prata: dos conflitos à integração – Argentina, Brasil e Paraguai. 2013. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós – Graduação em Integração da América Latina), PROLAM – USP, São Paulo, 2013.

LIMA, Wendell Teles. A Geopolítica Brasileira, o papel de Mário Travassos e as implicações na constituição do sistema geográfico no eixo de

integração e desenvolvimento Manaus/Caribe. 2015. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFPR, Curitiba, 2015.

LIMA FILHO, Sebastião André Alves. **O que a Escola Superior de Guerra (ESG) Ensinava.** 2011. Tese (Doutorado em Sociologia), Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

KUNHAVALIK, José Pedro. Os militares e conceito de nacionalismo: disputas retóricas na década de 1950 e início dos anos 1960. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2009.

MAIA, Luiz Alves Brígido. A Escola Superior de Guerra: o Olhar para o Sul. 2018. Tese (Doutorado em Geografia Humana), FFLCH, USP, São Paulo, 2018

MARTIN, André Roberto. Fronteiras e nações. São Paulo: Contexto, 1997.

MARTIN, André Roberto. Dilemas do federalismo: Entre o "estadualismo oligárquico" e o "regionalismo burocrático". **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v.27, p. 55-68, 2005.

MARTIN, André Roberto. Brasil, **Geopolítica e Poder Mundial**: O anti-Golbery. São Paulo: Hucitec Editora, 2018.

MARTINS, Marcos Antônio Fávaro. **Mário Travassos e Carlos Badia Malagrida: dois modelos geopolíticos para América do Sul**. 2011. Dissertação Programa de Pós – Graduação em Integração da América Latina), PROLAM – USP, São Paulo, 2011.

MARTINS, Marco Túlio. História do Pensamento Geográfico: A formação territorial brasileira à luz dos projetos territoriais do Exército (1889-1930). 2017. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geografia, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2017.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O Palácio e a caserna**: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura. Editora da UFSCAR: São Carlos, 1996.

MATTOS, Carlos Meira. **Uma Geopolítica Pan-Amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980.

MEDEIROS, Rodrigo Augusto Lima. **Decodificando a internacionalização da Amazônia em narrativas e práticas institucionais: governos da na natureza no Brasil e nos EUA.** 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Centro de Pesquisas e Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

MEDEIROS, Rodrigo Augusto Lima. A ditadura de 1964 e o governo da natureza: a construção de uma Amazônia geopolítica. **Universitas Humanas**. Brasília, v. 12, n. 1-2, p. 41-58, jan./dez. 2015,

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Argentina e Brasil**: A Balança de Poder No Cone Sul. São Paulo: Annablume, 1996.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da geopolítica**? São Paulo: Hucitec, 2015.

MENEZES, Fernando Dominience. Enunciados sobre o futuro: Ditadura Militar, Transamazônica e a construção do "Brasil grande". 2007. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MENDONÇA, Ariel Macedo. A Geopolítica e a política externa do Brasil: Interseção dos mundos militar e diplomático em um projeto de poder (a Ata das Cataratas e o equilíbrio de poder no Cone Sul). 2004. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil.** Campinas: Papirus, 1995.

MONTEIRO, Licio Caetano Rego. Políticas territoriais do Estado brasileiro na Amazônia e seus efeitos na fronteira Brasil-Colômbia: controle estatal e ameaças transnacionais. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

MUNDIM, Luiz Felipe Cezar. Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva: Escola Superior de Guerra e a Organização do Estado brasileiro (1930-1960). 2007. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

NASCIMENTO, Luis Henrique Felício. O Ocidente como ideal, propósito e programa: a ESG e a Geopolítica do Brasil de Golbery do Couto e Silva. 2016. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

NASCIMENTO, Mariana Rodrigues. O papel geopolítico da Amazônia brasileira e sua inserção nas políticas voltadas à segurança nacional: uma análise dos documentos oficiais de defesa e das políticas de controle territorial. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), FFLCH-USP, 2013.

NETO, Lira. **Getúlio:** Da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

NETO, Lira. **Castello:** A Marcha para a Ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

OLIVEIRA, Adriano Moura. **Crítica ao discurso geopolítico brasileiro: do golpe de Estado de 1964 às ilusões do Milagre Econômico (1964-1974).** 2009. Dissertação (Mestrado em História), PUC-SP, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Integrar para não entregar:** políticas públicas e Amazônia. Campinas: Papirus, 1988.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. **As Forças Armadas**: política e ideologia no Brasil (1964-1969). Petrópolis: Vozes, 1976.

OLIVEIRA, Marcio Gimene. A fronteira Brasil-Paraguai: principais fatores de tensão do período colonial até a atualidade. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia), Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

OLIVEIRA NETO, Thiago. Rodovia Transamazônica: Falência de um grande projeto geopolítica. **Revista Geonorte**. Manaus, v.4, n.12, p.282-298, 2013.

OLIVEIRA NETO, Thiago. Rodovia Transamazônica: o projeto de integração deu certo? **Revista Gestão & Políticas Públicas**. São Paulo v.5, n. 2, p.284-308, 2015.

OLIVEIRA NETO, Thiago. A geopolítica rodoviária na Amazônia: BR-210 ou grande perimetral Norte. **Revista de Geopolítica**. Natal, v. 6, n. 1, p. 123 - 142, 2015.

PEIXOTO, Renato Amado. **Terra Sólida: a influência da geopolítica brasileira e da Escola Superior de Guerra na política externa do Governo Castello Branco.** 2000. Dissertação (Mestrado em História), IFCH, UERJ, Rio de Janeiro, 2000.

PONCE, André Luiz Godoy. Florão da América: o projeto do Brasil Grande, a política externa e a diplomacia presidencial durante o regime militar (1964-1973). 2015. Dissertação (Mestrado em História Social), FFLCH, USP, São Paulo, 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RICUPERO, Rubens. A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016). Rio de Janeiro: Versal Editora, 2017.

SABOYA, André Nassim. A projeção continental do Brasil vis-à-vis o poder americano: competição e integração da América do Sul. 2015. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional), Instituto de Economia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2015

SABOYA, André Nassim. O pensamento de Mário Travassos e a Geopolítica Brasileira. Natal, **Revista de Geopolítica**, v.9, n.2, p.29-50, 2018.

SCHILLING, Paulo. **Expansionismo brasileiro:** a Geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamarati. São Paulo: Global, 1981.

SILVA, Altiva Barbosa. **Geopolítica da fronteira norte do Brasil: o papel das Forças Armadas nas transformações sócio-espaciais no estado de Roraima**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana), FFLCH, USP, São Paulo, 2007.

SILVA, Golbery do Couto. **Geopolítica do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

SILVA, Golbery do Couto. **Planejamento Estratégico**. Brasília: Editora da UnB, 1981.

SILVA, Jussaramar; DAL – MORO, Nataniél. Geopolítica e Fronteira Oeste: Diálogos com Meira Mattos e Golbery do Couto e Silva. **Revista Geográfica de América Central**. San José, p. 125-150, 2017.

SILVA, Marcele Ivie Costa. **Amazônia e Política de Defesa no Brasil (1985-2002).** 2004. Dissertação (Dissertação Mestrado Programa San Tiago Dantas), UNICAMP, Campinas, 2004.

SILVA, Ronaldo Alexandre Amaral. **Brasil – Paraguai: Marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954 – 1973**. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

SOARES, Álvaro Teixeira. **História da Formação das fronteiras do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2021.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

SOUZA, Matilde. Transamazônica: Integrar para não entregar. **Nova Revista Amazônica.** Belém, v.8, n.1, p.133-152, 2020.

STARLING, Heloísa Murgel. A marca do biógrafo. In: NETO, Lira. **Castello**: A Marcha para a Ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p.13-19.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964.** 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

TRAVASSOS, Mário. **Projeção Continental do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

VIEIRA, Friedrick Brun. Matrizes teóricas da geopolítica brasileira: as contribuições de Travassos, Golbery e Meira Mattos. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geografia, UERJ, Rio de Janeiro, 2005.

VIEIRA, Ricardo Zortéa. Lembrai-vos da guerra. Ameaça Geopolítica, Organização do Estado e Desenvolvimento Econômico no Pensamento Militar Brasileiro (1913-1964). 2013. Dissertação (Mestrado em Economia), Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

VIEGAS FILHO, José. **Diplomacia do Brasil:** de Tordesilhas aos Nossos Dias. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2015.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

VLACH, Vânia Rubia Farias. Estudo preliminar acerca dos geopolíticos militares brasileiros. **Terra Brasílis (Online).** São Paulo, v.4, n.5, p.1-16, 2003.

Sites

http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silva-golberi-do-couto-e. Consultado em: 21 de julho de 2021.

https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/programas-sociais/copy_of_programa-calha-norte/programa-calha-norte. Consultado em: 24 de julho de 2021.

http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/31.pdf/@@download/file/31.pdf. Acessado em 10 de novembro de 2021.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1106.htm. Consultado em 11 de novembro de 2021.